

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
29 de Maio de 1991
Preço: 100\$00
Nº 910
Director:
António Dias Lourenço



Conferência aprovou por unanimidade a Proclamação Eleitoral do PCP

«Viver melhor numa sociedade mais justa solidária e democrática»

Págs. 3, 4, 5, 6, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

Na próxima semana: continuação das intervenções

DROGA

Aprovado na Assembleia da República projecto de lei do PCP sobre consumo de drogas

Pág. 11

Sindicatos: semana de luta em Junho

Pág. 10

Álvaro Cunhal no «1.ª PÁGINA»

Págs. 30 e 31

Congresso Regional do PCP na Madeira

Pág. 24

Texto dos acordos eleitoral e parlamentar PCP-UDP

Pág. 7

EDITORIAL

A Conferência Nacional do PCP e as eleições

A Conferência Nacional do PCP de domingo último sobre as Eleições Legislativas, que reuniu em Almada cerca de 800 participantes de todos os escalões e organizações do Partido e todas as Regiões do País e aprovou a Proclamação Eleitoral para as eleições de 6 de Outubro, não constituiu apenas um grande encontro nacional dos comunistas nem o simples veículo para a transmissão de uma mensagem política dirigida aos portugueses, mesmo com o elevado teor da que foi unanimemente aprovada pela Conferência.

Foi muito mais do que isso na perspectiva de uma batalha eleitoral que se antevê de importância política decisiva para o regime democrático:

- Constituiu um verdadeiro teste de uma das forças mais representativas e actuantes do leque político-partidário português da actualidade;

- Representou uma expressão concludente da unidade e coesão internas, do querer e da profunda ligação com o povo português e os seus anseios e problemas fundamentais de um grande colectivo humano imprescindível à luta pela liberdade, a democracia e o progresso económico, social e cultural do País;

- Dissecou a política antinacional, anti-regionalista e sectorial do governo cavaquista, a sua ofensiva de restauração do poder dos monopólios e dos latifúndios;

- Denunciou a sua demagogia eleitoralista virada para a tentativa de renovação da maioria absoluta pela direita cavaquista governante - objectivo a que subordina no momento actual o essencial da gestão governativa - e a instrumentalização abusiva e inconstitucional do aparelho e dos recursos do Estado ao serviço dos seus objectivos partidários exclusivistas;

- Fundamentou de maneira incontroversa as razões objectivas da necessidade e da possibilidade de uma alternativa democrática de governo e de política - construída, como sublinhou Álvaro Cunhal na sua intervenção de abertura, na base do entendimento, da convergência e do diálogo democráticos - no vigoroso desmentido do falso conceito de estabilidade baseado na continuidade governativa do PSD.

Comparada com a feira de interesses, a bagunçada interna e as lutas de galos vindas a público nos últimos dias no seio dos outros partidos com maior representatividade parlamentar na elaboração das suas listas de deputados e da sua estratégia eleitoral, a Conferência Nacional do PCP do último domingo oferece interessante matéria de reflexão e de conclusões

políticas elucidativas sobre as diferenças e os factores fundamentais que deles nos distingue e motiva na disputa eleitoral de 6 de Outubro.

O balanço sumário, feito na Proclamação da Conferência, dos 12 anos de estadia do PSD e da direita no poder - em que não se inclui o período da administração Mota Pinto - seis dos quais sob o comando pessoal e autoritário de Cavaco Silva, constitui um resumo das mais fundamentado e documentado repositório dos graves atropelos ao regime democrático. Nenhum malabarismo eleitoralista pode ocultar o recuo em termos relativos (e em vários casos em termos absolutos) das condições de vida, de trabalho e de emprego dos trabalhadores; da segurança social e da prestação de serviços como os de Saúde, Habitação e Ensino dos portugueses de menos recursos; do crescente e sofisticado estrangulamento dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, mesmo de normas constitucionais que sobreviveram às duas revisões da Constituição; do apregoador «crescimento económico» em termos desordenados e globalizantes ocultando o aprofundamento das desigualdades e injustiças sociais, os desequilíbrios e assimetrias reais de desenvolvimento nacional e regional, os jogos de mágica sobre os «rítmos» de crescimento de Portugal no conjunto da Comunidade Europeia. Ainda ontem com demagógica euforia Cavaco proclamou «que quer Portugal na 1ª Divisão da Europa».

É um grosseiro desafio à inteligência dos portugueses as distorções à realidade dos factos que os governantes cavaquistas com destaque para o seu chefe Cavaco praticam diariamente na sua maratona eleitoralista.

Ainda no último domingo vimos o Secretário de Estado do Ambiente declarar na sua TV com a maior lata deste mundo as «bondades» da política de defesa(?) do ambiente do governo a que pertence.

Além da confissão do fracasso da política ambiental do governo que foi a demissão do ex-ministro Real, os portugueses estão devidamente documentados acerca da ausência de uma verdadeira política ecológica dos governos da direita; da crescente poluição dos rios e dos grandes centros urbanos; da falta de medidas de protecção dos recursos hídricos, piscícolas e florestais; da falta de um eficiente serviço de prevenção de incêndios e de legislação severamente repressiva dos ateamientos criminosos e dos seus instigadores.

Todos os dias ouvimos em publicidade televisiva, muito bem paga pelos governantes, entoando loas às facilidades de crédito para a construção de habitações e todos conhecem na prática o custo inacessível para a imensa maioria da população desse crédito habitacional e a ausência de uma verdadeira política de habitação social.

O primeiro-ministro percorre o país a inaugurar troços quilométricos de auto-estradas, anuncia (significativamente para Setembro!) inaugurações de outros troços em zonas densamente povoadas, mas todos sentem na realidade da sua vida diária a ausência de uma verdadeira política viária, o problema em rápida agudização, por efeitos do aumento do tráfego, dos acessos cada vez mais complicados e morosos dos grandes centros urbanos, a ausência de uma verdadeira política de transportes públicos que transformam num inferno diário a vida dos utentes.

O povo português tem o direito de questionar o Governo PSD/Cavaco sobre os destinos dos fundos de apoio comunitário e dos milhares de milhões de contos arrecadados pelo processo das reprivatizações da economia e no injusto diferencial dos preços de produção e de importação de produtos de grande consumo e de alto valor estratégico e dos sobrepreços pagos pelo consumidor; sobre os milhões da carga fiscal agravada; sobre os volumosos fundos subtraídos pela corrupção nas áreas do poder que a maioria parlamentar cobre com o seu voto servil na Assembleia da República.

Os procedimentos esmoleres do governo cavaquista na sua maratona eleitoralista não devem iludir os incautos que em 6 de Outubro vão depor o seu voto nas eleições legislativas.

É na construção de uma alternativa democrática e no voto útil na CDU que é possível impedir a renovação da maioria absoluta do PSD e do governo cavaquista, que é possível uma viragem decisiva na política portuguesa e uma verdadeira estabilidade política, económica e social que não a da maioria absoluta da direita, da perpetuação do PSD na governação do País obtida - como anteontem disse o ministro Nogueira - na base da «lealdade»(?).

A Conferência Nacional do PCP representa pela coerência da sua análise e das suas propostas políticas uma contribuição de excepcional valor dos comunistas portugueses para a derrota da direita em 6 de Outubro.



RESUMO

22

Quarta-feira

Iniciam-se em Lisboa as obras de reconstrução do Chiado ■ PCP e UDP formalizaram acordo eleitoral que regula a integração de candidatos deste último partido nas listas da CDU ■ Mário Soares elogia em Moscovo aquilo a que chama a consciência crítica de Sakharov ■ Sonia Gandhi é eleita por unanimidade para substituir Rajiv Gandhi na liderança do Partido do Congresso ■ Convocada pelas três centrais sindicais, inicia-se no Brasil uma greve de 48 horas ■ O Comissário europeu responsável pelas questões económicas e sociais alerta em Bruxelas para o nível de inflação em Portugal ■ Síria e Líbano assinam tratado sobre cooperação e fraternidade ■ O Governo de Pequim reafirma que o Tibete é parte inalienável da China.

23

Quinta-feira

A Assembleia da República aprova lei que autoriza sondagens até uma semana antes do escrutínio eleitoral ■ Governo decide a privatização de 40 por cento do capital do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa ■ PCP alerta para as «despesas loucas» com a construção do Centro Cultural de Belém ■ Lamentando a falta de diálogo, a FESTRU critica a política do Governo para o sector dos transportes ■ O presidente Bush mostra-se reservado quanto a uma ajuda financeira à URSS pedida por Gorbatchov ■ Sonia Gandhi recusa-se a aceitar o cargo de liderança proposto pelo Partido do Congresso.

24

Sexta-feira

Freitas do Amaral afirma que não faz concessões ao pedir voto de confiança do CDS ■ Partidos da oposição insistem na realização de um novo inquérito à actuação do Ministério da Saúde ■ Frederik De Klerk lança apelo à oposição

negra para que se iniciem negociações ■ O Presidente da Coreia do Sul nomeia Chung Won-Shik para chefiar o executivo de Seul ■ Milhares de pessoas assistem à cremação de Rajiv Gandhi, prestando a sua última homenagem ao filho de Indira, ela também assassinada em 1984 ■ Iraque e Koweit iniciam conversações para debater a fronteira.

25

Sábado

Cavaco Silva diz que Portugal «por ser um país de ambição» já não está «na cauda da Europa» ■ Professores entregam carta ao Primeiro-Ministro protestando contra atrasos governamentais no desbloqueamento de escalões do novo sistema retributivo ■ O Reitor da Universidade Clássica pede ajuda ao Programa Ciência ■ Saem de Angola os últimos soldados cubanos que durante quinze anos prestaram uma ajuda internacionalista inestimável ao povo angolano ■ A capital da Eritreia é tomada por forças rebeldes ■ Atentados da ETA abalam Costa do Sol ■ O Governo de Salvador inicia conversações com a Frente Farabundo Marti para a Libertação Nacional ■ Dez mil pessoas manifestam-se em Paris para reclamar o estatuto de refugiado político.

26

Domingo

O Benfica festeja em apoteose na Luz a conquista do título de campeão nacional ■ Álvaro Cunhal afirma na Conferência Nacional do PCP sobre as Legislativas que a estabilidade governativa não é um exclusivo do PSD ■ Concelho Nacional do CDS ratificatesses de Freitas do Amaral ■ O PSOE vence eleições municipais em Espanha ■ Eleitorado da Geórgia escolhe pela primeira vez na sua história, por sufrágio directo, o presidente da República ■ Centenas de refugiados em França iniciam greve de fome.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 793 82 72
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 78 97 25/76 97 22. Telex: 18390 Fax: 795 22 64
ADMINISTRAÇÃO: EDL, Central Distribuidora Lúria, SA Serviços centrais - Av. Santos Dumont, 67, 21, 1000 Lisboa - Telex: (01) 793 22 75/795 02 10
Alterações de última hora: Até às 17 horas - Telex: (01) 87 39 65 Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto - R. Miguel Bombarda, 57B, 4000 Porto - Telex: (02) 66 30 06/69 96 15

Centro Distribuidor do Coimbra - R. Fernandinho Tomás, 85-A, 3000 Coimbra Telex: (08) 26783

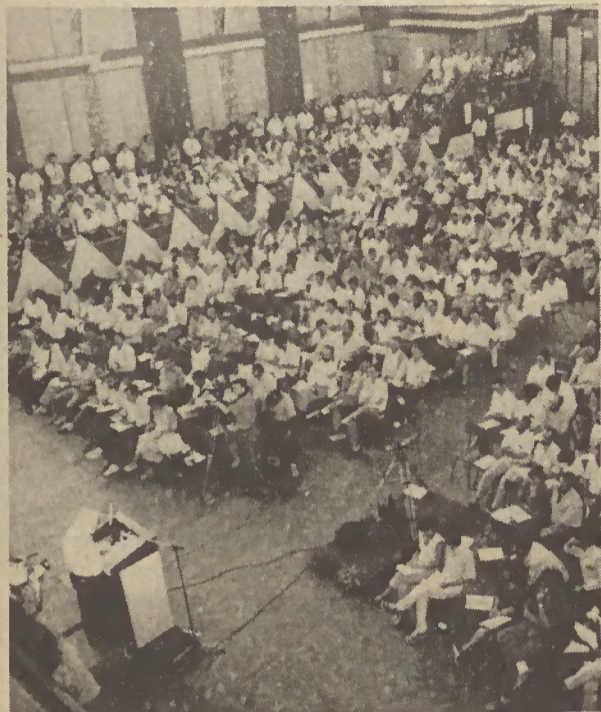
DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS - Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1800 Lisboa. Telex: (01) 842 07 84/82 25 46/82 22 84 Delegação Centro: Pressão Dr. Alberto Oliveira, 4, 2000 Coimbra - Telex: (08) 71 25 77 Delegação Norte: R. Moris dos Pipes, 32B, Guimarães, 4480 Matadinhos Telex: (02) 863 15 86/85 17 46/85 17 80 ASSINATURAS: R. do S. Bernardo, 14 1250 Lisboa - Telex: (01) 87 01 98/7 PUBLICIDADE: Rua do S. Bernardo, 14, 1250 Lisboa - Telex: (01) 87 01 98/7 Composição e Impressão na Huelva Portuguesa R. Elva Gouveia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora Depósito legal nº 205/86

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) - 80 números: 4.800000; 25 números: 2.200000
REGIÕES AUTÓNOMAS - 80 números: 7.707000
ESPAÑA - 80 números: 7.080000
MACAU - 80 números: 11.140000
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE - 80 números: 12.190000
EUROPA (e ARBÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) - 80 números: 13.200000
EXTRA-EUROPA - 80 números: 16.400000

Nome _____
Morada _____ Telex _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale do correio.

Intervenção de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, na abertura



A Conferência Nacional que hoje realizamos tem um objectivo claro e preciso: apurar a orientação do Partido para as eleições legislativas de 6 de Outubro, traçar as grandes linhas da pré-campanha e da campanha eleitoral, preparar para elas todas as organizações e militantes.

Chegamos a esta Conferência com um vasto, intenso e profundo trabalho realizado com vista às eleições. É um trabalho específico que após a reunião e decisões do Comité Central nos permite realizar esta Conferência Nacional conclusiva.

Mas importa salientar que esse trabalho específico relativo às eleições se tem inserido numa intensíssima actividade partidária nas frentes da acção política geral, da movimentação social, das organizações de massas, das instituições (Assembleia da República e autarquias) e nessas iniciativas de carácter fundamental para o reforço do Partido, a renovação da sua direcção a todos os níveis e a sua capacidade de intervenção em todas as frentes de luta, incluindo a eleitoral, que são as Assembleias de organização regionais, concelhias, de freguesia, de células e de sector, bem como os plenários e encontros de quadros.

Chegamos a esta Conferência com o Partido em movimento, sem dúvida com dificuldades e problemas reais, mas forte, seguro, unido e em condições de travar com êxito a batalha eleitoral de 6 de Outubro.

É uma batalha certamente decisiva para a vida nacional, pelo menos nos anos próximos. Com a realização desta Conferência Nacional o nosso Partido adianta e apura a sua preparação. Com a noção das suas responsabilidades na vida nacional e com confiança na força que poderá ser determinante da sua intervenção.

As eleições legislativas de 1991 — significado e importância

As eleições para a Assembleia da República têm sempre e necessariamente crucial importância na vida nacional qualquer que seja o momento político em que se realizam. Trata-se da eleição para um órgão de soberania que, no sistema constitucional de interdependência e complementaridade com outros órgãos, além da fiscalização da acção do Governo, tem como função central fazer as leis, ou seja, elaborar, examinar, discutir, aprovar e determinar a orientação da política nacional.

O Governo do PSD de Cavaco Silva não o entende assim. Na sua acção tem desrespeitado e afrontado o sistema constitucional. Servindo-se da maioria absoluta conjuntural de que dispõe chama a si, através de autorizações legislativas, competências da Assembleia ao mesmo tempo que em vez de se sujeitar à acção fiscalizadora da Assembleia mais tem parecido que pretende fiscalizá-la.

Os anos decorridos desde a instauração do regime democrático e concretamente após as eleições de 1987 na legislatura que agora termina, mostraram a importância real da acção dos eleitos comunistas na Assembleia da República.

A defesa dos interesses do povo e do país, a real oposição à política do Governo, o desenvolvimento da acção fiscalizadora, teve nos deputados comunistas, firmes e competentes lutadores, conseguindo em muitos casos entrar iniciativas e medidas antidemocráticas e noutros casos fazer aprovar projectos de lei relativos a alguns dos mais graves problemas nacionais.

De tudo isto resulta que, independentemente do momento político actual, as eleições para a Assembleia da República teriam sempre particular importância para os destinos do país e a força da representação parlamentar do PCP é a melhor garantia de que na Assembleia da República há eleitos do povo que com o povo estarão

Um Partido à altura de uma batalha decisiva

sempre firmemente na defesa dos seus interesses e direitos.

Mas as eleições para a Assembleia da República têm este ano uma importância particular. Vive-se uma fase da vida política nacional em que está em jogo, não apenas uma política mais à direita ou mais à esquerda, no quadro das conquistas democráticas da revolução de Abril e do regime democrático constitucional, mas sim uma opção que se coloca ao povo e ao país: ou a continuação de um Governo de direita, o que poderia representar a efectiva subversão do regime democrático em algumas das suas componentes essenciais, ou uma viragem democrática na política nacional, com a constituição de uma nova maioria - uma maioria democrática - e de um novo Governo - um Governo democrático - com uma política capaz de dar solução aos grandes problemas nacionais no caminho de liberdade, progresso e independência nacional aberto pela revolução de Abril.

Tarefa imperativa — afastar a direita do poder

Não há qualquer exagero no que acabamos de afirmar: se o PSD e Cavaco Silva continuassem no poder, Portugal correria o risco de subversão do regime democrático nas suas componentes essenciais: as estruturas socioeconómicas, a política social, o funcionamento das instituições, a afirmação concreta da independência e soberania.

O Governo gaba-se da sua «obra» e diz que ela foi possível graças à estabilidade governativa. E, numa tosa teorização pretende erigir a estabilidade governativa a traço fundamental do regime democrático.

Sem dúvida que a estabilidade governativa concretizada nos termos constitucionais, sem pôr em causa a possibilidade de mudança do Governo, é desejável e necessária.

Mas o que tem significado a estabilidade governativa, tomando esta expressão como sinónimo do longo tempo de exercício do poder pelo PSD e esquecendo, para o efeito, as numerosas remodelações do Governo resultantes do alijamento da carga de ministros e secretários de Estado envolvidos em grandes escândalos de corrupção?

A estabilidade governativa do PSD tem significado para o povo e o País, não a estabilidade económica, social e política, mas a desestabilização de áreas essenciais da vida nacional.

A estabilidade governativa do PSD tem significado a desestabilização da organização económica do País com a destruição progressiva do SEE, com a destruição, dismantelamento, liquidação, encerramento de importantes empresas, com o esbulho de bens do Estado e sua entrega ao capital privado, com a reconstituição e restauração de grandes grupos económicos monopolistas segundo o objectivo estratégico fundamental da política de direita que é a restauração do capitalismo monopolista de Estado.

A estabilidade governativa do PSD tem significado a desestabilização das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e do povo em geral, com a liquidação de centenas de postos de trabalho, a liquidação de direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, com a precarização do emprego, com esse monstruoso projecto de «pacote laboral» que visa uma radical desestabilização nas relações sociais entre patronato e trabalhadores e em todas as relações de trabalho.

A estabilidade governativa do PSD tem significado a desestabilização das instituições democráticas e do seu funcionamento, com a governamentalização e partidarização das instituições e do aparelho do Estado, com novas leis eleitorais, com ofensivas contra o poder local democrático, com a liquidação dos mecanismos de controlo da actuação governativa, com a monopolização, governamentalização e partidarização da RTP e outros órgãos de comunicação social ou a sua entrega a grandes grupos económicos da clientela do PSD, com leis como a do segredo do Estado visando encobrir irregularidades cometidas ao nível do Governo, e a da «protecção civil», visando dar de facto e ilegalmente ao Governo o poder de decretar o estado de sítio.

A estabilidade governativa do PSD tem significado, por uma política de seguidismo e submissão em relação aos Estados Unidos e à CEE, a desestabilização dos interesses e direitos de Portugal no quadro das instituições comunitárias e da NATO, dos seus órgãos e decisões supranacionais.

Resulta com evidência dos factos que, se o PSD continuasse no poder, estes traços desestabilizadores presentes na evolução da situação nacional seriam ainda mais aprofundados no futuro. É um perigo real que não pode ser subestimado.

Mas o PSD, o Governo e Cavaco Silva não invocam apenas a estabilidade governativa como a situação que lhes permitiu realizar a sua política. Erigindo a estabilidade governativa a elemento fundamental do regime democrático e a condição para a solução dos problemas nacionais, o PSD afirma por outro lado que a estabilidade só pode alcançarse com o Governo de um partido que tenha o apoio da maioria absoluta na Assembleia da República, e que esta maioria absoluta só o PSD pode alcançá-la.

Da prática política do Governo do PSD, da sua acção, da sua teorização sobre o exercício do poder, a estabilidade e as eleições, pode concluir-se que, segundo o PSD, o único partido que pode governar é ele próprio. Toda esta situação esclarece que, se prosseguisse o processo antidemocrático, Portugal seria conduzido a um sistema que, sendo pluripartidário, seria ao mesmo tempo o sistema não, é certo, de um partido único mas de um único partido de Governo no quadro de um regime democrático espartilhado.

Assim, importa sublinhar, por um lado, que um Governo que dispõe de uma maioria absoluta de deputados pode ser desestabilizador e representar um perigo para a democracia. E um Governo resultante do acordo entre os partidos democráticos que em conjunto alcancem a maioria na Assembleia da República pode assegurar, não só a estabilidade governativa, mas também, através da estabilidade governativa, a estabilidade da economia do País, a estabilidade social, a estabilidade das instituições democráticas. E consegui-lo-á tanto mais, quanto mais o seu programa e a sua acção se inscrevam no respeito escrupuloso da Constituição e da legalidade democrática.

A grande oportunidade para uma alternativa democrática

Como temos insistido, as eleições legislativas de 6 de Outubro oferecem a grande oportunidade para afastar o PSD e Cavaco Silva do Governo e para formar um Governo democrático que ataque e resolva os mais graves problemas nacionais e realize uma política verdadeiramente democrática. Dizemos oportunidade. Oportunidade significa que a ocasião e a possibilidade existem, mas que a derrota da direita nas eleições, o afastamento do PSD do Governo e a formação de um Governo democrático não cairão do céu aos trambolhões, antes dependem da orientação, da actuação, da luta, do empenhamento, das propostas ao povo, da perspectiva clara e credível, das forças democráticas.

O momento exige que, com objectividade, verdade e rigor, todos os democratas tomem plena consciência da situação que vivemos e de tudo quanto é necessário para que a derrota da direita e a vitória democrática sejam conseguidas nas eleições de Outubro.

Dois aspectos da situação têm necessariamente de ser considerados.

O primeiro é que o PSD e o Governo têm meios poderosos para influenciar o eleitorado e jogam tudo por tudo para alcançar uma maioria absoluta e assegurar assim a continuação no Governo. Têm o poder de que abusam e os meios poderosos que o poder lhes dá e que ilegitimamente utilizam partidariamente. Têm o controlo do aparelho do Estado. Têm milhões de contos em sacos azuis que lhes permitem, neste *sprint* final do Governo, aparecer a distribuir vultosas verbas com destinos que, correspondendo à luta e a reivindicações anteriormente não satisfeitas, aparecem a criar a ilusão de que são medidas da própria política governativa. Têm, além desses recursos ao nível do Estado, outros mais de origem misteriosa, de que são amostras os *cachets* de dezenas de milhares de contos oferecidos individualmente a alguns artistas dos espectáculos. Têm exibido esse *show* massacrante, mas que não deixa de influenciar a opinião, do rodopiar incessante de inaugurações, de lançamento e relançamento de obras, de anúncios e de promessas. Têm esse poderoso instrumento de propaganda que é a televisão controlada, governamentalizada, partidarizada e instrumentalizada pelo Governo, bem como rádios e órgãos de comunicação social escrita entregues a grupos económicos das clientelas do

PSD. E têm, além de tudo isso, a falta de escrúpulos, o amordaçar ou silenciar da Oposição, a utilização da mentira, da intriga, da falsificação política, como armas de campanha.

É necessário que todos os democratas tomem consciência de que a batalha é difícil, mas de que o objectivo de derrotar a direita e afastar o PSD do Governo poderá ser alcançado se da parte das forças democráticas não se tomarem os desejos por realidades e se não, menosprezar o que realmente é indispensável para alcançar a vitória democrática.

O segundo aspecto da situação a considerar (e este é um dado elementar mas de importância decisiva na estratégia democrática para derrotar a direita e assegurar uma vitória eleitoral) é que nenhum partido democrático sozinho está em condições de alcançar a maioria absoluta e se torna assim necessário que se considere desde já como ponto assente (assente pelo menos por agora na reflexão) que na estratégia para a formação de um Governo democrático é indispensável a convergência e o entendimento dos partidos democráticos, designadamente do PS e do PCP.

O nosso Partido insiste incessantemente nesta verdade. Mas, se o PS continua a jogar na bipolarização e na hegemonização da esquerda e a iludir-se com a irrealista pretensão de alcançar a maioria absoluta (não apenas como slogan propagandístico, mas como elemento da análise e da estratégia), não dará credibilidade à sua própria proposta de alternativa e dará, ao contrário, alguns trunfos à campanha do PSD e do Governo.

Quando afirmamos que a oportunidade existe falamos naturalmente da oportunidade institucional que oferecem as eleições. Mas referimos também o profundo descontentamento que em vastas áreas sociais provoca a política do Governo.

O nosso Partido é o único que intervém (em toda a sua acção política, no apoio às organizações sociais e à movimentação de massas, na Assembleia da República, nas autarquias, no Parlamento Europeu, nos projectos de lei que apresenta, nas reivindicações que apoia) defendendo realmente os interesses dos trabalhadores, dos agricultores, dos pescadores, dos intelectuais, dos quadros técnicos, da juventude, das mulheres, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados, dos deficientes. São frequentes as manifestações, vindas dessas áreas sociais, de reconhecimento de que, de facto, o Partido assume esse papel. A tarefa é elevar a luta reivindicativa a consciência política, e a consciência política a apoio eleitoral ao nosso Partido.

De qualquer forma, os factos mostram que há uma situação objectiva em que se restringe a base social de apoio ao Governo que, pela sua acção, pode deslocar-se politicamente e reduzir a base de apoio eleitoral da direita. A oportunidade existe, pois, para uma alternativa. É porém necessário que as forças democráticas tenham a sabedoria para aproveitá-la. O primeiro ponto da sabedoria na situação actual é que a convergência e entendimento dos partidos democráticos é o único caminho certo para assegurar uma alternativa democrática ao Governo de direita.

O papel do PCP e da CDU

Tanto por razões objectivas - designadamente a arrumação e correlação das forças partidárias - como por razões relativas às posições assumidas e aos objectivos programáticos dos partidos democráticos, o PCP e a CDU são chamados a desempenhar um papel que pode ser determinante para a derrota da direita, para a convergência democrática, para uma alternativa.

Apontamos como objectivo político central, não só a derrota eleitoral do PSD e de Cavaco Silva, mas a formação de um Governo democrático. Para isso não basta que os partidos democráticos em conjunto alcancem a maioria. É também indispensável que os partidos democráticos dialoguem, se aproximem e se entendam. E para isso é decisiva a força do PCP e da CDU, a força das suas propostas políticas, a força dos seus apoios, a força da sua votação, a força que os seus eleitos venham a ter na Assembleia da República.

Se o PCP e a CDU tivessem uma fraca votação e representação parlamentar, como alguns pretendem, o PS voltar-se-ia de novo para a direita, para o CDS ou mesmo para o PSD, para continuar a sua política de alianças com a direita. Além da nossa acção actual em pleno desenvolvimento, só uma grande votação na CDU e a forte representação parlamentar das forças da CDU poderá convencer os socialistas a uma nova reflexão, à opção por uma aliança à esquerda.

Pode pois dizer-se com sólidos fundamentos que quanto mais fortes forem o PCP e a CDU, mais possibilidade haverá de se vir a concretizar a convergência democrática e a formação de um Governo democrático.

Assim, se se fala em «voto útil», desde já se pode afirmar que o verdadeiro «voto útil» para derrotar a direita e para uma alternativa democrática é o voto na CDU.

Tem ou não a CDU a possibilidade de alcançar um tal resultado? Sim, a nosso ver, tem tal possibilidade.

A CDU é um projecto democrático unitário, que contém em si, não só as forças partidárias que compõem a coligação, mas milhares de democratas independentes, democratas sem partido.

A CDU tem grandes tradições e experiência da luta eleitoral. Contém em si, como parte da coligação, a participação do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) com possibilidades reais de expansão e dinamização do movimento ecologista. Contém também os prestigiados democratas da Intervenção Democrática (ID). Apresenta uma obra notável realizada nas autarquias com trabalho, honestidade e competência. Vive, como constante da sua intervenção, a abertura ao diálogo franco e responsável. Apresenta ao povo, ao eleitorado propostas válidas para a solução dos grandes problemas nacionais.

O acordo que, com apoio dos outros componentes da CDU, foi firmado entre o PCP e a UDP, e que daqui saudamos, alarga o âmbito da CDU e é um novo e positivo factor para que se alcance uma grande votação.

Os nossos aliados, tal como nós, têm consciência de que, sendo o PCP a principal força da CDU, o PCP aparece em todo o processo pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral como uma força determinante. Esta situação aumenta as responsabilidades do nosso Partido de estar à altura do que dele legitimamente esperam. Creio, camaradas, que o Partido, no fundamental, está ganho para esta batalha e que, sempre lado a lado com os nossos companheiros da CDU, vamos empenhar-nos nela com a energia, a vontade, a decisão, a convicção e a consciência da responsabilidade que através dos anos sempre caracterizaram o nosso Partido.

Um projecto unitário com a identidade das componentes

Um projecto unitário pressupõe uma plataforma política unitária. A CDU expôs já ideias fundamentais no seu Manifesto publicado em 8 de Maio.

Mas a unidade e uma plataforma política em pontos essenciais, não apagam a identidade de cada uma das forças participantes. O nosso Partido, como já foi anunciado, está elaborando um Programa Eleitoral apropriado ao momento político que atravessamos e cujas linhas gerais serão expostas nesta nossa Conferência Nacional. Naturalmente que o Programa Eleitoral do PCP traduz, na conjuntura actual, componentes essenciais do Programa do PCP para uma democracia avançada no limiar do século XXI: um regime de liberdade no qual o povo decida o seu destino; um Estado democrático, representativo, baseado na participação popular e moderno e eficiente; o desenvolvimento económico assente numa economia mista, moderna e dinâmica; uma política social que garanta a melhoria das condições de vida do povo, uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais; e uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

O Programa Eleitoral, tendo em conta os desenvolvimentos da situação económica, social e política, e os problemas de maior actualidade, e cuja elaboração assenta numa profunda análise feita em numerosas iniciativas com larga participação de pessoas qualificadas, dará uma nova precisão a múltiplos objectivos e procurará, pela sistematização e estilo, tornar a mensagem acessível e comunicativa.

Pela sua parte, o Partido Ecologista «Os Verdes» prepara também o seu Programa. A Intervenção Democrática divulgará a sua mensagem. A UDP, embora não sendo membro da CDU mas participando nas listas com alguns dos seus dirigentes e militantes a título de independentes, terá também naturalmente ocasião de expor os seus objectivos políticos.

A diversidade de posições assumidas que traduz a identidade das forças componentes conjuga-se inteiramente com objectivos comuns fundamentais acerca dos quais todos nos identificamos.

Ao mesmo tempo, estamos inteiramente abertos ao diálogo com outras forças democráticas, nomeadamente com o PS, ao exame sério e responsável das possibilidades de uma plataforma ou acordo que sirva de base para a conjugação da luta para derrotar a direita nas próximas eleições, e para que a maioria alcançada nas eleições seja o suporte político institucional indispensável para a formação de um Governo democrático.

Veze sem conto nos têm perguntado se o PCP está disposto a apoiar um Governo minoritário do PS. A isso temos respondido, e creio ser necessário continuar a responder, que, pelo que é e pelo que representa na vida nacional, o PCP não é um partido para servir de trampolim ou muleta a outro partido para que ele governe sem qualquer compromisso e segundo a sua política.

Não temos falado em coligação eleitoral ou governativa PCP-PS. Temos falado apenas em convergência e entendimento necessário. Mas, quando nos perguntam também se pomos como condição para uma alternativa democrática a participação de membros do Partido no Governo, temos-nos limitado a responder, e creio que devemos continuar a fazê-lo, que os comunistas estão inteiramente aptos a tomar à sua responsabilidade os mais altos cargos do

Estado, incluindo naturalmente os de ministros, incluindo naturalmente o de Primeiro-Ministro, se o povo português assim o quisesse.

Mobilizar vontades, convencer, ganhar votos

Estamos já lançados na intensa pré-campanha eleitoral marcada por um impressionante número de valiosas iniciativas e preparando a campanha para os prazos oficiais. O trabalho exige muito dos militantes, põe à prova a dedicação de milhares de camaradas, e assim terá que continuar a ser.

O esforço e a dinâmica da actividade partidária com vista às eleições é tanto mais de assinalar, quanto é certo que o Partido desenvolve também simultaneamente, e tem que continuar a desenvolver, a actividade noutras direcções de capital importância.

Creio, camaradas, que, ao fazermos um breve balanço da actividade imensa que o Partido está desenvolvendo, há razões bastantes para sentirmos orgulho no nosso Partido, na sua vitalidade, na sua poderosa capacidade de intervenção, no grandioso colectivo de homens, mulheres e jovens firmes, dedicados, unidos pela chama revolucionária de objectivos e de convicções que nos confirma sempre e sempre como o partido comunista que somos e que queremos continuar a ser.

Até às eleições, temos no caminho todo um denso calendário das mais variadas iniciativas. E entre elas, é oportuno referir que, não longe daqui, na Atalaia, teremos a 6, 7 e 8 de Setembro a Festa do «Avante!», grandiosa iniciativa que, para se realizar, exige desde já das organizações e militantes uma grande participação para a qual aqui faço apelo nesta nossa Conferência Nacional, além do mais porque a Festa do «Avante!» será também um fortíssimo arranque para a campanha eleitoral, cujo período, marcado por lei, começa às 0 horas do dia 15 de Setembro e termina às 24 horas do dia 4 de Outubro.

A batalha eleitoral é a grande e central tarefa política do ano.

As listas de candidatos da CDU estão praticamente concluídas. A sua complexa elaboração atendeu a múltiplas exigências, entre as quais: a garantia de um Grupo Parlamentar politicamente firme e altamente qualificado para as suas funções, que envolvem a preparação relativa a praticamente todos os sectores fundamentais da vida nacional; a representação dos interesses regionais complementada pela estreita ligação dos deputados às populações; a estreita articulação da actividade parlamentar com a direcção central e a actividade geral do Partido; cabeças-de-lista com prestígio e influência; e ainda a participação nas listas da CDU dos representantes de «Os Verdes», da ID, de independentes e da UDP.

Creio, camaradas, que a composição das listas corresponde aos objectivos e critérios que presidiram à sua elaboração. Desde já podemos afirmar que contaremos com um Grupo Parlamentar comunista à altura das suas responsabilidades.

Esta nossa Conferência Nacional testemunha a consciência que o nosso Partido tem da importância destas eleições e testemunha também a confiança que o nosso Partido tem no resultado.

A consciência dos dados fundamentais da situação. A consciência da necessidade imperiosa e da possibilidade real de derrotar a direita para o que se torna necessário desmascarar ponto por ponto a actuação do Governo e o seu desenfreado eleitoralismo. A consciência de que o êxito eleitoral da CDU é essencial, imprescindível e determinante para uma alternativa democrática.

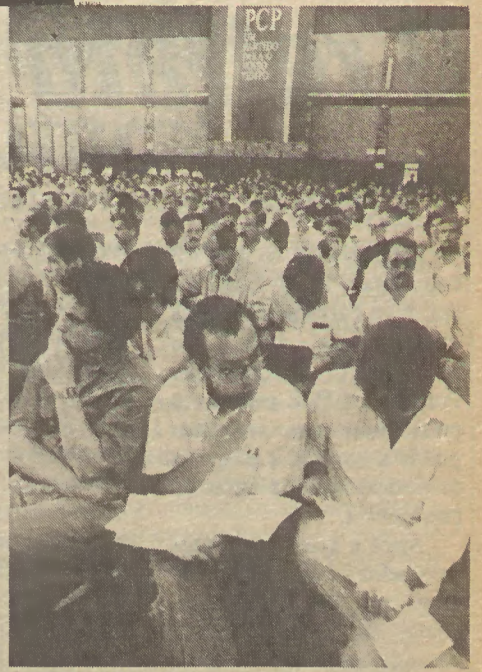
E confiança em que o êxito está ao nosso alcance com uma visão clara da situação, justas propostas políticas levadas ao povo, clareza na mensagem, resposta séria e responsável às aspirações populares, transparência de processos, seriedade e argumentos convincentes na luta contra adversários, propaganda intensa e sugestiva, embora com recursos limitados, e toda esta intervenção na pré-campanha e campanha, promovida, estimulada, realizada com o empenhamento, o entusiasmo, a energia, a criatividade de todas as organizações e militantes do Partido, mulheres e homens, e com participação viva e dinâmica da JCP e de todos os jovens que se reconhecem na CDU.

E sempre ombro com ombro, em cooperação estreita, leal e solidária com aqueles que na CDU participam conosco na batalha. E sempre abertos ao diálogo, à audição, à escuta das massas populares e ao debate com quem quer que nele esteja interessado.

A batalha eleitoral exige capacidade de mobilização de vontades e razão e força para convencer, porque a batalha eleitoral culmina no voto e é o voto que decide o resultado.

Esta nossa Conferência Nacional preparará melhor o Partido, todo o Partido, todas as organizações, todos os militantes. Temos um sólido pensamento político. Temos propostas certas a fazer ao eleitorado. Temos um grande, empenhado e convicto colectivo partidário. Temos organização. Temos experiência. Temos ligações e raízes profundas que indestrutivelmente nos ligam ao povo.

O êxito eleitoral está ao nosso alcance. Vamos empenhar-nos para que seja alcançado.



Vieram de todo o lado para falar do País

Vindo de todo o País, o Partido atravessou o Tejo e reuniu-se em Almada para discutir a estratégia para as próximas eleições legislativas, no quadro de uma Conferência Nacional que, mais uma vez, radiografou a situação portuguesa actual através de circunstanciadas análises trazidas à Conferência pelos representantes dos diversos organismos que dão corpo à actividade do PCP. Dezenas de intervenções saídas da espectacular presença de mais de 600 quadros falam por si, no que concerne à importância desta iniciativa. Mas sobretudo falaram do País e dos seus problemas, trazendo a público a apreciação do PCP fundamentada no conhecimento directo das realidades, esse fruto característico da ac-

tução e actividade políticas dos comunistas.

Naturalmente que as análises produzidas acerca da situação nacional foram direccionadas para os objectivos da Conferência, articulando o rigor das apreciações e críticas à intervenção eleitoral que se aproxima. Contudo uma vista de olhos pela abundante amostragem que neste número fazemos das matérias discutidas na Conferência, é suficiente para nos apercebermos da qualificada intervenção política que constituiu esta iniciativa, que não teve nada a ver com a organização de slogans ou o encheurriçar de banalidades à volta da gula eleitoralista, como demasiadas vezes acontece no panorama político-partidário português.

Um Partido apaixonante

Dissemos que o Partido atravessou o Tejo para se reunir em Almada (mais concretamente na SFUAP da Cova da Piedade), mas não levemos a imagem demasiado à letra porque, em rigor, quem veio do Sul não teve que obrigatoriamente galgar o rio... Isto para que não nos acusem de que andamos para aqui a obrigar toda a gente a andar de caçilheiro ou a passear na Ponte 25 de Abril.

De qualquer modo o grosso dos conferencistas atravessou mesmo o rio, quer porque vinham da margem Norte, quer porque, chegados dos Açores e Madeira, nela aterraram, quer porque, mesmo vindos



do Sul, entraram primeiro em Lisboa através da ponte de Vila Franca de Xira. Agora podem chamar-nos demasiado especioso, mas a gente não quer cá confusões de roteiros!

Os trabalhos iniciaram-se às 10.00 já com quase toda a gente no amplo salão, incluindo os numerosos convidados de que destacamos as delegações da Intervenção Democrática, da UDP e de «Os Verdes», bem como o general Vasco Gonçalves e o almirante Rosa Coutinho. Os serviços de apoio lá iam orientado as pessoas para os seus lugares (as organizações do Partido estavam escrupulosamente «quadriculadas» na plateia), a banca de materiais, à porta, fazia remoinhar um pouco a multidão e os diálogos iniciais chalaceavam, à mistura com os cumprimentos, algumas peripécias no desembrilhar do trânsito e na «aventura» da chegada através de um trajecto que, frequentemente, meteu vários tipos de transporte.

«Para a próxima também quero andar de submari-

no!», brincava um camarada dos Açores, «porque isto de fazer uma viagem que só mete avião, autocarro, metropolitano e barco é uma pobreza franciscana!»

De facto muitos vieram de longe, e alguns, até de muito longe, trazendo experiências, reflexões e opiniões diferentes a concretizarem não apenas a presença efectiva do Partido em todo o território nacional e nas diversas áreas de actividade, mas, sobretudo, um esforço de compreensão e um empenho de intervenção transformadora que fazem, reconhecidamente, do PCP um Partido apaixonante. E apaixonado, como de novo se viu nesta conferência Nacional para as Eleições Legislativas. Objecto da paixão? A vida, meus senhores!

H. C.

Órgãos da Conferência

A Mesa da Presidência era constituída por Agostinho Lopes, Albano Nunes, Álvaro Cunhal, Blanqui Teixeira, Carlos Aboim Inglez, Carlos Brito, Carlos Costa, Domingos Abrantes, Edgar Correia, Emídio Ribeiro, Fernanda Mateus, Francisco Lopes, Henrique de Sousa, Jorge Araújo, Jorge Gouveia Monteiro, José Casanova, José Soeiro, Luís Sá, Luísa Araújo, Manuel Sobral, Octávio Pato, Octávio Teixeira, Raimundo Cabral, Ruben de Carvalho, Vidal Pinto e Vítor Dias, membros da Comissão Política, do Secretariado, da Comissão Central de Controlo e Quadros e da Comissão Executiva Nacional do Comité Central.

Faziam ainda parte da Mesa da Presidência Alcides Girão Pinto, da DOR Bragança, Ana Cristina Vieira, da Comissão Concelhia de Grândola e da Organização Distrital de Setúbal da JCP, António Modesto Navarro, da DORL, António Vitória, da DOR Beja e membro suplente do CC, Daniel Reis Branco, presidente da CM de Vila Franca de Xira, membro da DORL e suplente do CC, Esmeralda da Cruz Almeida, da DOR Portalegre, Fernando Amiaro, coordenador do Sindicato da Hoteleira da União dos Sindicatos do Algarve, membro da DOR Algarve e do CC, Francisco Vieira, presidente da Assembleia Geral do Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, e membro da célula da Coelima, Helena Bastos, dirigente do MDM, membro da DORL e suplente do CC, Henrique Borges, dirigente do Sindicato dos Professores do Norte e da direcção do Sector Intelectual do Porto, Isabel Lourenço, membro do Executivo da Direcção Nacional da JCP, Jaime Alves, membro do secretariado do núcleo de direcção da Região de Paris, Joaquim Almeida da Silva, membro da Comissão

Executiva da CGTP-IN, da Comissão Coordenadora da União dos Sindicatos de Aveiro, da DOR Aveiro, e suplente do CC, Joaquim Tavares, membro do secretariado da Direcção Nacional da JCP e suplente do CC,

Joaquim Vassal, membro da Comissão Nacional da CGTP-IN, coordenador da União dos Sindicatos de Vila Real e da DOR de Vila Real, Manuel Proença Romeno, membro da DOR Castelo Branco, Maria do Carmo Madeiras, membro da Comissão Concelhia de Vouzela e da DOR de Viseu, Maria do Céu Figueiredo, dirigente do Sindicato dos Professores da Zonal Sul e da DOR Beja, Maria Emília de Sousa, presidente da CM de Almada e membro da Comissão Concelhia de Almada, Maria de Fátima Dias Veiga, membro da Comissão Concelhia de Gouveia, Maria Teresa Faustino, membro da Comissão Concelhia do Bombarral e da DOR Leiria, Olinda Nunes, Membro da DORL, Paulo Valadão, deputado à Assembleia Regional dos Açores e membro da DOR Açores, Rolando Silva, membro da DOR Santarém, Rosa Dias, membro da DOR Porto e do CC, Virgínia Silva Ribeiro, membro da DOR Viana do Castelo, Vítor Costa, deputado à Assembleia da República, membro da DOR de Coimbra, Vítor Martins, membro da DOR Madeira, Vítor Ranita, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN e da DOR do Porto.

O Secretariado era composto por Adelino Pereira da Silva, Domingos Abrantes, Edgar Correia, Francisco Lopes, Joaquim Judas e Jorge Pires.

Da Comissão de Redacção faziam parte Agostinho Lopes, Álvaro Cunhal, Carlos Brito, Carlos Carvalhas e Vítor Dias.



O retrato de um país

Quase meia centena de intervenções foram produzidas ao longo desta conferência do PCP sobre as eleições legislativas.

Os trabalhos na SFUAP começaram às 10 horas de domingo passado ao som da «Internacional» após o que José Socero, da Comissão Política do PCP assumiu a presidência dos trabalhos pondo à votação a proposta de composição da mesa da presidência.

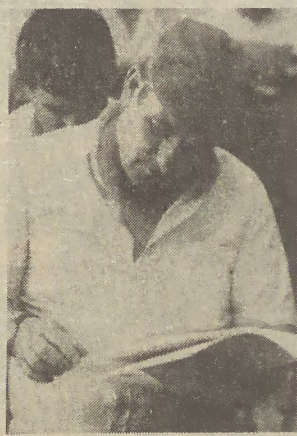
Após a aprovação pelos delegados da composição da mesa bem como do regulamento, da ordem de trabalhos, e do horário da conferência bem como da composição do Secretariado e da Comissão de Redacção seguiu-se, ainda depois de algumas indicações de carácter prático, a primeira intervenção da sessão da manhã, a cargo de Maria Emília Sousa, presidente da Câmara de Almada que fez uma saudação em nome do concelho e do distrito de Setúbal a esta «significativa embaixada de homens e mulheres de Portugal inteiro» após o que se referiu a «ligação às populações» como factor determinante do trabalho dos comunistas, dando o exemplo dos deputados na Assembleia da República que ali levaram problemas concretos dos distritos e dos autarcas comunistas em geral.

Seguiu-se aquela que seria a primeira intervenção do

secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal seguindo-se a intervenção de Brito Apolónia, membro da Direcção de Organização Regional (DOR) de Setúbal sob o tema «Os Slogans Eleitorais do Governo e do PSD no distrito de Setúbal».

Damos agora conta dos temas das intervenções feitas ao longo do dia. As que não têm referenciado o tema do seu conteúdo são publicadas nesta edição do «Avante!».

Assim, ainda nesta primeira sessão sucederam-se as intervenções de Carlos Brito, da Comissão Política; Marília Cabral da DOR de Lisboa e do Comité Central sobre a intervenção na campanha eleitoral no distrito; António Salavessa, da DOR Aveiro sobre o mesmo e a intervenção na comunicação social; Vítor Dias, da Comissão Política; Helena Medina, do Comité Central e da DOR Porto sobre os problemas da habitação; Octávio Teixeira, da Comissão Política; Miguel Ramalho da DOR Beja, sobre o «Alqueva, uma necessidade para o desenvolvimento regional»; Mário Abrantes da Silva, da DOR Açores, sobre problemas da autonomia da região; Pedro Tavares, da Direcção Nacional da JCP, sobre a política do

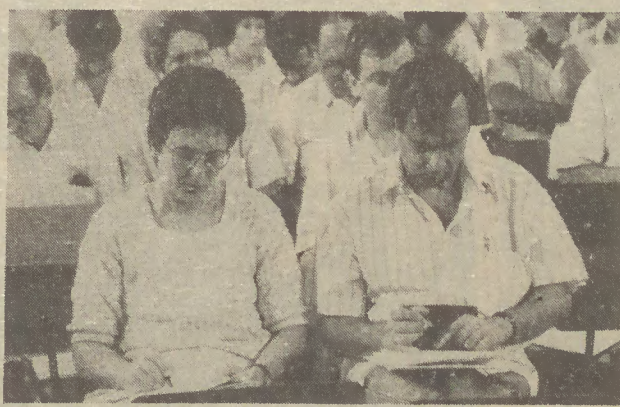


PSD para os jovens e a necessidade de uma política alternativa; Jorge Gouveia Monteiro da Comissão Executiva Nacional; Fernando Mendes da DOR Vila Real, sobre o Douro, a vinha e o vinho; Alexandra Gonçalves, do Organismo de Direcção da Função Pública sobre a política seguida para o sector e, finalmente, o deputado João Camilo sobre questões sociais.

Seguiu-se o almoço, após o que às 14 e 30 os delegados voltaram a reunir-se no pavilhão da SFUAP, agora sob a presidência de Emídio Ribeiro da Comissão Executiva Nacional.

A primeira intervenção esteve a cargo de José Manuel Costa, membro da DOR Guarda, que falou das assimetrias regionais do Distrito e das consequências da política do PSD; após o qual se seguiram Maria do Carmo Bica, da DOR Viseu, sobre a agricultura no distrito; Agostinho Lopes, da Comissão Política do PCP; Casimiro Mendes, da DOR Portalegre, sobre problemas no distrito; Nogueira Gil, membro da DOR Viana do Castelo sobre a situação no Alto Minho e José Antunes da DOR Braga sobre as consequências da política governamental para sectores como os têxteis, com particular destaque para a região do vale do Ave.

A seguir tomou a palavra o secretário-geral adjunto, Carlos Carvalhas para depois intervirem Helena Bastos, do Comité Central, sobre o papel das mulheres do PCP e da CDU na actual situação sociopolítica; Amândio Braulino de Freitas, da DOR Sanaém e presidente da Federação dos Agricultores que falou sobre a agricultura portu-



guesa no quadro comunitário e da política governamental; Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado; Luís Garra da DOR Castelo Branco sobre os objectivos da CDU no distrito; o deputado João Amaral sobre «política externa e de defesa nacional»; Jorge Cordeiro, do Comité Central, sobre as áreas metropolitanas e o papel das Assembleias Municipais; Edgar Correia, da Comissão Política; António Mendes da DOR Évora sobre agricultura, indústria, rede viária, turismo e outros problemas do Alentejo.

Ainda durante esta sessão, que se encerraria por volta das 16 e 45, fizeram intervenções José Luís Gonçalves da DOR Madeira sobre o quadro político e social onde se enquadram as próximas legislativas naquela região autónoma e Vítor Costa, deputado, sobre a importância das Jornadas Legislativas como forma de aproximar os deputados aos problemas das regiões e das perspectivas da CDU na região de Coimbra a cuja Direcção de Organiza-

ção Regional Vítor Costa pertence.

Luísa Araújo, do Secretariado do Comité Central, presidiu à terceira e última sessão desta conferência.

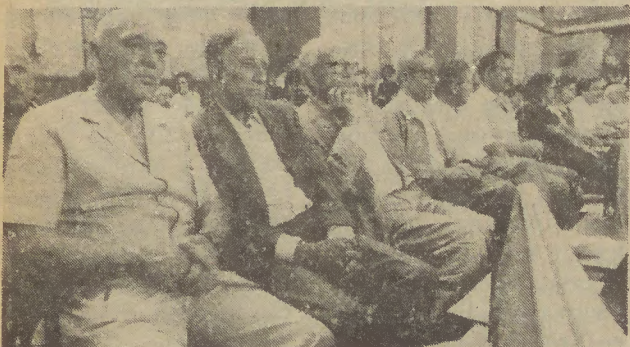
A primeira intervenção esteve a cargo de Victor Manuel Martins, da DOR Bragança, sobre a situação em Trás-os-Montes e a política eleitoralista do Governo e do PSD. Depois seguiram-se Américo Costa, do Comité Central, sobre reformados pensionistas e idosos; a deputada Odete Santos sobre a justiça em Portugal; Armando Pinto Lopes, da Comissão Concelhia de Penafiel sob o tema «os males da maioria absoluta»; José Casanova da Comissão Política; João Luís Gabriel, vereador da Câmara Municipal da Marinha Grande, sobre a situação no distrito de Leiria e Paulo Basílio, da Zona Norte da Cidade de Lisboa, sob o tema «liberdade e democracia».

Ainda nesta sessão intervieram Luís Sá, da Comissão Política; Fernando Amaro do Comité Central e da DOR Al-

Mandatos

Quota prevista - 599
Presenças - 470 (73%)
Mulheres - 89 (18%)
Menos de 20 anos - 2 (0,4%)
20 a 30 anos - 43 (9,1%)
30 a 50 anos - 341 (72,5%)
Mais de 50 anos - 84 (17,9%)
Operários - 119 (25,3%)
Empregados - 188 (40%)
Quadros Técnicos e Intelectuais - 84 (17,9%)
Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais - 10 (2,1%)
Agricultores - 2 (0,4%)
Diversos - 67 (14,3%)

Nota: não estão incluídos os 141 membros do CC e os 13 do Executivo da JCP que estão presentes.



Entre os convidados na Conferência Nacional estavam representantes do Partido «Os Verdes», da Intervenção Democrática, da UDP e várias personalidades independentes onde se destacava a presença do general Vasco Gonçalves e do Almirante Rosa Coutinho.



Candidatos da UDP nas listas CDU

Um acordo eleitoral entre o PCP e a UDP vai permitir a integração de candidatos desta formação nas listas da CDU. Conjugar esforços para derrotar a direita é o objectivo.

O acordo eleitoral estabelecido entre o PCP e a UDP foi assinado por representantes das duas formações partidárias na quarta-feira da semana passada em Lisboa. Membros da UDP integrarão as listas da CDU na qualidade de independentes apresentados pelo PCP, tendo a UDP comunicado a decisão de indicar, como seus candidatos de Lisboa e Porto, Mário Tomé e Carlos Marques, o que mereceu a concordância do PCP.

Os dois candidatos ocuparão o 6.º lugar nas referidas listas tendo ficado estabelecido que os restantes candidatos da UDP serão indicados por aquela formação partidária tendo em conta o equilíbrio da composição das listas.

Para além de Lisboa e Porto, onde a UDP também apresentará candidatos respectivamente em 21.º e 25.º lugares das listas da CDU, haverá igualmente lugar para elementos daquela força política no oitavo lugar das listas em Aveiro, no décimo em Braga, no nono em Coimbra e Viseu, no sétimo em Faro, em sexto em Leiria, em 11.º em Santarém e em 12.º em Setúbal. Ainda para a UDP estarão reservados lugares suplentes nas listas CDU em Castelo Branco (primeiro), Lisboa (quinto) e Setúbal (quarto).

Na ocasião, Domingos Abrantes, membro da Comissão Política do PCP, referiria que mais uma vez se vai «confirmar ser a CDU-Coligação Democrática Unitária um espaço de intervenção política unitária, aberto à contribuição de todos que decididamente se mostrem empenhados na convergência e na conjugação de esforços para derrotar a direita e trabalhar para criar condições capazes de abrir caminho a uma alternativa democrática».

Falando a propósito do espaço «aberto e de diálogo» que a CDU, com o PCP, «Verdes» e Intervenção Democrática, constitui, alargado agora à UDP, Domingos Abrantes sublinharia ser esta «uma importante contribuição para que se atinja o reforço da expressão eleitoral da CDU, factor da maior importância para se alcançar uma alternativa verdadeiramente democrática ao Governo e à política do PSD/Cavaco Silva».

Fazendo um breve balanço às consequências da política do Governo PSD/

Cavaco Silva, Domingos Abrantes diria que ele se caracteriza pelo «aprofundamento das desigualdades sociais, pela precarização cada vez maior do emprego, sujeita os trabalhadores a mais intensos ritmos de exploração. Os trabalhadores portugueses, contrariamente aos tão propalados sucessos governamentais, são em termos comunitários os que mais trabalham e menos ganham, são os que mais pagam para a segurança social, embora sendo os que menos segurança social têm. Portugal é o país da CEE com maior índice de pobreza».

Saúde e habitação, desumanização da vida urbana, legislação laboral, «a mais séria ameaça desencadeada contra direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores», a política de reconstituição do capital monopolista expressa por exemplo na nova lei dos sectores aprovada há dias na Assembleia da República, com os votos do PSD (e com a abstenção do PS), as «crescentes limitações dos direitos dos cidadãos» e ainda a governamentalização da vida pública foram algumas das razões que levaram o dirigente do PCP a realçar «a importância dos resultados a atingir nas próximas eleições legislativas».

«A tarefa política central e fundamental da vida política nacional é colocar o PSD e o CDS em minoria na Assembleia da República e assegurar uma maioria democrática», disse Domingos Abrantes.

«As eleições para a Assembleia da República a realizar em 6 de Outubro próximo constituem uma grande oportunidade de se operar uma mudança na vida política nacional, uma mudança que garanta uma política de progresso social e cultural, aprofunde a democracia e garanta as liberdades dos cidadãos e a independência nacional».

«Para atingir este objectivo, o PCP não regateará esforços», tendo Domingos Abrantes lembrado que «a constituição de uma verdadeira alternativa democrática exige que se dê combate à política de direita, exige o diálogo, o entendimento, a conjugação de esforços dos mais amplos sectores democráticos», devendo «a compreensão desta verdade ser assumida por todas as forças democráticas».



Finalmente, Domingos Abrantes diria que o «acordo estabelecido entre o PCP e a UDP garante as necessárias autonomia e identidade próprias de cada um dos partidos no quadro de uma acção comum com vista ao sucesso e ao reforço eleitoral da CDU» e que «pela sua natureza, pela sua actuação, está criado um quadro de grande confiança na CDU,

uma confiança que se traduz no apoio de largos sectores democráticos, apoios que se alargam e que poderão ser ainda mais amplos».

«A CDU é uma força com obra realizada, que cumpre o que promete. A CDU é uma grande força com um projecto de futuro», concluiu Domingos Abrantes.

O acordo eleitoral

1. Tendo em conta a concorrência às eleições para a Assembleia da República de 1991, o Partido Comunista Português (PCP) e a União Democrática Popular (UDP) celebraram um acordo eleitoral, que regula a integração nas listas da CDU de candidatos de UDP e as modalidades de apoio da UDP às candidaturas e à campanha da CDU. Os termos do acordo são adiante especificados.

3. Com este acordo eleitoral, o PCP e a UDP não têm somente em vista melhorar o seu posicionamento eleitoral e colaborar para o sucesso da CDU. Os dois partidos pretendem também contribuir, incluindo com o seu exemplo, para incentivar a cooperação e a convergência com as demais forças democráticas, que é o caminho seguro para derrotar o PSD e toda a direita e concretizar uma alternativa democrática.

3. Os candidatos da UDP, em número e colocação definidos no quadro anexo, integram as listas da CDU, como independentes propostos pelo PCP e em lugares reservados ao PCP pela coligação, nos círculos de Lisboa, Porto, Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Leiria, Santarém, Setúbal e Viseu.

4. O primeiro candidato da UDP na lista de Lisboa será colocado na zona de eleição, tendo em conta os resultados das eleições de 1987, e o primeiro candidato pelo Porto ocupará uma posição de destaque na lista.

Em ambas as listas haverá um segundo candidato da UDP.

5. Em contrapartida, a UDP não apresentará quaisquer candidaturas, apoiará as listas da CDU e fará campanha para a votação na CDU em todos os círculos eleitorais do continente. Os círculos da Madeira e dos Açores não estão compreendidos nos termos deste acordo.

6. A campanha eleitoral da UDP em apoio da CDU desenvolver-se-á tanto pela sua participação em iniciativas promovidas pela CDU, nas formas que a coligação vier a propor, como através, como através de iniciativas separadas e próprias da UDP com apelo expresso do voto na CDU.

7. Nos tempos de antena da CDU serão inseridos depoimentos de candidatos da UDP, as necessárias referências ao apoio da UDP à CDU e outras eventuais contribuições.

8. Será constituída uma Comissão, composta por representantes do PCP e da UDP, para acompanhar a concretização do presente acordo e dinamizar os esforços eleitorais de ambas as forças. As questões concretas de condução da campanha nos diferentes círculos serão resolvidas regionalmente por delegações dos dois partidos.

9. O presente acordo é acompanhado por um Acordo Parlamentar, a subscrever simultaneamente pelos dois partidos, no entendimento de que só em conjunto traduzem os compromissos assumidos entre o PCP e a UDP na concorrência às eleições para a Assembleia da República de 1991.

Maio de 1991

Partido Comunista Português (PCP)
União Democrática Popular (UDP)

O acordo parlamentar

1. O Partido Comunista Português (PCP) e a União Democrática Popular (UDP) efectuam um acordo para regular na Assembleia da República, após as eleições legislativas de 1991, a cooperação e as relações do deputado eleito pela UDP nas listas da CDU e o Grupo Parlamentar do PCP. Os termos do acordo têm a especificação que se segue.

2. O PCP assegura à UDP que se por motivos de força maior o seu deputado tiver que interromper o exercício do mandato será substituído por outro candidato da UDP da mesma lista, comprometendo-se os candidatos do PCP que estiverem de permeio a assinar a necessária declaração de impedimento para exercerem o mandato.

3. A UDP assegura ao PCP que o exercício das substituições necessárias ao funcionamento do Grupo Parlamentar comunista terá sempre a colaboração dos candidatos da UDP que estiverem de permeio que se comprometem a assinar a necessária declaração de impedimento para exercerem o mandato.

4. O Deputado da UDP eleito nas listas da CDU disfrutará do estatuto do deputado independente não integrado em Grupo Parlamentar, nos termos do Regimento da Assembleia da República.

5. Tendo em conta o número anterior considera-se da maior importância que os dois partidos procedam a consultas prévias e procurem unificar as suas posições em relação aos mais importantes actos parlamentares, no-

meadamente, nos seguintes:

- apreciação e votação do Programa do Governo;
- votação de moções de confiança e de censura;
- votação do Orçamento de Estado e Grandes Opções;
- votação dos Tratados Internacionais.

6. O deputado da UDP compromete-se a apoiar as candidaturas do PCP aos órgãos da Assembleia da República e outros órgãos institucionais, dela emanados.

7. Os dois partidos discutirão futuramente a vantagem de debaterem e concretizarem um acordo mais detalhado de acção parlamentar.

8. A UDP receberá uma parte do subsídio atribuído aos partidos pago pela Assembleia em função da votação global da CDU. A parte da UDP, de acordo com a regra que vigora na Assembleia da República, será correspondente à fracção de um deputado sobre o número total dos deputados eleitos pela coligação.

Maio de 1991

Partido Comunista Português (PCP)
União Democrática Popular (UDP)

Associativismo: desinteresse e abandono

Os problemas do associativismo estiveram em foco em conferência de imprensa dada pelo PCP, a semana passada. Uma nova política é necessária. Os comunistas apresentaram um projecto de lei na Assembleia da República.

A Constituição portuguesa é clara ao atribuir responsabilidades ao Estado no que diz respeito à cultura e ao desporto dos cidadãos e estabelece os termos em que o Estado deve relacionar-se com as diferentes expressões associativas. Isto é colaborando para levar por diante as suas próprias atribuições.

Na realidade não é isto que acontece. Aquilo a que assistimos hoje é ao esforço do movimento associativo cultural e desportivo para assegurar a participação e a fruição cultural e desportiva dos portugueses, como se se tratasse de responsabilidade exclusivamente sua, contando com o desinteresse, o abandono e mesmo nalguns casos hostilização de sucessivos governos de direita. Se o Governo não é todo o Estado, é no entanto ao Governo que competiria em matéria cultural e desportiva a maioria das responsabilidades constitucionalmente definidas. No entanto, não há uma política de desenvolvimento cultural. Não há uma política de desenvolvimento desportivo. Não há uma política de apoios e de colaboração com o associativismo cultural, desportivo e de recreio.

Na área cultural, o orçamento da Secretaria de Estado da Cultura para 1991 é de 7,8 milhões de contos sendo que, para a Direcção-Geral de Acção Cultural (DGAC) são atribuídos apenas 600 mil contos. É esta a estrutura vocacionada para o apoio ao Associativismo Popular. Deste montante, menos de 12000 contos é a verba distribuída aos diferentes centros culturais regionais ainda existentes (Vila Real, Alto Minho, Viseu e Évora — agora centro dramático) e a todo o associativismo, estimado em mais de dezena e meia de milhar de associações, ao nível dos apoios técnico, instalações e actividades.

O apoio do associativismo popular na área cultural é ridículo pois equivale a menos dinheiro para o todo nacional de que os montantes que grande número de autarquias disponibilizam só para um concelho. É imoral face às despesas loucas, por exemplo com o Centro Cultural de Belém (27 mil contos? 40 mil contos?), e o abandono e desprezo pela função cultural inestimável e insubstituível do Movimento Associativo Popular.

É verdade que o Fundo do Fomento Cultural também tem orçamentos outros 600 mil contos. Só que esta verba se esgota nos pagamentos de

salários e pessoal da Direcção-Geral (+50%) e tem que apoiar de forma horizontal toda a actividade das diferentes áreas da SEC (incluindo o teatro profissional e amador).

Na área do desporto, como é conhecido, os dinheiros do totoloto e do totobola e os parques escudos do Orçamento de Estado vão para os grandes clubes e para o desporto federado (correspondendo a apoios absolutamente insuficientes e incompatíveis com uma real política desportiva) pouco ou nada sobrando para o movimento associativo popular.

Comportamento diferente têm, as autarquias (o Estado local). Segundo estudos do próprio Governo, o Poder Local investe no desporto quatro vezes mais do que o Poder Central (aproximando-se de percentagens de outros países europeus). Na área cultural esta diferença é ainda mais acentuada. Para constatar este facto basta consultar as verbas inscritas nos Orçamentos das autarquias para a acção cultural. O Poder Local é o grande responsável pelo suporte a esta realidade com características originais e únicas que é o associativismo popular português.

As consequências da ausência de colaboração do Estado são graves para o associativismo.

A questão dos apoios do Estado ao associativismo é uma questão central tendo em conta o seu carácter social e as características da sua actividade e serviços que oferece ou presta às populações, com carácter não lucrativo.

Independentemente da necessidade da procura de receitas próprias por parte do movimento associativo, é indispensável a adopção de legislação que regulamente de forma clara e coerente os mecanismos de apoio, defina critérios e assegure apoios naturais, no que respeita ao funcionamento, planos de actividade e obras, das diferentes associações, procurando assim, num quadro legal claro, evitar a situação de gestão aleatória de sacos azuis ao sabor de jogos de interesses pessoais, políticos ou outros. Claro que se está a pensar também na necessidade de aumentar de forma radical os valores das verbas inscritas no Orçamento de Estado (DGAC) para o apoio a esta área, para montantes não inferiores aos 3 milhões de contos. É que para além do teatro e, bastante menos a música e as artes plásticas, as outras áreas não têm sido

abrangidas por dotações mínimas que permitam dar resposta a milhares de propostas, planos de actividade e pedidos formulados por bandas, escolas de música, grupos de teatro amador e profissional, artistas plásticos e as suas associações, grupos etnográficos e folclóricos, escolas e grupos de bailado, artesãos, grupos da área do vídeo, solicitação para equipamento e melhoria de instalações e ainda atender devidamente aos projectos de centros culturais regionais, e directamente a colectividades, clubes, todos os tipos de associação que nos concelhos e regiões do País realizam actividades importantes e, quantas vezes, únicas no frágil panorama do necessário e urgente desenvolvimento cultural.

No terreno desportivo, a situação exigiria uma alteração igualmente radical com vista ao desenvolvimento de uma verdadeira prática desportiva generalizada da população cujo suporte essencial e determinante é o associativismo popular.

Para adequar as relações da administração central às necessidades do associativismo e para que este possa, de forma mais eficaz, ser um factor mobilizador das populações na produção e na fruição da cultura e na construção de um verdadeiro desenvolvimento cultural e desportivo, com raízes na acção das populações, bastaria que o Governo cumprisse e desse corpo em todas as suas consequências e acção correspondente, aquilo a que é constitucionalmente obrigado, colaborando com o movimento associativo.

À importância do movimento associativo é visível não só pela importante dimensão que assume nas suas diversíssimas expressões, traduzindo interesses, actividades e formas de organizações diferentes, mas também por ser um importante espaço de participação e de aprendizagem da vida colectiva e democrática pelo seu papel decisivo na promoção da cultura e do desporto, por traduzir a defesa de interesses concretos e desenvolver junto dos poderes constituídos a luta por esses interesses, pelas possibilidades de realização individual e colectiva que abre, por ser de facto uma componente com características próprias do nosso regime democrático.

É natural, embora não devesse sê-lo, a hostilização a que o movimento associativo tem sido sujeito por parte dos sucessivos governos de direi-

ta. A formação de homens, mulheres e jovens socialmente conscientes e politicamente participativos coloca sérios problemas a uma política de direita que subestima a cultura, o desporto e teme a participação consciente dos cidadãos.

São indispensáveis medidas que visem fortalecer o movimento associativo, potenciar os meios existentes, dinamizar novas associações para novos interesses, manter o carácter essencialmente benévolo dos dirigentes e o carácter formativo e profundamente democrático e popular do associativismo português. Medidas designadamente nas áreas dos apoios, da valorização dos dirigentes, da formação, da fiscalidade, das instalações, da participação na vida nacional e nas decisões políticas que ao associativismo dizem respeito.

A Assembleia da República poder ter um papel de grande importância para o associativismo, designadamente através da aprovação de legislação que vá de encontro aos interesses do Movimento Associativo e que oriente e condicione a actuação governativa, no sentido do cumprimento da Constituição.

O PCP considera essencial para o fortalecimento do movimento associativo a adopção de um conjunto de medidas prioritárias de que salientamos:

1 — A adopção pela AR de uma lei quadro dos apoios ao movimento associativo, que defina um quadro legal de apoios com critérios objectivos.

2 — A adopção de legislação que defina o estatuto do dirigente associativo e que crie condições para que os dirigentes exerçam as suas funções em melhores condições.

3 — A criação de um Instituto do Movimento Associativo com delegações distritais que, entre outras, tenha por funções o apoio e incentivo ao associativismo, coordenação do quadro de apoios a conceder (apoio técnico, cedência de materiais e equipamentos, apoio a transportes em grupo, apoio à aquisição, construção e reparação ou manutenção de instalações, apoio directo a planos de actividades anuais e outras propostas de acção cultural, desportiva e social), bem como outras participações financeiras, de formação para dirigentes, activistas e animadores associativos.



Na conferência de imprensa estiveram da esquerda para a direita: Vitor Agostinho, dirigente associativo; Augusto Flor, membro do Grupo de Estudos do PCP para os problemas do associativismo e Carlos Rabaçal da Comissão Executiva Nacional.

4 — A adopção de um plano de formação de dirigentes e animadores associativos que vise actualizar os conhecimentos e elevar as qualidades de gestão dirigente e crie uma rede nacional de animadores associativos.

5 — Criação de condições mais favoráveis para as associações ao nível da fiscalidade.

6 — Aumento substancial do Orçamento de Estado das áreas da cultura, do desporto, da segurança social e da administração interna, (ambiente, etc.) orientadas para o apoio às actividades do movimento associativo, além do estabelecimento de dotação orçamental própria para o Instituto do Associativismo, compatível com o cumprimento das suas funções.

7 — Adopção de incentivos e apoios especiais para as associações que desenvolvam actividade visando a integração dos jovens na vida associativa.

8 — Criação de fundo e programa especial de apoio à construção, aquisição, rendas, arranjo e manutenção de instalações das associações.

9 — O lançamento de projectos de desenvolvimento cultural e desportivo a nível regional e sub-regional, que integrem a participação dos poderes central e local, as associações culturais e desportivas e os agentes económicos locais e regionais designadamente através do alargamento das possibilidades de recolha de apoios da lei do mecenato.

10 — Garantia da participação do Movimento Associativo no processo de regionalização, na elaboração e debate dos planos de desenvolvimento local e regional, designadamente nas áreas da cultura e do desporto.

11 — Criação de condições de informação e acesso aos programas comunitários orientados para o apoio às actividades do Movimento Associativo.

12 — Apoio à contratação e constituição de equipas de técnicos especializados, com formação nas matérias de especialidade das associações a nível local e regional.

13 — Cumprimento da Constituição no que respeita à colaboração do Estado na prossecução das suas atribuições nas áreas da cultura, do desporto e do recreio.

Como objectivo de resolver alguns dos problemas essenciais do Movimento Associativo e concretizar soluções e propostas avançadas, o PCP apresentou na Assembleia da República no dia 14 do corrente mês de Maio um projecto de lei quadro de apoio ao Associativismo, neste momento em debate público. É mais um contributo concreto do PCP que, entre outras medidas, cria o Instituto do Associativismo; salvaguarda a existência da DGAC (ameaçado de extinção); cria a figura de Utilidade Pública Municipal; alarga benefícios fiscais às associações; cria um registo nacional de associações; avança verbas de apoio no plano dos transportes, instalações e apoio técnico e financeiro; avança um plano nacional de formação de dirigentes e animadores culturais e desportivos; cria mecanismos de libertação laboral que permita aos dirigentes associativos passarem a ter disponibilidade de tempo para o exercício das suas funções.

O PCP está aberto e apela à participação dos dirigentes e activistas associativos para que, no debate, e com o contributo das suas opiniões e propostas, possam melhorar e enriquecer este projecto de lei que, a ser aprovado na Assembleia da República, constituiria um avanço histórico para o Movimento Associativo.

O Movimento Associativo nasceu e tem-se desenvolvido como resultado da vontade própria e dos interesses das populações, muitas vezes sem o apoio dos governos e até, como hoje acontece, com a hostilização dos governos. Os governos passam e o Movimento Associativo persiste, cresce, desenvolve-se e afirma-se.

O PCP exprime a sua confiança nos homens, mulheres e jovens que participam no Movimento Associativo, reafirma o seu elevado apreço por esta riquíssima expressão da nossa democracia e da vida cultural e desportiva do nosso povo e consiera que, neste sector como noutros, a derrota da política de direita e do Governo PSD e a adopção de uma política democrática através de uma criação de um governo democrática (possibilidade ao alcance dos portugueses nas próximas eleições legislativas de 6 de Outubro) permitiriam que o Movimento Associativo, em colaboração com o Estado, conhecesse uma época de grande desenvolvimento e afirmação na sociedade e na democracia portuguesa no limiar do séc. XXI.

Apresentados no Porto Os cinco primeiros candidatos da CDU

A CDU/Porto promoveu na passada sexta-feira, dia 17 de Maio, um encontro com a comunicação social no qual foram apresentados os cinco primeiros candidatos da lista da Coligação pelo círculo do Porto para as próximas eleições legislativas. Na ocasião, Luís Sá fez a sua primeira declaração política enquanto cabeça de lista da CDU por aquele círculo eleitoral.

São os seguintes os candidatos da CDU:

1.º, **Luís Sá**, 39 anos. Licenciado em Direito. Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. 2.º, **Raúl Castro**, 69 anos. Advogado. Deputado à Assembleia da República e membro da Assembleia Municipal do Porto. Vice-Presidente da Associação Intervenção Democrática/ID. Candidato independente. 3.º, **Ilda Figueiredo**, 42 anos. Economista. Deputada à Assembleia da República. Membro da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP. 4.º, **Vítor Ranita**, 51 anos. Dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, é membro da Comissão Executiva da União dos Sindicatos do Porto e do Conselho Nacional da CGTP-IN. Integra a Comissão Executiva da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP. 5.º **Emídio Ribeiro**, 42 anos. Membro da Comissão Exe-

cutiva Nacional do Comité Central do PCP e da Direcção da Organização Regional do Porto, de que é responsável.

Na conferência de Imprensa foi divulgado o texto

A lista cujos primeiros candidatos hoje apresentamos aproveita a experiência e o valioso trabalho nesta legislatura, conjugando-os com a renovação. Estamos certos de que vai resultar

PCP trabalha no seu programa eleitoral, o PEV e a ID apresentarão os seus objectivos próprios para a próxima legislatura. Os objectivos globais da CDU orientarão obviamente os



Os cinco primeiros candidatos da CDU no Porto foram apresentados em sessão pública no passado dia 17 de Maio

da declaração política de Luís Sá onde se salienta que: «tendo a CDU quatro deputados em 39, intervieram mais pelas diversas formas do que todos os outros 35, quer em torno dos problemas gerais do País, quer em torno dos problemas do distrito do Porto. Contra eles, nunca foi necessário ameaçar com multas para estarem nos seus postos, quer na Assembleia da República, quer junto das populações e de quem tem problemas.

daí a garantia de abertura, competência, conhecimento dos problemas do País e da região, em particular dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, das mulheres, da juventude, dos reformados, de todos os que vêm negados o seu bem-estar e os direitos que deveriam ser garantidos.

A CDU apresentou recentemente o seu Manifesto Eleitoral com indicação das linhas políticas globais. O

candidatos do círculo do Porto.

É oportuno porém, salientar algumas preocupações específicas imediatas que vão orientar a sua actividade, sem prejuízo da apresentação em tempo oportuno de um Manifesto Programático Regional.

Estas preocupações, que são inseparáveis de onze anos de permanência ininterrupta do PSD no Governo, merecerão particular atenção aos candidatos e dos futuros deputados.

Nota da Comissão Política

PCP integrará eventual delegação a Timor Leste

As últimas evoluções da situação relativa a Timor Leste confirmam, para lá da ocupação militar do território e da ostensiva violação do direito internacional pela Indonésia, a política de genocídio e sucessivos atentados aos direitos humanos e à identidade do povo timorense.

Nesta situação é oportuno sublinhar que nos termos da Constituição da República, «Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem (...) de promover e garantir o direito à autodeterminação e independência de Timor-Leste».

A questão de Timor Leste está colocada à ONU desde 1975 e a partir de 1982 ficou especialmente a cargo do Secretário-Geral da ONU a quem nos termos da Resolução 37/30 foi conferido o papel de mediador entre as partes interessadas na busca de uma solução justa e internacionalmente aceitável.

Foi no quadro deste papel conferido ao Secretário-Geral da ONU que surgiu a possibilidade de uma delegação de deputados da Assembleia da República se deslocar ao território de Timor Leste.

O PCP reafirma o acordo dado a que se encetasse um processo de negociação em torno desta deslocação parlamentar que só seria concretizada se as condições pudessem favorecer a luta do povo mauber e a posição portuguesa.

O PCP reafirma especialmente o seu acordo com os termos de referência apresentados pela Assembleia da República, entre os quais, com particular ênfase, o que preconizava o aces-

so directo ao território de Timor Leste. O PCP sempre se pronunciou contra a passagem por Jacarta, quer pela leitura propagandista que a Indonésia dela fará a favor das suas posições, quer pela ausência de assinaturas da diplomacia portuguesa para atenuar as consequências negativas na opinião pública internacional.

O PCP considerou, desde sempre, que o processo de negociações, tal como foi conduzido pelo Governo, sem prejuízo da competência dos diplomatas que nele intervieram, permitiu fugas e especulações que não favoreceram a posição negociadora portuguesa.

Apesar das claras objecções produzidas, das discordâncias frontais e das reservas enunciadas, o PCP integrará a delegação da Assembleia da República a Timor Leste, se ela se vier a concretizar, e tudo fará para que aos deputados portugueses sejam asseguradas reais condições para contactar com a resistência timorense e outros representantes do povo de Timor e para que seja garantido que não haverá qualquer espécie de represálias contra aqueles que contactarem com a delegação portuguesa.

O PCP actuará, em todas as circunstâncias, com o objectivo de que a deslocação parlamentar sirva, de modo inequívoco, os interesses e direitos do povo de Timor Leste e salvaguarde a posição de Portugal como potência administrante.

Com tal decisão o PCP reafirma a sua activa e calorosa solidariedade para com a resistência timorense, que animou e animará a sua intervenção neste processo.

Crítérios da RTP

Sobre a isenção e o pluralismo na RTP

Face às opiniões e aos dados incorporados numa peça transmitida no Telejornal de dia 23, através da qual a RTP procura fazer crer que pratica um rigoroso pluralismo e uma inexcusável isenção, o Gabinete de Imprensa do PCP considerou necessário salientar, numa nota divulgada sexta-feira passada, alguns pontos que aqui transcrevemos.

1. É patente, com a divulgação destes dados, que a RTP tenta contrariar o sentimento generalizado da opinião pública sobre a parcialidade da sua informação e a sua descarada instrumentalização pelo Governo e pelo PSD. É igualmente patente que a RTP se procurou antecipar à anunciada mensagem do Presidente da República à Assembleia da República sobre a situação na comunicação social, sendo politicamente significativo que a RTP se tenha dedicado a tentar demonstrar que o PR seria, alegadamente, um privilegiado nas coberturas televisivas em comparação com o Primeiro-Ministro.

2. É indispensável ter presente que, ao divulgar estes dados, a RTP não fornece uma série de esclarecimentos sobre os critérios utilizados, que são indispensáveis para avaliar a credibilidade de tais dados. Com efeito, a RTP não explicou, designadamente, se os dados abrangem os dois canais ou só o 1.º; se foram ou não contabilizadas as intervenções e notícias sobre candidaturas presidenciais e respectivas campanhas e, em caso afirmativo, como resolveu o problema da arrumação por partidos de alguns candidatos; se, nos dados relativos ao PCP, designadamente nos anos de 1988 e 1989 e nos primeiros meses de 1990, também foram incluídos os tempos das numerosas peças e entrevistas de intriga e agressão ideológica contra o PCP; se os dados também incluem os numerosos mini-debates em serviços noticiosos apenas com a participação de dirigentes do PSD e do PS.

3. Se a RTP não tem medo de um verdadeiro debate sobre a sua política de informação, então é indispensável, por um lado, que explique com detalhe os critérios que adoptou na elaboração das estatísticas divulgadas e, por outro, que faculte aos partidos da oposição os mapas e outros documentos que sustentaram os números que divulgou e as conclusões que tirou. Independentemente de outras verificações e apuramentos, terá, por exemplo, muito interesse chegar-se a uma arrumação de dados relativamente aos serviços noticiosos e programas de informação não diária de maior audiência.

4. Apesar desta ressalva, os dados divulgados pela RTP não deixam de atestar uma hegemonização e dominação dos serviços noticiosos e programas de informação pelas intervenções, actividades e propaganda governamental, que se revela impressionante do ponto de vista quantitativo mas que, se se atender aos conteúdos e formas de tratamento, se reveste ainda de maior impacte e significado.

5. Torna-se indispensável sublinhar que os dados divulgados pela RTP assentam no artificialismo político de separar o PSD e o seu Governo, quando é através do Governo que o PSD faz circular parte essencial da sua mensagem e quando é sabido que o Governo e os seus membros têm um discurso político profundamente partidarizado.

6. O PCP está em condições de divulgar dados sobre o ano de 1988 que lançam as maiores reservas e suspeitas sobre a exactidão dos dados agora divulgados pela RTP. Com efeito, segundo mapas, ao tempo, fornecidos pela RTP, no ano de 1988, considerando apenas os serviços noticiosos da RTP/1 (sem os programas de informação não diários) o Governo e o PSD tiveram o dobro do tempo (cerca de 35 h e 30 m) de todos os outros partidos (cerca de 18 h).

7. O PCP sublinha a sua intenção de não permitir que este assunto fique encerrado no ponto e nos termos que convém à RTP.

O PCP destaca a importância que teria uma acção conjugada dos partidos de oposição com vista ao completo apuramento desta questão e ao combate à indiscutível instrumentalização da RTP pelo Governo e o PSD, a qual nenhuns truques ou estatísticas cozinhadas na RTP podem disfarçar.

TRABALHADORES

Função Pública

Greve em 19 de Junho

Como protesto contra a desvalorização das carreiras profissionais, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública (STFPSA) e o Stal (Administração Local) marcaram uma greve para 19 de Junho.

No mesmo dia, os trabalhadores da Função Pública desfilarão entre a Praça do Marquês de Pombal e a Presidência do Conselho de Ministros onde haverá uma concentração.

Paulo Taborda, do STFPSA, disse à agência Lusa que, aprovada em as-

sembleia de delegados sindicais, a decisão de greve é uma consequência da actual situação que se vive na Administração Pública, cujas carreiras não são revalorizadas há anos.

Aquele dirigente sublinhou: «Esperamos que o dia 19 de Junho se torne numa grande jornada de luta da Função Pública, até porque contamos com a convergência de outras greves marcadas por outros sindicatos do sector».

Recorde-se que há diversos sectores com conflitos

pendentes nos serviços públicos.

A greve dos 17 mil trabalhadores administrativos dependentes do Ministério da Saúde registava sexta-feira passada uma adesão entre os 80 e os 90 por cento.

Fonte sindical indicava à Lusa que os dados já contabilizados sobre a adesão remetiam para uma adesão final muito próxima dos 90 por cento.

Foram especialmente salientados os 95 por cento

registados no Hospital de São José e os 90 por cento nos Hospitais da Universidade de Coimbra e de Egas Moniz.

Por alterar há 12 anos, a carreira está no centro da greve.

Motivos da forma de luta adoptada são também a publicação do diploma da segunda fase do descongelamento de escalões, que deveria estar a ser pago desde Janeiro, e a publicação da portaria de aplicação do abono para falhas.

Pacote laboral em destaque

CGTP anuncia semana de luta em Junho

No seguimento do plenário de sindicatos da CGTP-IN efectuado em 21 do corrente as questões relacionadas com o pacote laboral vão ser objecto de novas formas de esclarecimento dos principais interessados. Está prevista, nomeadamente, uma semana de luta de 3 a 8 de Junho.

Entretanto, a UGT-Ferrovíarios anunciava quinta-feira passada que proporia à Federação dos Sindicatos filiada na CGTP e ao Sindicato dos Maqui-

nistas, não filiado em qualquer das centrais sindicais, a convocação de um calendário de greves conjuntas na CP.

Segundo a agência Lusa, as paralisações, que poderão começar com uma «greve de aviso», destinam-se a protestar contra «o impasse de dois anos nas negociações do regulamento de carreiras».

A UGT-Ferrovíarios é uma estrutura recentemente criada para congregar os sindicatos filiados

com representatividade na CP.

Está também em questão «a falta de flexibilidade» da gestão para negociar as 40 horas semanais.

A semana de luta promovida pela CGTP tem também em vista a mesma questão, ao mesmo tempo que pretende suscitar um grande debate público sobre a nova legislação conhecida por pacote laboral, procurando designadamente as formas de minorar os seus impactes negativos. Entretanto a CGTP fazia

notar que a revisão das leis laborais, «lay-off», trabalho ao domicílio, etc., são da competência exclusiva da Assembleia da República.

Ao mesmo tempo, no CPCS (Conselho Permanente de Concertação Social) tanto a CGTP como a UGT reivindicavam um reforço das medidas de combate ao aumento dos preços.

Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, afirmou, segundo a Lusa, que «não é completamente seguro que a meta de inflação estabelecida pelo Governo para os próximos meses venha a ser cumprida».

Por seu turno, um dirigente da UGT, Agostinho Roseta, afirmava que «é necessário melhorar os esforços para reduzir a actual taxa de inflação, nomeadamente através da redução dos preços dos combustíveis, da energia e das taxas de juro, especialmente as que vigoram para aquisição de habitação».

50 horas semanais

Ao aprovarem no Porto a semana de luta da CGTP entre 3 e 8 de Junho, cerca de 400 sindicalistas da USP consideraram que as novas leis do trabalho da iniciativa do Governo têm «um carácter injusto e desumano, constituindo um factor de retrocesso social». Foi nomeadamente afirmado que a pretendida flexibilização do horário de trabalho pode obrigar um trabalhador a laborar 50 ho-

ras semanais, ou 10 horas diárias, e implicar o despedimento por inadaptação tecnológica.

O máximo de 40 horas de trabalho semanal é «um imperativo do progresso e da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores», frisaram também, segundo a agência Lusa, os sindicalistas do Porto.

Chiado

Desempregados iludidos por miríficas verbas

Na altura em que é anunciado o começo das obras de reconstrução do Chiado, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa (CESL) «não pode — sublinha uma nota de 22 do corrente — deixar de recordar a sorte de centenas de trabalhadores das empresas da área sinistrada».

Segundo aquele Sindi-

cato, esses trabalhadores foram «sistematicamente iludidos por promessas do Governo e pela atribuição de miríficas verbas, cuja aplicação raramente se verifica».

O CESL lembra «os trabalhadores dos Armazéns do Chiado, do Grandella, do Eduardo Martins e de tantas outras empresas que, da noite para o dia, se viram reduzidos ao desem-

prego e ao recurso a ajudas que, na maior parte das vezes, nunca se vêm a verificar».

Em grande número de casos, o subsídio de desemprego já terminou. Nos restantes, estão prestes a finalizar. Depois, acrescenta o CESL, «os departamentos governamentais remetem os desempregados para a “caridade” selectiva da Acção Social...»

A nota do CESL de 22 do corrente termina com o seguinte comentário:

«Que fantástico negócio de muitos milhões de contos não representou para alguns o dramático incêndio da zona do Chiado? E que miséria este acontecimento “banal” não fez recair sobre os débeis ombros de dezenas de famílias portuguesas?»

Professores
Promessa
de regularização

O Ministério da Educação prometeu, segundo a Lusa, em 22 do corrente, regularizar o pagamento na íntegra dos escalões e dos retroactivos em Junho próximo aos professores.

Uma dirigente da Fenprof, Manuela Valério, disse àquela agência de notícias que a promessa resultara de uma reunião com Alarcão Troni, secretário de Estado adjunto do ministro da Educação.

Aquela dirigente considerou a nova situação «uma vitória resultante da movimentação dos professores, pois o Ministério propunha-se fazer o pagamento apenas em Julho».

Irá também ser regularizada a situação dos professores do ensino especial, no que respeita ao pagamento das horas extraordinárias e das gratificações.

«Este mês serão feitos os pagamentos até Março e em Junho ficará regularizado o restante», disse Manuela Valério.

Contestado pela Fenprof, foi revogado o despacho so-

bre a contagem de tempo de serviço das educadoras de infância, frisou a mesma dirigente da Federação.

A Fenprof entregou ao secretário de Estado «uma proposta de protocolo para regularizar a situação dos professores com habilitação própria e dois ou mais anos de serviço, que ainda não estão vinculados à Administração Pública».

No que respeita à circular 16, que diz respeito à questão da carreira e pré-carreira, «a discussão não foi conclusiva — adiantou Manuela Valério — e a Fenprof e o Ministério vão requisitar o parecer da Procuradoria-Geral da República».

Para abordar o problema está prevista para 5 ou 6 de Junho nova reunião.

No entanto, a hipótese de greve às avaliações não foi afastada, pois continuam por satisfazer várias reivindicações dos professores e dos sindicatos, designadamente quanto à vinculação à Função Pública, à questão das carreiras e à prova de candidatura.

Transportes
protestam

A política de privatizações nos transportes foi criticada em conferência de Imprensa pela Festrú (Federação dos Rodoviários), pela mesma organização dos ferroviários e pela Sitava (Sindicato da Aviação e Aeroportos). O ministro foi acusado de falta de diálogo com os sindicatos.

Em 22 do corrente, os dirigentes sindicais dirigiram-se ao Ministério na tentativa de serem recebidos.

No que respeita por exemplo à Rodoviária Nacional, a situação foi considerada «escandalosa». As três organizações sindicais afirmaram que «as próprias contas da empresa foram subavaliadas, para efeitos de privatização, atribuindo-se a alguns autocarros o valor zero».

Foi admitida a adopção de formas de luta.

Nova greve no Sheraton

Com duração a determinar, foi anunciada nova greve no Hotel Sheraton em Lisboa para a primeira semana de Junho.

O coordenador do sindicato, Rudolfo Caseiro, adiantou quanto ao Ritz que o plenário decidiu devolver à administração os «aumentos simbólicos com carácter discriminatório».

Foi decidido dar um prazo até ao fim deste mês para que passe a ser aplicado o horário de 40 horas no snack-bar. O novo horário foi acordado recentemente.

Nesses hotéis as administrações continuam a fazer depender aumentos salariais da aplicação do pacote laboral. Segundo o Sindicato do Sul, foi desrespeitado «provocatoriamente» o processo negocial e foram aplicados «unilateralmente valores salariais insuficientes».

Portugal e Espanha

As consequências do mercado único europeu serão discutidas pelas centrais sindicais da Península no primeiro semestre deste ano em Madrid.

Segundo a agência Lusa, em telegrama do Luxemburgo, datado de 16 do corrente, a decisão de efectuar um seminário sobre o assunto foi tomada pelas Uniões Gerais de Trabalhadores (UGT) portuguesa e espanhola e pelas Comisiones Obreras.

A CGTP-IN será convidada a aderir à iniciativa.

A realização do seminário foi decidida no decorrer do VII Congresso da Confederação Europeia de Sindicatos

Politécnico de Coimbra



Vários responsáveis pelo Politécnico de Coimbra, entre os quais o presidente da sua comissão instaladora, foram convocados para prestar declarações à Comissão Parlamentar de Educação, sobre os acontecimentos ocorridos no último ano naquele estabelecimento do Ensino Superior.

Marcados para os próximos dias 4, 5 e 6 de Junho, estas audiências enquadram-se numa audição parlamentar requerida num projecto de deliberação apresentado pela bancada do PCP, cujo principal objectivo é o de esclarecer não apenas os referidos acontecimentos em Coimbra, como, ainda que de forma sumária, avaliar o estado actual daquele ramo do Ensino Superior.

Em causa estão, nomeadamente, a aplicação da Lei n.º 54/90 e a cessação dos regimes de instalação e, bem assim, o tipo de corpo docente que sustenta hoje o Ensino Superior Politécnico.

Salvar S. Martinho do Porto



Alvo de tratamento no quadro de uma audição parlamentar, marcada para dia 5, vai estar também a Baía de S. Martinho do Porto. Da iniciativa dos deputados comunistas, esta audição visa fazer o ponto da situação com vista à sensibilização das autoridades e opinião pública e à adopção de medidas tendentes à sua recuperação e protecção.

Convocados para prestar declarações estão já o ministro e secretário de Estado do Ambiente, bem como outras entidades, entre autarquias e grupos de defesa do ambiente da região.

Hospital do Patrocínio



O Grupo Parlamentar do PCP propôs a deslocação do ministro da Saúde à respectiva Comissão Parlamentar com vista ao esclarecimento da situação em que se encontra o Hospital do Patrocínio, em Évora, no que se refere à conclusão das suas obras e ao seu estatuto futuro.

Pertença da Fundação Patrocínio, instituição privada de solidariedade social estreitamente ligada à Liga Portuguesa Contra o Cancro, este estabelecimento hospitalar onde já foram gastos cerca de um milhão de contos assume enorme importância para o Sul do País, quer como futura unidade de prestação de cuidados de saúde na área oncológica, quer como unidade integrada no Hospital Distrital de Évora.

Sabotagem em Camarate?



A Comissão de Inquérito a Camarate, após dez anos de investigações sobre o acontecimento, concluiu, por maioria, ter havido sabotagem no avião que transportava Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa e seus acompanhantes.

PSD, CDS e PRD votaram favoravelmente o relatório da Comissão, enquanto PS e PCP optaram pela abstenção, posição sustentada no facto de em sua opinião não existirem «provas» de sabotagem e atentado, mas apenas novos «indícios» relativamente às investigações desenvolvidas em anteriores legislaturas.

Na declaração de voto que proferiu em nome do PCP, António Mota manifestou o seu receio de que «factos menos claros estejam a ser instrumentalizados para a obtenção de efeitos políticos circunstanciais», deixando ainda expressa a sua convicção de que os elementos constantes do processo não lhe «permitem concluir com certeza pela existência de um acto criminoso».

Base de Beja



Deu entrada na Mesa da Assembleia um projecto de deliberação que prevê a abertura da Base Aérea de Beja ao tráfego civil, na sua vertente de cargas e descargas.

Esta medida, numa região onde se acentua o fenómeno da desertificação e onde faltam os incentivos para a fixação das populações, é encarada com alguma expectativa pelo que pode representar de melhorias na questão das acessibilidades à região.

A reforçar a importância de uma tal decisão, como salienta o texto do projecto subscrito pelos deputados comunistas Lourdes Hespanhol e Manuel Filipe, está ainda o facto de entre Lisboa e Faro não existir outra estrutura com idênticas características, o que certamente valoriza o papel da Base em termos de escoamento de produtos industriais e comerciais.

Flagelo da droga Uma luta de todos

A toxicodependência é uma doença social que, na óptica do PCP, reclama que o problema seja encarado de uma perspectiva interdisciplinar

Um importante contributo com vista ao aperfeiçoamento dos mecanismos legais tendentes à prevenção do consumo de drogas e tratamento e reinserção de toxicodependentes foi dado pela Assembleia da República, na passada semana, com a aprovação na generalidade de um diploma sobre a matéria apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Ao viabilizar com a sua abstenção a aprovação do diploma, o PSD reconheceu implicitamente a validade das medidas precomizadas pelos parlamentares comunistas para a resolução de um problema que assume a forma de um «flagelo grave», medidas que partem de uma perspectiva interdisciplinar com vista a uma acção conjugada de «todos os que de perto ou de longe

convivem com o fenómeno do consumo de drogas».

«A toxicodependência é uma doença social cujo combate passa pelos esforços do Governo, das famílias e principalmente de toda a população» assinalou a propósito João Camilo, ao equacionar a complexidade do problema nas suas várias vertentes, um problema que na perspectiva da bancada comunista reclama que se vençam inércias e dificuldades e que cada um, na sua área de competência, coopere e intervenha.

É que, como lembrou Paula Coelho, numa alusão à dimensão actual do problema, citando o relatório de segurança interna, recentemente apresentado à Assembleia da República, o consumo aumentou de 1989 para 1990 em 60 por cento,

registrando o tráfico de drogas no mesmo período um aumento de 37 por cento.

Números que indicam claramente, como foi frisado, que as medidas adoptadas pelo Governo — pese embora o valor de algumas delas — não estão a ter a eficácia necessária, em parte por serem medidas isoladas, pelo que urge uma acção integrada e interdisciplinar.

Nesse sentido, o projecto pretende reforçar as medidas de prevenção do consumo de drogas, sensibilizar os meios de comunicação social, garantir a articulação dos esforços das entidades públicas e privadas, garantir o financiamento público às instituições que actuem no domínio da prevenção, promovendo simultaneamente a participação activa da sociedade.

No domínio penal, propõem-se duas alterações «cautelosas que não mexem com a moldura penal em vigor», segundo as palavras de António Filipe que fez questão de frisar, que na «prática do crime e simples consumo de droga, o criminoso e a vítima são uma e a mesma pessoa», pelo que não se pode perder de vista a necessidade de «não apenas censurar o acto, mas também salvar a pessoa».

Nos casos de simples consumo ou de toxicodependentes que desejem a recuperação do Ministério Público, permitindo ao juiz decidir da oportunidade de interposição da acção penal. Por outro lado, propõe-se que a reincidência, contrariamente ao que sucede, não seja considerada uma agravante, em ordem a favorecer a recuperação dos indivíduos.

Inquérito à Saúde

PSD teme a verdade

Face à recusa de Victor Crespo em admitir a proposta de constituição um segundo inquérito ao Ministério da Saúde, posição considerada como uma violação frontal ao Regimento e à Constituição, os partidos da oposição recorreram ao plenário com vista à repositição da «legalidade dos actos» e ao respeito pelos direitos dos deputados.

Ao reagirem desta maneira, conforme aliás foi salientado pelos respectivos líderes parlamentares numa conferência de imprensa convocada para o efeito de onde esteve ausente o PRD (apesar de ter sido um dos subscritores do texto do pedido de inquérito), os partidos da oposição evidenciaram o seu firme propósito de levar por diante a consti-

tuição da Comissão de Inquérito às aquisições e obras hospitalares no consulado de Leonor Beleza, e de não ceder às manobras e dificuldades processuais impostas pela maioria e pelo Presidente da Assembleia da República.

Comentando esta postura, Carlos Brito referiu a propósito que o PSD «tem medo da verdade», en-

quanto António Guterres chamou a atenção para o «alto preço político» que aquele certamente irá pagar por não querer o inquérito, lembrando Narana Coisoró, por sua vez, que este incidente é a comprovação de que o PSD «considera compatível a estabilidade governativa com a corrupção do Parlamento».

Alastra crise na agricultura

A grave crise que se vive no sector vitivinícola e que levou já a quebras de preços ao produtor em termos nominais que atingem valores da ordem dos 40 a 60 por cento, constitui um dos sintomas do fracasso da política agrícola do Governo e da ausência de uma estratégia nacional de desenvolvimento para o sector.

A acusação, feita numa das sessões plenárias da passada semana, partiu do deputado Lino de Carvalho que invocou em defesa da sua tese um conjunto de outros problemas no domínio agrícola, de que têm resultado nalguns casos inten-

tas movimentações dos agricultores, como sucede com o sector da carne, do leite e da fruta.

No caso do vinho, a situação assume contornos ainda mais graves, porquanto, ao mesmo tempo que se arruina a produção nacional permite-se a importação de vinho de muito baixa qualidade, proveniente de Espanha, que depois é misturado no nosso País com vinho nacional.

A quatro meses de uma nova colheita, impõe-se, por conseguinte, que o Governo assumira as suas responsabilidades e que intervenha nomeadamente no mercado do vinho com a re-

abertura do processo de intervenção para destilação a preços compensadores, com apoios para ajuda à armazenagem e com acções no mercado externo tendentes a promover as exportações do vinho nacional de qualidade.

Outras matérias igualmente importantes mereceram ainda a atenção dos deputados comunistas nesta sessão plenária inteiramente preenchida com pequenas intervenções de parlamentares de todas as bancadas.

Foi o caso da falta de orçamento para o ano em curso nas escolas do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e do

Ensino Secundário, abordado por Lourdes Hespanhol ou do despedimento colectivo de 465 trabalhadores que a administração da Automática Eléctrica Portuguesa pretende concretizar, este levada à Câmara pelo deputado Júlio Antunes.

Objecto de tratamento por parte dos parlamentares do PCP foram ainda os problemas dos nossos compatriotas emigrados em França (António Mota), as recentes Jornadas Legislativas do PCP em Viseu (Álvaro Brasileiro) e o recente encontro do Partido sobre a problemática dos deficientes (Manuel Filipe).

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Televisão As maquinações do PSD

Inserida na sua «estratégia de desmantelamento e sabotagem do sector empresarial do Estado», a proposta de lei que transforma a Radiotelevisão Portuguesa em sociedade anónima visa «abrir a porta a aventuras que permitam o controlo pelo capital privado de um serviço público fundamental», dificultando ainda mais a comunicação social o cumprimento da tarefa social que a Constituição lhe atribuiu. Deste modo interpretou Miguel Urbano Rodrigues o diploma governamental que altera os actuais estatutos da RTP, matéria apreciada na passada semana conjuntamente com um projecto-de-lei do PS, ambos aprovados na generalidade, o primeiro com os votos favoráveis do PSD, PRD e CDS (PCP e PS votaram contra), o segundo com os votos do PS, PCP e CDS, abstendo-se o PSD e o PRD.

Foram essencialmente de natureza jurídica e ideológica os argumentos utilizados pela bancada comunista para desmontar os verdadeiros propósitos do Governo neste domínio. Intenções que até aqui têm permanecido na penumbra, no que se refere nomeadamente ao financiamento ou ao modo de gestão do Serviço Público de Televisão.

Indefinição de igual modo extensiva, como lembrou António Filipe as condições necessárias para a abertura da televisão à iniciativa privada, no que respeita designadamente ao esclarecimento da entidade que suportaria os investimentos necessários para viabilizar os futuros dois canais de televisão.

Um assunto sobre o qual entretanto se fez luz ao saber-se que a alienação da rede de transmissão e difusão de sinal da RTP, avaliada em 15 milhões de contos, foi integralmente transferida para a Teledifusora, entidade criada para o efeito, passando a valer depois de uma escandalosa subavaliação quatro milhões de contos.

Um exemplo que na opinião de António Filipe revela não apenas a «prepotência e opacidade» que caracterizaram a conduta do Governo neste processo, como também o seu intuito de «controlar totalmente a RTP enquanto empresa concessionária do Serviço Público de Televisão».

«Tudo o que o PSD e o seu Governo têm feito em matéria de comunicação social e particularmente em torno da privatização de órgãos de comunicação social do sector público, permite rezear à sombra da presente proposta-de-lei as mais sórdidas maquinações», observou o deputado do PCP, concluindo que quem consente e apadrinha as verdadeiras golpadas que foram cometidas na atribuição de frequências de rádios locais e regionais e na aquisição de jornais prestigiados, «também é capaz de pré-determinar os resultados do concurso para os futuros canais de televisão».

Detendo-se a analisar o modo como a RTP tem vindo a ser crescentemente governamentalizada, Miguel Urbano numa resposta directa a afirmações momentos antes proferidas pelo secretário de Estado, Albino Aroso, sobre os «alegados ventos de liberdade que sopram nos ecrãs de televisão», Miguel Urbano Rodrigues sublinhou que este órgão de comunicação «funciona já como se fosse peça da máquina eleitoral do PSD, projectando diariamente a imagem de um país próspero, em crescimento galopante, uma terra paradisíaca onde o povo vive feliz numa atmosfera de estabilidade e justiça, sob a sábia direcção de um governo constituído por autênticos especialistas na arte de bem governar».

«A cascata de inaugurações e reinaugurações e de preâmbulos a futuras inaugurações assusta pelo volume, prometendo uma inundação estival e outonal», alertou ainda Miguel Urbano, antes de identificar na presente proposta de lei «mais um passo na escalada do Governo para impor à comunicação uma política que, longe de assegurar o pluralismo e a isenção daquele serviço público, os impeçam, reforçando a estratégia da governamentalização dos media num contexto caracterizado pelo poder crescente de grupos mediáticos cuja actividade e ambições são incompatíveis com o funcionamento da democracia».

NACIONAL

Discriminação da CNA na Feira de Santarém

A organização da Feira Nacional da Agricultura, em Santarém, quer impedir a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) de participar na edição 91 deste certame, segundo denuncia a CNA numa nota à Imprensa, que especifica:

«Mais uma vez os responsáveis do Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, SA, — CNEMA, se preparam para consumir uma grave e inconstitucional discriminação da CNA, ao negarem a esta Confederação o espaço a que tem direito para aí instalar condignamente a sua representação na Feira Nacional da Agricultura, edição 91, que vai decorrer em Santarém no próximo mês de Junho.

«Que critérios ou compromissos estão na base desta tentativa do CNEMA em afastar a agricultura familiar portuguesa que a CNA representa, da edição 91 da Feira Nacional da Agricultura?», pergunta a CNA, que prossegue:

«Que critérios ou compromissos levam o CNEMA, que deveria ser um organismo sério e isento, a querer impedir a CNA de participar en-

quanto que, por certo, oferece à Confederação dos Agricultores de Portugal — CAP — as melhores condições para a edição 91 deste importante certame?» E conclui a CNA:

«Da nossa parte, protestamos e reclamamos junto do CNEMA e do Governo, a cedência de espaço digno para instalarmos a nossa representação na edição 91 da Feira Nacional da Agricultura. Ao mesmo tempo vamos apresentar queixa contra o CNEMA ao sr. Provedor de Justiça e ao Supremo Tribunal Administrativo.

Vamos ainda apresentar este caso de inadmissível discriminação da CNA aos vários órgãos de soberania.»

Problemas de arroz...

Segundo a Lusa, a Associação de Orizicultores de Portugal (AOP) afirmou hoje não aceitar que os excedentes de arroz da Comunidade Europeia penalizem os produtores portugueses.

«Somos o país comunitário que mais arroz importa. O ministro da Agricultura deverá fazer sentir

aos seus parceiros europeus que o nível de vida dos orizicultores portugueses está mais próximo do Terceiro Mundo do que da Europa», defende a AOP.

Em ofício enviado ao ministro Arlindo Cunha, a Associação de Orizicultores de Portugal considera «intolerável a ideia de uma possível baixa de preços de intervenção do arroz ou a manutenção do preço do ano transacto» e reclama a data de 1 de Setembro para início da intervenção.

Caso não sejam aceites as posições expostas, a Associação salienta que ver-se-á «forçada a tomar posições de rua».

... e do vinho

Grande parte dos agricultores do Distrito do Porto serão «obrigados a fechar a porta» e a deslocarem-se para a cidade devido à falta de escoamento dos seus produtos, afirmou o presidente da Associação de Agricultores da região.

De acordo com Horácio Rangel, presidente da Associação de Agricultores do Porto (APA), a situação é «grave» no que respeita ao escoamento do vinho verde, carne e leite.

«Muito do vinho verde produzido em 1990 encontra-se ainda nas adegas dos agricultores e o que foi recolhido pelas adegas cooperativas não foi ainda pago, não se sabendo quando o será, nem a quanto», diz o responsável da APA, uma associação com cerca de 1400 membros.

Horácio Rangel, que falava no Porto aos jornalistas, afirmou ainda que o «abaixamento do preço da carne no produtor e a falta de escoamento da produção local devido à importação de carne», «é uma situação gravosa para os agricultores».

A quebra de preços do leite no agricultor «enquanto todos os factores de produção continuam a subir» é outra das vertentes da crise que afecta os produtores do distrito do Porto.

Para Horácio Rangel, o «constante aumento dos preços dos factores de produção, o difícil acesso ao crédito, os juros demasiado altos e a falta de seguros bonificados da produção agrícola estão igualmente a levar os agricultores para uma situação de crise».

Quem são os fora-da-lei?

«Da África do Sul chegam-nos a notícia de lançamento de gases lacrimogéneos sobre uma manifestação de mulheres, com a prisão de três manifestantes. Uma nova prisão foi feita vinte e quatro horas depois», alerta o MDM, que pergunta: «Qual o crime cometido?»

A exigência de libertação dos 1800 presos políticos amnistiados desde Abril e ainda na prisão...

A este «crime» junta-se o «crime» dos 200 presos em greve da fome, que segundo a Amnistia Internacional são sujeitos a maus tratos pelas autoridades penitenciárias.

«Mas afinal, quem são os fora-da-lei?», continua a questionar o MDM.

«São os que lutam contra um regime racista, internacionalmente condenado ou, o governo sul-africano que,

apesar das promessas de abertura política, envereda por actos de repressão e violência, de limitação das liberdades teimando em adiar a eliminação de um dos regimes mais obsoletos do mundo?»

O MDM manifesta «a sua solidariedade com a Liga das Mulheres do ANC e com as mulheres negras, sul-africanas, na sua árdua luta contra um regime que as segrega e explora duplamente — por serem mulheres e negras», ao mesmo tempo que exorta a comunidade internacional e as organizações femininas a desenvolver um papel mais activo junto do governo sul-africano, pressionando-o a eliminar o «apartheid».

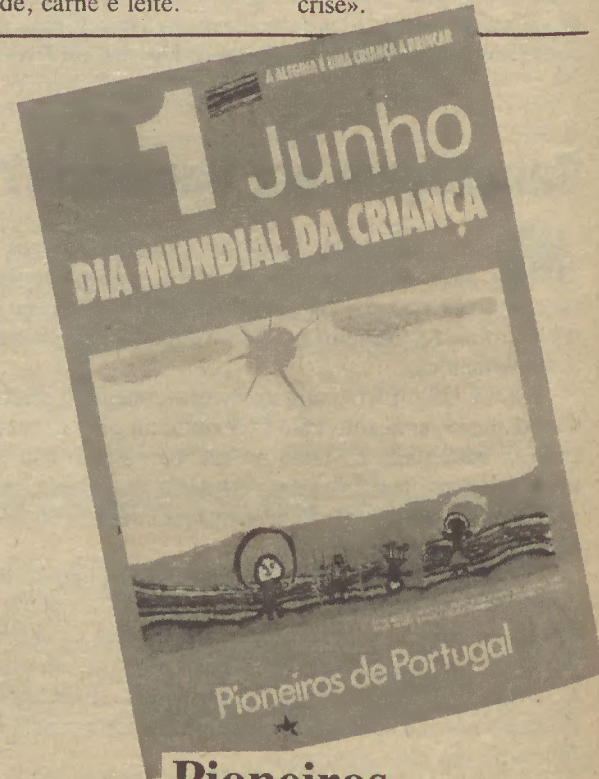
Os órgãos de soberania de Portugal «têm de desempenhar um papel mais enérgico neste processo», considera ainda o MDM.

CAMARADAS FALECIDOS

ANTÓNIO DOS SANTOS

Faleceu na passada semana António Rita dos Santos, de 65 anos, natural de Beja. Bancário reformado, foi colaborador de «O Diário», na secção de crítica de teatro. Como activista sindical destacou-se no período que conduziu à eleição em 1970 da primeira direcção representativa do Sindicato dos Bancários de Lisboa.

Aos familiares e amigos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



Pioneiros A alegria é uma criança

«Estamos à vossa espera porque a alegria é uma criança a brincar» é o apelo que os Pioneiros de Portugal fazem para a visita à exposição do «Concurso do Cartaz de 1 de Junho» — Dia Mundial da Criança, patente na sua sede no Largo Trindade Coelho, n.º 9, em Lisboa, de 1 a 30 de Junho (à excepção dos dias 8, 10, e 13), com visitas às segundas, quartas, sextas e sábados, das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.30.

Deste concurso (que os Pioneiros promovem há alguns anos) saiu vencedor o cartaz que reproduzimos, da autoria da Paula Mendes, de seis anos de idade e a estudar na Escola Primária n.º 25, nos Olivais (Lisboa), que será distribuído por centenas de escolas. Quanto ao concurso, propriamente dito, decorreu com participantes dos núcleos de Pioneiros e de numerosas escolas.

Portugueses os mais pobres da Europa

Em termos comunitários, mais de 7 milhões de portugueses são considerados pobres

Há em Portugal 3,3 milhões de portugueses cujo rendimento é inferior a 50 por cento do rendimento médio nacional. Este número registou um aumento de 150 mil entre 1980 e 1985, o que significa que os pobres em Portugal representam 33 por cento do total da população. Em termos comunitários, os pobres portugueses ascenderam a mais de 7 milhões. Os números são da Comunidade Económica Europeia.

Segundo o relatório final do segundo programa europeu da luta contra a pobreza (1985/1989), da Comissão das Comunidades, há no espaço comunitário 50 milhões de pobres, correspondendo a 15,4 por cento da população total. Estes dados, referentes a 1985, não devem registar alterações significativas no que se refere ao ano de 1989, de acordo com as primeiras estimativas.

Uma situação preocupante, como sublinhou o eurodeputado Sérgio Ribeiro no colóquio sobre «A pobreza em Portugal», realizado na passada quinta-feira, em Lisboa, sobretudo tendo em consideração «a recuperação e

crescimento económicos que se têm verificado». Ou seja, a persistência da pobreza, malgrado os programas destinados a minorá-la, é um facto, o que revela que o crescimento económico não tem impedido as desigualdades sociais de aumentarem significativamente.

Um facto ainda mais evidente, sublinhou Sérgio Ribeiro, se se observar as evoluções desiguais segundas os países da Comunidade:

«O Reino Unido, país onde o liberalismo económico foi mais *neo* ou *ultra*, o que a Sra. Thatcher simbolizou, o número de pobres aumentou 2,1 milhões entre 1980 e 1985, passando de 8,2 milhões para 10,3 milhões e de 14,6 por cento para 18,2 por cento da população total. Estes pobres britânicos representam 20 por cento dos pobres de toda a Comunidade, medidos no critério de pessoas com rendimento inferior a 50 por cento do rendimento médio nacional».

O panorama na Espanha não é mais animador. Tendo como termo de comparação o rendimento médio comunitário, o país vizinho tem 25

por cento dos pobres da CEE, seguindo-se o Reino Unido com 17,5 por cento e a Itália com 15,5 por cento.

Os mais pobres dos pobres

Em termos comunitários, a situação portuguesa é bem sombria. **Mais de 7 milhões de portugueses, ou seja cerca de 70 por cento da população, são considerados pobres, já que o seu rendimento é inferior a 50 por cento do rendimento médio comunitário.**

É assim que Portugal, embora com apenas 3 por cento da população comunitária, tem 14 por cento do total dos seus pobres! E, como sublinhou Sérgio Ribeiro no referido colóquio, **os quase 6 milhões de portugueses que têm menos de 40 por cento do rendimento médio comunitário são 20 por cento de todos os «europeus» abaixo desse nível de pobreza.**

A conclusão é óbvia: **somos, de longe, os mais pobres dos pobres da Europa.**

Recordando a resposta da Comissão a uma pergunta,

sobre esta matéria, feita pelo Grupo Coligação de Esquerda, Sérgio Ribeiro revelou que a comissária Papandreou se referiu ao «efeito decisivo, neste domínio, da evolução do mercado de trabalho», logo da estratégia económica que agrava as desigualdades sociais. O eurodeputado considerou significativo «que a percepção de pobreza tenha evoluído» e assinalou o facto de o relatório da Comissão reconhecer: «entre 1976 e 1989, os europeus ganharam, pois, consciência da génese social das novas formas de pobreza».

A questão que se coloca é se o mesmo se terá passado com os governantes, que tão empenhadamente adoptam as estratégias económicas que lhes são recomendadas?

Recordando que a comissária Papandreou sublinhou que «a luta contra a pobreza é, em primeiro lugar, da responsabilidade dos Estados-membros e em conformidade com o princípio da subsidiariedade», Sérgio Ribeiro interrogou-se se «não é urgente reflectir sobre o significado do silêncio ou sur-



dina oficiais relativamente ao problema da pobreza, quando em Itália se nomeiam comissões nacionais contra a pobreza, na Bélgica se criam

ministérios específicos, e no Reino Unido se pode considerar a pobreza como uma questão central do debate político?».

Inflação ameaça salários

O comissário europeu Henning Christophersen, responsável pelas questões económicas e financeiras, alertou a semana passada para os elevados níveis de inflação em Portugal e para o «crescimento dos custos salariais», na sua opinião demasiado «rápido».

Apesar de Portugal ser o país mais pobre da Europa, com os mais baixos salários, as entidades europeias continuam a considerar que a progressão salarial se está a fazer muito rapidamente, prejudicando as medidas de combate à inflação.

De acordo com o relatório económico anual 1990/1991, há dias divulgado em Bruxelas, «em Portugal a taxa de inflação continua muito elevada (mais de 13 por cento em 1990) e a progressão dos cus-

tos salariais unitários nominais continua a ser muito rápida (14,5 por cento)». Apesar disso, a Comissão diz-se «optimista» relativamente à evolução futura da economia portuguesa, considerando que «a política de taxas de câmbio mais suave conduzida desde Outubro de 1990 em Portugal e o enquadramento dos salários recentemente negociado pelos parceiros sociais deverão contribuir para uma descida da inflação, o que permitirá uma participação rápida no mecanismo de câmbios (sistema monetário europeu)».

A Comissão, que prevê este ano para Portugal uma taxa de inflação de 11,5 por cento, contra uma média comunitária de 5 por cento, salienta no seu relatório que

«a moderação salarial é uma condição essencial de encorajamento do investimento criador de empregos». Ou seja, trabalhar muito e ganhar pouco parece continuar a ser a divisa comunitária para o nosso país, onde o crescimento da economia continua a não se reflectir no desenvolvimento social, como o estudo sobre a pobreza (referido

nesta página) de resto bem salienta.

A Comissão refere ainda que Portugal continua no conjunto de países que, como a Bélgica e a Holanda, têm um nível de défice orçamental considerado «preocupante para a União Económica e Monetária», e também entre os «mais fortemente endivi-

dados» da Comunidade, tal como a Bélgica, Irlanda e Holanda, embora em melhor situação relativa do que a Grécia e a Itália.

Ainda de acordo com o documento, este ano a dívida pública portuguesa deve responder a 63,1 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e, em 1992, a 60,9 por cento, a

sexta percentagem mais elevada da Comunidade.

De salientar que a Comissão reconhece que existe ainda uma «diferença substancial» entre os níveis de poder de compra de Portugal relativamente aos restantes parceiros da CEE, que este ano é estimado em cerca de 57,1 por cento da média comunitária.

Regiões atrasadas e apoio necessário

Os deputados do Grupo Coligação de Esquerda no Parlamento Europeu, em que se inserem os deputados do PCP, e uma deputada dos «Verdes» da Bélgica, apresentaram no final da semana passada naquela instância comunitária uma proposta de resolução sobre a «necessidade de uma atenção particular e de um apoio específico para as regiões mais atrasadas da Comunidade», situadas essencialmente na Grécia e em Portugal.

Nos considerandos da referida proposta salienta-se que o «quarto relatório da Comissão sobre a situação e evolução socioeconómica das regiões da Comunidade confirma a persistência de

diferenças consideráveis entre as regiões da Comunidade», situando-se as «dez regiões menos desenvolvidas» essencialmente na Grécia e em Portugal. Nestas regiões, o rendimento médio actual por habitante é inferior ao terço da média das dez regiões mais avançadas.

Considerando que «a resposta que a Comunidade procura para as zonas ultraperiféricas, através de programas específicos, não pode fazer esquecer as regiões do Continente em situação de crescente atraso, quanto a níveis económicos e sociais», os subscritores da proposta propuseram ao Parlamento Eu-

ropeu que se pronunciasse no sentido de reconhecer a necessidade de conceder **uma atenção particular às regiões mais atrasadas da Comunidade, com um PIB por habitante (PPA) inferior a cerca de metade da média comunitária e representando mais de 3 por cento da população total.**

A proposta solicita ainda à Comissão e ao Conselho que seja definida, para essas regiões, «uma estratégia que, respeitando o princípio da subsidiariedade, articule políticas nacionais com um **programa específico de apoio comunitário.**»

Cabe referir que, de acordo com o relatório acima cita-

do, nas dez regiões mais atrasadas da Europa comunitária estão incluídas 3 regiões portuguesas, localizadas respectivamente no Norte, no Alentejo e no Algarve, todas elas com um PIB *per capita* inferior a 50 por cento. No que se refere ao Alentejo, a taxa de desemprego média correspondente aos anos de 1988, 1989 e 1990 ascende a 141,1 por cento, o que é bem elucidativo da recessão que afecta esta região do país. A título de curiosidade, refira-se que o centro de Portugal surge em 11º lugar entre as regiões mais atrasadas da Europa (com 50,2 por cento do PIB/*per capita*) e em 30º lugar a região de Lisboa e Vale do Tejo (com 69,7 por cento).

Direitos da Mulher

A Comissão dos Direitos da Mulher do Parlamento Europeu reúne em Lisboa de 29 a 31 do corrente mês. Nos trabalhos participam a deputada Christine Crowley, presidente da Comissão dos Direitos da Mulher no PE; Regina Tavares da Silva, presidente da Comissão da Condição Feminina; Ana Vale, presidente do Loby das Mulheres; Adelaide Lisboa, presidente da Comissão para a Igualdade de Trabalho e Emprego, membro do Comité Consultivo para a Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres; e Dias Loureiro, ministro dos Assuntos Parlamentares.

Espanha Eleições Municipais

O Partido Socialista Operário Espanhol venceu as eleições municipais de domingo passado, com 38,5 por cento dos votos. Mas também subiram forças da oposição. À direita, o Partido Popular obteve 24,9% dos votos. A Esquerda Unida, que inclui o Partido Comunista, registou uma significativa subida em relação às eleições de 1987, alcançando os 8,5 por cento dos votos (mais dois pontos e meio) e afirmando-se assim como a terceira força política do país.

O grande derrotado nestas eleições foi o Partido do Centro Democrático e Social que se ficou pelos 3,7

contra 9,6 por cento nas anteriores eleições.

Facto a assinalar — apesar da vitória do Partido Popular em Madrid, poder-se-á conseguir uma maioria de esquerda na Assembleia Regional, se os socialistas fizerem uma aliança com os comunistas.

«Construir a alternativa» foi a palavra de ordem da Esquerda Unida (UI) na campanha eleitoral, em que defendeu uma «nova cultura de governo», correspondendo a diferentes valores para o exercício do poder político.

Em primeiro lugar, «frente aos obstáculos que impedem a igualdade e a sa-

tisfação de velhas e novas exigências sociais», audácia «para articular um novo realismo que afirma que é tecnicamente possível uma resposta às reivindicações sociais, económicas e ecológicas da nossa sociedade», e por último serenidade «para administrar esta firmeza no quadro institucional».

No seu documento eleitoral, a Esquerda Unida propõe «o início de um novo ciclo político que confira às instituições uma função política para a superação dos problemas dos cidadãos. Trata-se de um «outro valor» frente à «burocracia sem participação, que reduziu os municípios e comunidades a instituições dependentes da vontade do governo central».

Afirmando como valores de esquerda, que inspiram a coligação, a solidariedade, a participação, o respeito pelo meio ambiente e a ética, a Esquerda Unida apresentou como pontos do seu programa: propor novas políticas sociais; basear-se num aumento da participação e atribuir aos cidadãos um crescente protagonismo na tomada de posições; renunciar a que municípios e comunidades não passem de um apêndice de Moncloa; exigir direitos e recursos para as comunidades e municípios; corresponder, também ao nível das instituições locais e territoriais, aos desafios que se colocam a toda a sociedade, antes do mais a paz».



Centenas de milhares de trabalhadores do sector público estão em luta pela renovação dos contratos de trabalho.

Greves e manifestações no sector público

As eleições municipais espanholas realizaram-se num momento de grandes lutas de trabalhadores por todo o país, em particular por novos contratos colectivos de trabalho.

Dia 24, cerca de 25 mil trabalhadores participaram em Madrid numa manifestação diante do Ministério da Economia, em simultâneo com a jornada de mobilização de perto de 250 mil trabalhadores do sector público.

Noutras doze cidades do país foram organizadas concentrações e manifestações em que os trabalhadores reclamaram do governo socialista uma maior flexibilidade na negociação dos

contratos colectivos de trabalho.

A manifestação de Madrid era o principal acto da jornada de mobilização que dura há quase duas semanas com greves nas principais empresas do sector público.

Segundo os Sindicatos, 250 mil trabalhadores das empresas públicas telefónica, caminhos-de-ferro, Ibéria, administração pública autónoma basca, Casa da Moeda, nas privadas Peugeot, Renault, Citroën, indústria vidreira espanhola, de construção em Baleares e Alava, e ainda nas televisões autónomas de Catalunha e Andaluzia foram convocados para a greve, regis-

tando-se uma generalizada adesão.

No final da manifestação de Madrid, os dirigentes sindicais responsabilizaram o governo e a Confederação espanhola de organizações empresariais pelos actuais conflitos e mobilizações laborais.

«Só pedimos contratos que reconheçam uma melhoria salarial de dois pontos acima do índice de preços de consumo real, a melhoria das condições de trabalho, a redução do horário de trabalho, a conversão de contratos a prazo em fixos, planos de saúde laboral e de formação profissional», afirmam os Sindicatos em comunicado conjunto.

Etiópia Cimeira em Londres

Reunidos em Londres, representantes do governo de Addis Abeba e das diferentes forças de guerrilha da Etiópia debatem, sob os auspícios dos Estados Unidos, o fim da guerra que tem devastado o país e que, interligada com a fome, acabou por levar ao afastamento de facto de Mengistu Hailé Marian, entretanto fugido do país.

Presentes em Londres, o primeiro-ministro etíope, Tesfaye Dinka, que chefia a delegação governamental, e dirigentes da Frente Democrática Revolucionária Popular Etíope (EPRDF do Tigre), a Frente Popular de Libertação da Eritreia (EPLF) e a Frente de Libertação de Oromo.

À sua partida para Londres Dinka declarou que as duas saídas possíveis para a paz seriam um acordo de cessar-fogo e a constituição de um governo provisório que prepararia eleições multipartidárias.

Entretanto, a Frente Democrática Revolucionária Popular Etíope, coligação encabeçada pela Frente de Libertação do Povo do Tigre advoga uma «solução de transição», com um governo composto por todas as forças da oposição, e a Frente de Libertação do Povo da Eritreia defende a independência da Eritreia.

As duas organizações, contudo, já acordaram na organização de um referendo, após o fim da guerra, de forma que o povo da Eritreia tenha a possibilidade de decidir o sobre o seu futuro, ou seja, a independência ou a integração num Estado federado.

A cimeira discutirá, entre outros assuntos, o cessar-fogo, a constituição de um governo democrático e a independência ou autodeterminação de vários grupos étnicos da Etiópia — afars, ogadenh, somalianos, oromos, tigrianos e eritreus.

A situação actual é extremamente difícil. Na capital cercada, manifestações espontâneas de estudantes apelam à paz. Guerra e fome, estreitamente interligadas, ameaçam hoje, como em meados dos anos 80, milhares de etíopes. Organizações humanitárias que ajudam a socorrer os sete milhões de etíopes em risco de morrerem de fome, afirmaram que a intensificação dos combates em diversas frentes paralisou praticamente a distribuição de alimentos e medicamentos.

Um quadro também marcado por uma dívida externa de quatro mil milhões de dólares (símbolo de um sistema económico mundial de desenfreada exploração) e um rendimento per capita inferior a 120 dólares por ano.

Polónia

Protestos contra política económica do governo

«Parem de destruir a indústria e a agricultura polacas.» Muito significativamente, esta foi uma das palavras de ordem avançadas numa jornada de protesto promovida dia 22, na Polónia, pelo Solidariedade.

A jornada, contra a política económica do governo, assumiu formas diversificadas e terá tido uma adesão desigual. Em Varsóvia, alguns milhares de pessoas participaram num desfile no centro da cidade. Em Katowice, capital da Alta Silésia, no Sul do país, os mineiros de 40 dos 70 poços de carvão fizeram uma greve de duas horas. Noutras zonas do país, registaram-se paralizações de operários em várias fábricas.

Esta jornada de protesto foi precedida de greves de trabalhadores em diferentes sectores de actividade.

Entretanto, e para já, a

resposta do governo polaco é na prática ignorar os protestos. «Estamos a mudar de filosofia. Devemos acelerar. Não temos tempo a perder para mudar a economia» é o comentário do responsável pelo processo de privatizações, Janusz Lewandowski, em declarações à imprensa, quando defendia a aceleração do programa de privatizações em curso, apesar dos riscos de descontentamento social.

Para acelerar as privatizações, o governo polaco vai publicar, no início de Junho, uma lista de cerca de mil empresas para venda. A lista inclui 800 pequenas empresas a vender exclusivamente a polacos, e uma centena de empresas de dimensão variável que serão vendidas, também na bolsa de valores, em leilões abertos a estrangeiros.

O ministro polaco defendeu esta orientação, apesar

de reconhecer que poderá haver manifestações de descontentamento por parte dos trabalhadores das empresas, que pretendem uma participação no capital e não um simples leilão aberto a particulares exteriores às mesmas.

De referir que, neste momento, na Polónia, o sector estatal representa 85 a 90 por cento da produção industrial, enquanto o sector da distribuição foi entretanto privatizado em 40 por cento.

a situação social na Polónia é hoje particularmente difícil. Em fins de Fevereiro, o número de desempregados oficialmente registados era de 1 258 900 trabalhadores, o que corresponde a cerca de 7% da população activa. Mais 827 800 que um ano antes. Mais de metade dos desempregados são mulheres. Um facto que terá inevitavel-

mente graves consequências sociais.

Acresce que o governo de Balcerowicz há já mais de um ano que proibiu às empresas de negociar com os trabalhadores aumentos salariais que ultrapassem os 2 a 4% por cada aumento da inflação de 10%. As empresas que ultrapassem estas normas serão sujeitas a pesadas multas.

Embora nem todas as situações sejam idênticas, prevê-se um agravamento sensível do desemprego e das condições de vida dos trabalhadores na Europa Central e Oriental. E isto num quadro particularmente difícil, face a situações como a penúria de habitações, que restringe mudanças de casa para procura de novos empregos, os baixos subsídios de desemprego e as restritas possibilidades de reciclagem profissional.



A fome e a guerra marcam profundamente a vida na Etiópia.

Índia

Em tempos de crise

A formação de um possível governo de coligação, reagrupando os diferentes partidos do espectro político, está neste momento a ser tentada pelo presidente indiano, Ramaswamy Venkataraman. Entretanto foi adiado de um mês o processo eleitoral.

O assassinato de Rajiv Gandhi por uma mulher suicida, admite-se que ligada ao grupo separatista tamil do Sri Lanka «Tigres para a libertação do Tamil Eelam», surge num momento de profunda crise no país, que há quem considere mesmo a maior desde 1947, quando da fundação do Estado indiano. Crise económica e exacerbação dos conflitos étnicos e religiosos, inter-agem para criar um clima de grande tensão.

Expressão e factor desta tensão social, a ascensão do partido Bharatiya Janata (BJP), que alia o nacionalismo de extrema direita ao integrismo religioso, defendendo que só os hindus (80% da população) são «verdadeiros» indianos.

O crescimento da direita alimentou-se nomeadamente da anterior quebra de popularidade do Partido do Congresso-I, em parte provocada por escândalos financeiros. Eleito em 1984 — logo após o assassinato de Indira Gandhi por extremistas sikhs — por maioria absoluta, Rajiv Gandhi, também agora assassinado, sofrera em 1989 sério revés eleitoral. O Partido do Congresso-I sofre uma que-



Os caminhos que Gandhi decididamente contribuiu para abrir para a Índia — não apenas de independência como de justiça e emancipação social — estão ainda longe de ser trilhados. São graves os problemas socioeconómicos e étnicos com que o país hoje se debate.

bra de 415 para 197 lugares no parlamento, entre 1984 e 1989.

Entretanto, face à actual situação de crise, e apostando na estabilidade, tudo parecia apontar agora para uma vitória eleitoral do partido de Gandhi.

A realização destas eleições antecipadas, agora adiadas de um mês, tem a ver com a queda do governo minoritário de Vishwanath Pratap Singh, do partido Janata Dal, resultante das eleições de 89.

Singh governou com o apoio dos comunistas (PCI e PCI-Marxista) no quadro de uma frente de esquerda, e o acordo do partido de extrema-direita BJP (cujo objectivo central seria manter o Partido do Congresso-I afastado do poder). Um apoio relativo que viria a

ser retirado em 1990, em particular pela política de Singh contra o sistema de castas.

Concretamente, e no decurso da sua breve existência, o governo de Singh tomou algumas medidas de impacto social, como: a participação nos conselhos de empresa de trabalhadores eleitos numa base sindical, desenvolvimento da reforma agrária, impostos mais pesados sobre as grandes fortunas.

Mas as medidas mais polémicas referem-se à contestação do sistema de castas, não apenas profundamente injusto e humilhante, mas hoje tanto mais anacrónico quanto, com a anterior política de liberalização económica de Gandhi, cresceu uma pequena e média burguesia fundamen-

talmente oriunda das castas «inferiores» ou sem casta.

Aproveitando o descontentamento gerado com estas medidas, o partido da extrema-direita BJP encabeça uma cruzada fanática pela reconstrução de um templo dedicado a Rama no local onde existe uma mesquita datada do séc. XVI. A cruzada assim desencadeada, em que se defendia a unidade dos hindus contra todas as minorias nacionais, em particular muçulmanas, saldou-se em verdadeiros massacres de populações e sangrentos confrontos por todo o país.

A resposta do governo de Singh foi a decisão, avançada em Agosto de 1990, de concretizar as propostas do relatório Mandal que preconizava a duplicação dos postos reservados nas administrações e serviços públicos às castas inferiores e aos intocáveis (que representam 52% da população).

Apesar destas medidas representaram apenas 27% dos empregos do sector público (7% dos postos de trabalho do país) — levantaram forte reacção dos sectores privilegiados, das castas dominantes, detentores do poder político e económico, e reacções sociais que passaram mesmo por auto-imolações pelo fogo.

O governo de Singh (viabilizado num contexto muito particular e com apoios bem contraditórios), acabou por cair, sucedendo-lhe, por um curto período, um outro governo, de Shekhar, que caiu também pouco depois.

Para a crise política contribuiu também a crise económica, a elevada dívida externa. A guerra do Golfo agravou ainda a situação do país, com o regresso de centenas de milhar de trabalhadores emigrados, que se viram forçados a fugir do Koweit e dos Emiratos.

É no quadro desta complexa situação, e possivelmente em vésperas de uma vitória eleitoral do Partido do Congresso-I, que se dá o assassinato de Gandhi.

Os «Intocáveis»

As grandes diferenças sociais na Índia têm-se vindo a acentuar nos últimos anos, fruto de uma política de liberalização económica que gerou novas camadas de ricos mas lançou uma miséria ainda maior os pobres, todos das castas mais baixas, incluindo os «intocáveis».

Segundo cálculos de alguns economistas, numa população de 806 milhões de pessoas, existem actualmente cerca de 100 milhões de ricos. Enquanto isso, 37% dos indianos vivem abaixo do nível de pobreza e mais de 60 por cento não sabem ler nem escrever. Só nas três

Os trabalhadores fizeram uma greve de fome, reivindicando pagamento de cuidados médicos, quando ficam feridos no contacto com os animais, e seguro de vida. Os tratadores recebem mensalmente uma importância que equivale a menos de dois terços do que o Jardim gasta no mesmo período com a alimentação de cada animal.

Entretanto hoje os «intocáveis», 145 milhões de pessoas, ou seja 17% da população indiana, poderão vir a tornar-se uma poderosa força sóciopolítica e elei-

toral, desde que consciente dos seus direitos e da sua dignidade enquanto seres humanos.

Gandhi, ao defender essa dignidade, apelidou os «intocáveis» de «harijans» (filhos de Deus). Na vida prática, entretanto, eles são vulgarmente chamados de «dalits» (oprimidos). Essa a situação que se imporá superar. O que é tanto mais difícil quanto estão em causa desde as realidades económicas aos preconceitos milenares.

Por ocasião do assassinato de Ghandi, o Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Partido do Congresso-I, o seguinte telegrama:

«Condenando com indignação assassinato Rajiv Ghandi, destacada figura de patriota e prestigiado defensor causa da paz transmitimos sentidas condolências dos comunistas portugueses.»

principais cidades da Índia — Calcutá, Bombaim e Deli — 30 a 40 por cento da população vive em bairros de lata.

A miséria e as formas de exploração do trabalho das castas mais baixas, assume formas verdadeiramente chocantes. Um exemplo: em vésperas das eleições, no Jardim Zoológico de Nova Deli, os trabalhadores, na sua maioria «intocáveis», exigiam o direito a ser tratados... pelo menos tão bem como os animais.

ANGOLA-CUBA

O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, destacou o papel de Cuba em África e disse que «não tem preço» a sua ajuda a Angola, onde se prepara a saída do último contingente militar cubano.

João Eduardo dos Santos agradeceu, em nome do governo e do povo angolano, a ajuda cubana e disse que a alegria e a tristeza se misturam neste «momento difícil» — alegria pelo triunfo da causa comum e tristeza pela separação de homens com quem durante anos os angolanos combateram lado a lado.

Futuramente, disse, «Vamos entrar numa nova etapa do nosso país, em que relações económicas e comerciais serão a pote de ligação para continuar a consolidar a nossa amizade e solidariedade».

«Em Angola, destacou, o processo de paz está a consolidar-se, foram assinados os acordos que permitirão a pacificação do país. (...) Em suma, toda a África Austral entrou numa nova era e não podíamos deixar de sublinhar o importante papel que Cuba desempenhou na libertação total do Continente Africano e, particularmente, na defesa da soberania, da integridade territorial de Angola, lado a lado» com as FAPLA, as forças governamentais.

MORTALIDADE INFANTIL

Cerca de 170 mil crianças iraquianas com menos de 5 anos vão morrer no próximo ano em consequência dos efeitos, a curto prazo, da guerra do Golfo Pérsico, disseram médicos da Universidade de Harvard, Massachusetts.

De acordo com Megan Passey, que divulgou o número no decorrer de uma conferência de Imprensa, em Washington, estas crianças serão vitimadas por epidemias de cólera, febre tifóide e gastro-entrites.

«A taxa de mortalidade infantil vai registar no próximo ano um crescimento de cem por cento neste país», acrescentou.

Segundo Passey, que se deslocou ao Iraque juntamente com outros colegas, «a desnutrição infantil atingiu proporções alarmantes, num país ameaçado pela fome».

«Os serviços públicos de saúde encontram-se num estado de deterioração total: não há medicamentos, equipamento sanitário nem pessoal médico», disse ainda.

RENDIMENTO MÍNIMO

O presidente soviético Mikhail Gorbachov decretou a instituição de um «rendimento mínimo», destinado a «satisfazer as necessidades essenciais psicológicas, sociais e culturais» de cada um.

O chefe de estado deu o prazo até 1 de Julho aos governos soviéticos e das Repúblicas para tomarem as decisões que permitam definir o rendimento mínimo intitulado «orçamento mínimo de consumo».

Esta medida diz respeito a «diversos grupos sociodemográficos», indica o texto.

O rendimento mínimo, acrescenta o texto, deve ser definido «na base de normas elaboradas cientificamente, tendo em conta as particularidades nacionais e outras, assim como as possibilidades reais da economia».

O montante do rendimento mínimo deverá ser revisto uma vez por ano, atendendo aos aumentos de preços dos bens de consumo, pelo governos soviético e das Repúblicas, os quais, pelo menos de cinco em cinco anos, deverão redefinir o que entra no cabaz doméstico.

Aqueles governos terão ainda que examinar dentro de três meses a proposta de criar um fundo social e definir o seu funcionamento, tendo em conta a criação do rendimento mínimo.

MARCHA PELA PAZ

A Frente de Luta Popular (FLP), aliança das principais organizações populares e sindicais pró-sandinistas realizou uma marcha a favor da «Paz, Habitação, Terra e Trabalho».

Miguel D'Escoto, coordenador da FLP e ex-ministro dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua, disse que esta aliança pretende demonstrar que é possível defender os direitos do povo «mediante uma luta cívica, firme e de forma escalonada».

«Marcharemos para defender a democracia e o direito do povo a paz e justiça», disse D'Escoto, que foi durante mais de 10 anos ministro dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua.

FOME EM MOÇAMBIQUE

Quinze pessoas morrem diariamente de fome na localidade da província moçambicana de Nampula, anunciou Rádio Moçambique.

As crianças e velhos de Quixaxe, distrito de Mogniquil, provenientes de Nampula, constituem o grosso dos mortos da fome, segundo a rádio oficial de Moçambique.

A Rádio disse ainda que a situação na localidade, aonde nos últimos dias chegaram cerca de 600 pessoas que escaparam do «cativeiro da Renamo, poderá piorar se medidas urgentes não forem tomadas pelas autoridades.

Disse que estão a chegar à localidade de Quixaxe populações fugidas das localidades de Namige, Liupo e Quianga, sob pressão dos rebeldes desde dia 26 de Abril.

GREVE DE JORNALISTAS

Os jornalistas italianos fizeram uma greve de três dias, observada pelas agências de notícias, jornais e redacções das rádios e televisões. A greve destina-se a protestar contra um bloqueio por parte da Federação dos editores de jornais no que se refere à renovação dos contratos trienais de trabalho dos jornalistas.

Os jornalistas italianos anunciaram para as próximas semanas cinco jornadas de greve suplementares se as negociações não forem reabertas, nomeadamente sobre os salários.

Desde o início do ano já se registaram 15 dias de greve em diversos sectores da imprensa italiana.

Proclamação Eleitoral do PCP

Viver melhor, numa sociedade mais justa, solidária e democrática

A Conferência Nacional do PCP reunida a 26 de Maio de 1991 examinou a situação política, as orientações e as tarefas do Partido relativas às próximas eleições para a Assembleia da República.

A Conferência Nacional do PCP proclama que está ao alcance dos comunistas e dos seus aliados da CDU atingirem um considerável reforço da posição eleitoral da coligação. Proclama também que este resultado será determinante para a derrota do PSD e de toda a direita e a concretização de uma alternativa democrática no Governo e na política do País.

Tomando por base a análise, os debates e as conclusões da sua Conferência Nacional

O PCP proclama: É URGENTE E É POSSÍVEL MUDAR

O PSD está no poder há 12 anos consecutivos. A acção governativa desenvolvida ao longo deste período não deu solução a nenhum dos grandes problemas nacionais, pelo contrário, salda-se por graves distorções e deformações do regime democrático, não trouxe melhorias ao viver da grande maioria dos portugueses, aprofundou as desigualdades sociais e regionais que dilaceram o País.

A continuação do poder reaccionário da direita significaria a perigosa transição para um Estado autoritário e centralizado, dominado pelo capitalismo monopolista, fundado na injustiça social, enfeudado crescentemente a centros de decisão estrangeiros, às multinacionais e ao imperialismo. Trata-se de um projecto contrário ao Estado de direito democrático consagrado na Constituição e aos objectivos por esta fixados de realização da democracia económica, social e cultural e aprofundamento da democracia participativa.

O PSD empenha-se numa desenfreada campanha eleitoralista com a utilização abusiva dos meios, dos fundos e de outros recursos do Estado e em que o próprio Governo funciona como o comando eleitoral do PSD, empenhando-se numa sistemática acção demagógica para iludir e ganhar o eleitorado e tentar uma vitória eleitoral.

As eleições para a Assembleia da República de 1991 representam, no entanto, uma grande oportunidade para pôr termo à maioria absoluta do PSD e ao Governo de Cavaco Silva que nela se apoia. Constituem igualmente uma grande oportunidade para a base da vitória das forças democráticas operar uma verdadeira viragem na vida portuguesa.

Não basta desenvolver os necessários combate e desmascaramento da política e da demagogia governamentais. É necessário apresentar ao eleitorado propostas para uma política alternativa à que tem sido seguida pela direita e soluções credíveis para uma alternativa de Governo baseada numa maioria democrática. Tais são as orientações com que o PCP intervém no debate político e no processo eleitoral.

A evolução da situação política no País mostra tanto que é urgente, como que é possível mudar.

O Governo de Cavaco Silva e o PSD chegam às eleições para a Assembleia da República depois de duas derrotas eleitorais, em 1989, nas eleições para o Parlamento Europeu e nas eleições para as autarquias locais, e a demonstração de incapacidade de apresentar um candidato à Presidência da República, feita em 1990.

Estes factos testemunham uma severa redução da base de apoio social e político do Governo e do PSD que estes se esforçam agora por recuperar.

Cabe ao PCP, à CDU e às demais forças democráticas apelar para todas as classes, camadas e sectores lesados pela política de direita e que contra ela se levantaram em luta, ao longo dos últimos quatro anos, que é agora a oportunidade de darem expressão eleitoral ao seu protesto, castigando pelo voto e derrotando na urnas o Governo responsável por tal política.

Os trabalhadores da indústria, do comércio, dos serviços, da administração central e local, todos os que vivem do seu trabalho e estão ameaçados pelo pacote laboral, os professores, os médicos, os enfermeiros, os agricultores, vastos sectores nas profissões liberais e nas classes médias, os reformados, e deficientes e ainda a grande maioria dos jovens e das mulheres que viram as suas aspirações ignoradas, têm especiais razões para não acreditar que as promessas feitas pelo Governo em vésperas de eleições ou mesmo a satisfação de reivindicações há muito formuladas signifiquem qualquer intenção de mudar a injusta política de direita sistematicamente seguida ao longo de tantos anos.

A mudança de que o País urgentemente carece deve traduzir-se numa política democrática alternativa capaz de fazer face e resolver os grandes problemas nacionais, superar os grandes atrasos e desigualdades existentes e enfrentar os efeitos e as consequências da integração na CEE.

São igualmente componentes desta nova política a concretização dos direitos políticos, económicos e sociais e culturais

constitucionalmente garantidos aos portugueses, a realização de um projecto de desenvolvimento independente, harmonioso e ecológico equilibrado, a desgovernamentalização e descentralização do Estado, de acordo com o que estabelece a Constituição.

O PCP proclama: É NECESSÁRIO RECUCHAR E DERROTAR A POLÍTICA DA DIREITA E A INJUSTIÇA SOCIAL QUE LHE ESTÁ ASSOCIADA

Os doze anos de governação da direita, em especial os seis anos de governação Cavaco Silva, mostram iniludivelmente que o PSD não governou em benefício do nosso povo e do nosso País. O PSD governa para concretizar o plano de restauração do poder económico e político do capital monopolista e dos latifundiários e para restabelecer os correspondentes mecanismos de exploração dos trabalhadores e de todo o povo.

O objectivo estratégico na governação do PSD não é outro senão o restabelecimento do poder de classe derrotado e banido com o 25 de Abril.

É a concretização deste plano estratégico que se evidencia nas linhas fundamentais da acção governativa do PSD:

- A governamentalização do Estado, com a invasão pelo executivo de esferas de competência da Assembleia da República e de outros órgãos de soberania, a ofensiva centralista contra o poder local, o bloqueio da regionalização, a partidização da administração pública, a absolutização do controlo pela direita e pelo grande capital da televisão e dos principais órgãos de comunicação social;

- O lançamento e aceleração do processo de privatizações com a efectiva entrega ao grande capital privado português e a interesses estrangeiros de sectores e empresas chave da economia portuguesa; a intensificação e a tentativa de destruição completa da reforma agrária com o ressurgimento dos latifúndios e do poder dos latifundiários na agricultura do Alentejo e do Ribatejo;

- A liquidação de direitos fundamentais dos trabalhadores, as sucessivas tentativas para impedir o *pacote* laboral que concede ao «poder dos patrões» novos instrumentos de perseguição, discriminação e exploração;

- O acelerado abandono por parte do Estado de obrigações fundamentais no domínio social, com o consequente agravamento das desigualdades e dos fenómenos da marginalização, da discriminação e da exclusão sociais;

- A subordinação de interesses nacionais aos interesses dos países mais desenvolvidos da CEE e dos Estados Unidos nos planos económico, político, diplomático e militar.

Os resultados desta política de direita não podiam ser outros senão a manifesta incapacidade revelada pelo Governo para resolver os grandes problemas nacionais e o agravamento de muitos deles em consequência da política seguida.

Apesar de longa permanência no poder a governação do PSD foi incapaz de definir uma política de desenvolvimento para o país. O considerável afluxo de fundos provenientes da CEE e a conjuntura económica externa excepcionalmente favorável a Portugal foram, no essencial, malbaratadas pelo Governo. Ao contrário do que podia e devia ter acontecido nesta situação, não se atenuaram as vulnerabilidades do aparelho produtivo, agravaram-se os seus principais défices estruturais (alimentar, energético e tecnológico), acentuou-se a dependência externa da economia portuguesa. A indústria, assente nos baixos salários e num padrão de exportações de baixa gama e baixo valor acrescentado, não beneficiou de qualquer esforço eficaz de reestruturação, modernização ou de especialização valorizada. A produção de bens de equipamento perdeu peso na estrutura produtiva. Na agricultura os indicadores relativos ao valor da produção, à evolução da produtividade, à balança comercial e aos rendimentos dos agricultores, tornam evidente a degradação económica e social do sector. Nas pescas, a uma política de redução da frota imposta pela CEE correspondeu o crescimento das importações de pescado, já hoje equivalentes em peso às estagnadas capturas nacionais.

A injustiça social subjacente à política do Governo toma visível expressão na acentuação das desigualdades sociais e regionais. O crescimento económico verificado não beneficiou largas camadas da população portuguesa. O poder incentiva a concentração da riqueza que se traduz muitas vezes na ostentação do luxo enquanto se ampliam as manchas de pobreza e marginalidade. A precariedade do emprego tem crescido incessantemente e abrange uma parte significativa da população activa. Regressaram situações de salários em atraso. Mantém-se o flagelo do trabalho infantil. Em importantes sectores industriais (têxtil) e empresas vivem-se grandes situações de crise, pondo em risco milhares de postos de trabalho.

Estas e outras situações continuam a forçar grande número de trabalhadores portugueses à emigração, temporária ou permanentemente. Diminuiu a parte do trabalho na repartição do rendimento nacional. Os indicadores sociais mais importantes demonstram que as condições de vida dos portugueses não se aproximaram e em alguns casos se distanciaram das que vigoram nos outros países da CEE. Mas em contrapartida, os portugueses pagam mais impostos, têm maiores descontos para a segurança social, mais elevados preços médios por habitação, maior duração semanal de trabalho e a inflação mais alta.

Na espiral do negocismo e da obsessão privatizadora, a saúde, o ensino, a habitação e até a segurança social são convertidos pelo Governo em terreno aberto à penetração do grande capital e passam a fazer parte exclusivamente do mundo dos negócios e da lógica do máximo lucro, ficando sujeitos às suas vicissitudes. Por isso mesmo, o acesso dos portugueses aos serviços públicos de saúde e de ensino e à habitação pública está sujeita a uma pressão para a partidização imposta pelo PSD e continua a ser muito pesada e burocrática. A corrupção, o clientelismo e o nepotismo é que se desenvolveram francamente na vida pública portuguesa.

A estabilidade de que o Governo Cavaco Silva se arroga e pretende continuar, significa para a grande maioria dos portugueses, como fica descrito, mais instabilidade no emprego e no salário, mais incertezas quanto à reforma e às prestações da segurança social, mais insegurança em relação à saúde e ao ensino, mais frustração em relação à habitação. Mas deve significar também graves preocupações em relação à degradação da democracia política.

O PCP proclama: É NECESSÁRIO REPELIR O AUTORITARISMO E DERROTAR OS PLANOS DE PODER ABSOLUTO DO PSD

A tentação do PSD de transformar a maioria absoluta obtida nas eleições legislativas de 1987 num autêntico poder absoluto testemunha as concepções autoritárias e as preverções totalitárias que prevalecem no interior do Governo e do PSD.

Estas concepções e preverções estão na origem da escalada governamentalizadora, nas tentativas de redução do papel da oposição, na ofensiva contra a democracia política e os direitos dos trabalhadores, no abuso do poder e nas violações da Constituição e da legalidade.

Transparecem tanto na prática governativa como nas suas iniciativas legislativas, com recentes e escandalosos exemplos, entre outras, as propostas de lei do Segredo de Estado e da Protecção Civil e a figura do Governador Regional na proposta de lei-quadro das Regiões Administrativas.

Através da governamentalização, o Executivo de Cavaco Silva invade sistematicamente a área da competência legislativa da Assembleia da República e recusa na prática a sua competência fiscalizadora, procura tutelar e quebrar a independência dos Tribunais e dos Magistrados, não hesita sequer em tentar remeter o Presidente da República para um papel meramente protocolar em áreas como a defesa e os negócios estrangeiros, onde a sua intervenção é importante. A governamentalização transforma-se em ingerência avassaladora em relação ao poder local, bloqueia a criação das Regiões Administrativas, faz-se sentir nas forças armadas, nas forças de segurança e na administração pública sob a forma de controlo partidário do PSD, que visa dominar as chefias e todos os pontos estratégicos do aparelho de Estado e a partir deles a massa dos cidadãos que aí exercem a sua actividade, com recurso crescente a expedientes intimidatórios.

As concepções totalitárias de poder prevalentes no Governo e no PSD têm igual expressão nas tentativas de desvalorização do papel da oposição, através da drástica redução dos seus direitos de intervenção na Assembleia da República, da dificultação do seu acesso à televisão e à rádio estacionadas, no desrespeito e no esvaziamento do Estatuto da Oposição.

A ofensiva contra a democracia política tem uma das suas mais características manifestações na violação dos direitos dos trabalhadores, designadamente desrespeito pelos direitos sindicais e das Comissões de Trabalhadores nos locais de trabalho, a ofensiva persistente para anular por via legislativa (*pacote* laboral) direitos consagrados na Constituição e na lei e a contestação na prática desses direitos pelo grande patronato e pelo próprio Governo.

A hegemonização do poder do PSD foi extremamente facilitada pela segunda revisão da Constituição, cabendo nessa circunstância especiais responsabilidades ao PS. Apesar disso, o Governo continua a violar o texto revisto e não revisto

da Constituição, a legalidade e os procedimentos democráticos (chega a alterar diplomas já promulgados pelo Presidente da República), e o abuso do poder tornou-se uma prática corrente da acção governativa.

Toma-se, por tudo isto, evidente que uma nova maioria absoluta do PSD representaria o grave perigo, não apenas de uma transição para um Estado autoritário e centralizado, mas também o projecto ainda mais antidemocrático de poder absoluto ou até do poder pessoal absoluto. A forma de conjurar estas reais ameaças à democracia política é colocar o PSD e a direita em minoria na Assembleia da República. É derrotá-los nas eleições de Outubro de 1991.

O PCP proclama: É POSSÍVEL VIVER MELHOR NUMA SOCIEDADE MAIS JUSTA !

Tanto a solução dos graves atrasos, carências e problemas que hoje se manifestam na sociedade portuguesa e a correcção de deformações do regime democrático, como a resposta aos grandes e exigentes desafios com que Portugal está e será confrontado nesta década de 90 reclamam uma profunda mudança nos objectivos, orientações, critérios e métodos que de há muito vêm sendo prosseguidos na esfera legislativa e na acção governativa.

Reclamam uma nova política num quadro de regular funcionamento do regime democrático, de estabilidade democrática e de tranquilidade cívica e não meros retoques e acessórias correcções na política de há muito imposta ao País. Reclamam inovação, espírito crítico, honestidade, audácia, respeito pela oposição, exercício do pluralismo, energia transformadora, vasta mobilização democrática de vontades e competências e não a rotina, o conformismo, o sectarismo, a auto-satisfação, a arrogância, o autoritarismo e a governamentalização que o PSD protagoniza.

Reclamam o triunfo da isenção e da ética política no exercício de funções públicas e de cargos do Estado, a reabilitação do espírito de serviço público e dos seus vínculos profundos aos interesses da comunidade e do País, a vigorosa afirmação dos valores e comportamentos democráticos e não o arrogante exercício do poder ao serviço do ilimitado egoísmo do grande capital, não uma concepção de Estado que o rebaixa para a categoria de coutado do PSD, não a explosão avassaladora do nepotismo, do clientelismo e da corrupção.

Reclamam passos decididos no caminho da construção de uma democracia avançada que, correspondendo às possibilidades da época contemporânea e às grandes aspirações que pulsam na nossa sociedade e marcam o nosso tempo, signifique uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural e não a persistência, avanço e agravamento de uma criminosa ofensiva de destruição e saque de património público, de desfiguração, mutilação e drástico empobrecimento da democracia política e de prática anulação dos direitos sociais, económicos e culturais dos cidadãos.

Inspirado num grande projecto de liberdade, democracia, bem-estar, progresso social, desenvolvimento e independência nacional, o PCP apresentará no seu Programa para as eleições para a Assembleia da República um vasto e detalhado conjunto de propostas, orientações e compromissos de acção política geral, de carácter legislativo e de incidência governativa, tendo como aspectos centrais e prioritários:

1. *a consolidação e fortalecimento do regime democrático, a salvaguarda e aprofundamento da democracia política, o respeito escrupuloso da legalidade democrática, o funcionamento dos órgãos de soberania no rigoroso quadro do seu estatuto constitucional, o estímulo a uma cada vez mais ampla participação e intervenção dos cidadãos na vida do País;*

2. *a acentuada elevação do nível, qualidade e condições de vida da população, rápidos progressos na concretização prática dos direitos sociais, económicos e culturais dos cidadãos, a erradicação da pobreza, a significativa melhoria da situação dos reformados e pensionistas, dos deficientes, o apoio aos emigrantes, a defesa do ambiente, o empenho numa substancial melhoria dos equipamentos colectivos e das condições de habitação e de transporte, designadamente nos grandes aglomerados urbanos;*

3. *uma estratégia de desenvolvimento nacional, no quadro da integração na CEE, com a modernização do aparelho produtivo, a melhoria do perfil de especialização da economia nacional e da sua competitividade, com a existência, a par da iniciativa privada e de um importante sector social, de um dinâmico e eficiente sector empresarial do Estado, o apoio às pequenas e médias empresas, a redução das assimetrias regionais, o reforço do potencial científico e tecnológico nacional e da qualificação profissional;*

4. *o respeito geral e integral pelos direitos dos trabalhadores e das suas organizações representativas, a valorização e*

dignificação de quem trabalha, a garantia das liberdades sindicais nas empresas, a defesa da segurança e estabilidade no emprego;

5. *a adopção de políticas integradas num verdadeiro processo de desenvolvimento socioeconómico que respondam a problemas, expectativas e aspirações de importantes grupos e camadas sociais como os jovens (sucesso escolar, realização pessoal e profissional, emprego), as mulheres (crescente participação e igualdade efectiva de direitos), os agricultores (nível de rendimentos e defesa da viabilidade das suas explorações face à integração na CEE), os quadros técnicos e intelectuais (valorização profissional, maior participação nas decisões e melhor aproveitamento das suas capacidades ao serviço do progresso do País);*

6. *a plena assunção das responsabilidades constitucionais do Estado na esfera social, designadamente no domínio da saúde, da educação, da habitação, da segurança social, bem como das suas obrigações no apoio à criação cultural e à democratização da cultura, sem prejuízo da indispensável mobilização de outros recursos e energias existentes no conjunto da sociedade ;*

7. *o avanço de importantes reformas democráticas, essencialmente um verdadeiro processo de desenvolvimento económico e social, como a reforma descentralizadora, inspirada no sucesso do poder local democrático, assegurando o seu prosseguimento e promovendo no mais curto período possível a criação e instituição das Regiões Administrativas, bem como a reforma da administração pública ;*

8. *a defesa da soberania e independência nacionais, designadamente na área política, económica e militar, a diversificação das relações externas, o reexame dos compromissos político-militares de Portugal tendo em conta as transformações mundiais e uma decidida afirmação de Portugal na cena internacional em favor da amizade entre os povos e da cooperação entre as nações, da segurança e da paz mundiais, dos direitos dos povos à justiça, ao desenvolvimento, à autodeterminação e independência.*

Portugal pode ser melhor. É possível viver melhor numa sociedade mais justa, solidária e democrática.

No dia 6 de Outubro, com um voto esclarecido pela mudança democrática para o progresso e a justiça social, está ao alcance dos portugueses impulsionar decisivamente esta possibilidade real, esta imensa aspiração e esta segura perspectiva.

O PCP proclama: É NECESSÁRIO E POSSÍVEL DERROTAR A DIREITA E CONSTRUIR A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA !

Nas eleições de 6 de Outubro, são factores decisivos e indispensáveis para a concretização de uma alternativa democrática que a direita perca a maioria absoluta dos deputados e que se verifique o reforço da votação e representação parlamentar do PCP e dos seus aliados na CDU.

Os democratas devem ter plena consciência de que, contrariamente a ilusões e mistificações proposadamente semeadas, não há eleições para primeiro-ministro mas sim para a Assembleia da República que, de acordo com a sua composição, decidirá sobre a formação de um novo governo, e que o que será determinante em termos institucionais para a possibilidade de uma alternativa não é a obtenção da maioria relativa por um partido, mas que as forças democráticas, designadamente PCP e PS, em conjunto, venham a deter a maioria absoluta de deputados.

Os democratas devem ter plena consciência de que a proclamada ambição do PS de obter sozinho a maioria absoluta não é realista e de que os seus projectos bipolarizadores, a serem concretizados, apenas poderiam conduzir, não a uma alternativa, mas ao regresso a fórmulas de compromisso e entendimento com o CDS ou com o PSD e para a imposição de uma política pouco diferenciada da do PSD.

Os democratas devem ter plena consciência de que, uma vez derrotada eleitoralmente a direita, a definição de um nova política e a formação de um governo democrático só podem ser conseguidas na base da governação e do entendimento das forças democráticas. Será puramente ilusória qualquer estratégia que pretenda colher o apoio parlamentar do PCP sem chegar a entendimento prévio com o PCP. O PCP não será em nenhum caso apoiante, passivo ou activo, de um governo que o PS quisesse ensaiar à sua revelia.

O PCP luta e lutará antes e depois das eleições para que se reforce a aproximação, o diálogo e as acções conjuntas das forças democráticas abrindo caminho aos entendimentos e acordos pós-eleitorais indispensáveis para a concretização de uma alternativa democrática.

Nestas condições, porque a votação no PCP e na CDU é sempre a mais segura e eficaz contribuição para a derrota eleitoral e política da direita, porque a representação parlamentar

do PCP será sempre indispensável para a constituição de uma maioria parlamentar democrática, porque o PCP é a mais forte garantia de uma mudança de política favorável aos interesses populares e de medidas programáticas capazes de a concretizar, porque é o PCP que defende o único caminho realista para a alternativa - é o reforço eleitoral do PCP e o êxito eleitoral da CDU que, em 6 de Outubro, mais contarão para favoráveis decisões políticas imediatas e para uma evolução positiva da situação nacional.

A importância, utilidade e eficácia do voto no PCP e nos seus aliados na CDU estão claramente testemunhadas pelos valores que assim se apoiam e fortalecem, pela defesa dos interesses dos trabalhadores e da população laboriosa que assim se garante, pela exigência de uma nova política que assim se reforça e amplia, pelas propostas competentes e construtivas a que assim se dá mais força, pela acção dedicada dos deputados que assim se elegem, pelo papel indispensável que o PCP é chamado a desempenhar para uma política de liberdade e progresso e para um governo democrático.

Em 6 de Outubro, é indispensável virar a página em relação a soluções políticas esgotadas e fracassadas e empreender finalmente um novo caminho inspirado nos grandes valores do 25 de Abril e assente no diálogo e cooperação das forças democráticas.

Para tanto, não há melhor nem mais seguro voto de esquerda que o voto na CDU.

O PCP proclama: É NECESSÁRIA E POSSÍVEL UMA GRANDE VOTAÇÃO NA CDU !

O PCP enfrenta as próximas eleições legislativas com seriedade, determinação e confiança.

Conhece os recursos demagógicos, o empenho mistificador do PSD, a desigualdade de meios com que será travada a batalha eleitoral, os instrumentos de manipulação que os recursos e o aparelho de Estado e o controlo de importantes órgãos de comunicação social antidemocraticamente garantem ao partido do Governo.

Mas não dúvida que uma intensa e dinâmica acção de esclarecimento centrada sobre os problemas vivos dos portugueses e de Portugal poderão dar uma contribuição decisiva para que, como é indispensável, a base de apoio eleitoral obtida pelo PSD em 1987 se reduza consideravelmente e um maior número de cidadãos opte pelo apoio à CDU.

O PCP encara a batalha eleitoral com a confiança de quem pode legitimamente afirmar que honrou plenamente os compromissos anteriormente assumidos com o eleitorado; que desenvolveu em todas as esferas da vida nacional uma firme e qualificada intervenção em defesa dos interesses populares e nacionais; que impediu pelas lutas que travou ou encorajou que a situação se degradasse ainda mais; que apresentou e apresenta propostas e medidas de grande valor para a resposta a prementes ansios da população e para o presente e futuro de Portugal democrático. É reconhecido até por adversários políticos do PCP que o PCP ostenta uma acção de grande mérito na Assembleia da República e uma obra notável no poder local. Amplos sectores sociais sabem e reconhecem que o PCP esteve sempre presente e activo em todos os combates pela liberdade, pela justiça, pelo desenvolvimento, que, como ninguém, foi solidário com os que lutaram e lutam pelos seus inalienáveis direitos e justos interesses.

O PCP parte para as eleições de 6 de Outubro com a renovada confiança que é justificada pelo expressivo apoio eleitoral que recolheu nas eleições em 1989 para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais e este ano nas eleições presidenciais, todas testemunhando reais possibilidades de avanço de influência, todas testemunhando as suas fortes raízes populares, todas indicando que mais e mais portugueses podem ser ganhos para a compreensão de que o PCP é não apenas a mais sólida força de resistência a uma política de injustiça e regressão, mas também uma força essencial para a construção de um Portugal melhor.

Reunindo na coligação, o PCP, o Partido «Os Verdes», a Associação Intervenção Democrática e numerosos democratas independentes, a CDU - Coligação Democrática Unitária, projecto unitário, conta com o apoio e participação de candidatos da UDP e de outros sectores democráticos, e é uma forte expressão política e eleitoral dos valores e ideais democráticos, de uma atitude de diálogo aberto, da inteira dedicação à solução dos problemas nacionais, da coerência e verticalidade na luta por um projecto humanista de transformação da vida para que nela se afirmem com mais força a dignidade, as aspirações e esperanças dos portugueses.

Em 6 de Outubro, a CDU merece uma grande votação. Para bem da democracia, do povo português, do presente e futuro de Portugal.

26 de Maio de 1991

A Conferência Nacional do PCP
sobre as Eleições Legislativas

Intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP

Algumas questões programáticas

Portugal neste princípio de década e neste fim de século precisa de encontrar as vias do seu próprio futuro. Um futuro não de descaracterização do regime democrático, de acentuação das clivagens sociais, de dependência e subalternização na cena internacional mas de aprofundamento democrático, de bem-estar para os portugueses e de independência e prestígio para o País.

Os problemas e os desafios são de monta. As graves questões sociais e ambientais, os graves atrasos e carências, os desequilíbrios regionais e as vulnerabilidades da economia, vão ser confrontados com o «Mercado Único», a União Económica e Monetária e com as grandes mutações que se verificam na Europa e no Mundo.

As dificuldades e o mal-estar atingem largas camadas da população, que nem sempre descortinam as causas, no emaranhado das promessas e da retórica demagógica. O exercício do poder ao serviço, no essencial, do ilimitado egoísmo do grande capital, tem como consequências, apesar do crescimento económico, o facto de milhares e milhares de portugueses estarem à margem de um nível de vida digno, excluídos do acesso à habitação, à saúde, ao ensino, à justiça, à cultura, aos tempos livres e às férias.

Não é fácil o quotidiano quando falta o mínimo e quando o mais certo é a incerteza, incerteza no emprego e no dia de amanhã. Não é fácil a vida nos campos, lá onde faltam os equipamentos mínimos, onde a agricultura é abandonada e marginalizada, onde os dias se somam aos dias sem qualquer evento cultural. Não é fácil a existência nas grandes cidades, nas zonas suburbanas, nos bairros tristes sem alma, onde as pessoas se tocam mas não se encontram.

É preciso reinventar o diálogo e o reencontro, a serenidade e o prazer de viver e conviver, de participar e intervir.

Não se vive sem pão e sem tecto, mas também não se vive sem um ideal, nem quando se perdem as perspectivas e as esperanças. Partido das grandes causas e das grandes reformas de que Portugal necessita, portadores de um grande projecto para Portugal, somos um Partido que cumpre o que promete, que se pode reclamar justamente dos atributos do trabalho, da honestidade e da competência.

A actual situação exige uma séria e profunda mudança na orientação política, nos seus objectivos, critérios e resultados.

A degradação da democracia política, o empobrecimento democrático e a limitação de liberdades, a dimensão e extensão dos problemas que atingem a sociedade portuguesa reclamam e exigem, não ajustes pontuais ou superficiais mas uma nova política.

Uma política que vá ao encontro das profundas aspirações e anseios do povo português num quadro de tranquilidade cívica, de efectivo exercício das liberdades e direitos dos cidadãos e de respeito pela Constituição da República, que incentive a participação das populações numa vasta mobilização de energias, vontades e competências.

Exigem, não a banalização da corrupção e do clientelismo, o negociadismo e o leilão do sector empresarial do Estado mas a moralização da vida pública, o triunfo da ética no exercício das funções públicas e dos cargos de Estado, a vigorosa afirmação dos valores e comportamentos democráticos.

Reclamam, não que o autoritarismo ou que o egoísmo se sobreponham aos valores da solidariedade e da igualdade de oportunidades mas um grande projecto de liberdade, democracia, bem-estar, progresso social, desenvolvimento e independência, em que se inscreve o nosso Programa para as próximas eleições.

Uma sociedade livre, um Estado responsável

Uma sociedade livre, um Estado responsável, que assegure o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, que faça entrar na vida os direitos económicos, sociais e culturais, uma justiça célere, acessível e democratizada, uma Administração aberta e desburocratizada, uma informação pluralista, que assegure o direito de informar e de ser informado.

Um regime de liberdade em que sejam plenamente assegurados os direitos de carácter pessoal, político, laboral e social, instituindo-se os mecanismos que impulsionem a sua efectivação e impeçam a sua limitação, suspensão ou restrição abusiva.

Um regime em que sejam plenamente reconhecidos e garantidos os direitos pessoais fundamentais, designadamente o direito à vida, à integridade moral e física, à identidade pessoal, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem e à reserva da intimidade da vida privada e familiar.

Uma Administração Pública que seja efectivamente desconcentrada e descentralizada, próxima dos cidadãos, participada e aberta, eficaz e transparente.

É necessário reforçar os direitos dos cidadãos face à Administração e tornar os contactos com esta mais fáceis e as respostas mais precisas e rápidas.

A modernização efectiva é importante, a desburocratização também, mas uma e outra devem ter como prioridade o cidadão, facilitando-lhe o dia-a-dia, indo ao encontro dos seus direitos e das suas aspirações.

Em relação à justiça, é necessário pôr termo a uma situação em que os processos continuam a arrastar-se e a demorar em média vários anos nos tribunais.

É necessário enfrentar com determinação o problema do acesso ao direito e à justiça, que continua a ser caro e difícil para muitos portugueses. A justiça deve ser um valor central da organização da sociedade. Mas não só.

No avanço para uma democracia avançada, democracia que seja simultaneamente política, económica, social e cultural, o Estado deve ser estruturado e ter um funcionamento de forma a responder aos interesses do povo e do País estritamente conforme a legalidade democrática, com uma organização do poder político baseada na separação e interdependência dos órgãos de soberania, na participação popular permanente, com umas Forças Armadas ao serviço da independência e soberania nacionais e da integridade do território e a segurança e ordem públicas baseadas na prevenção e no respeito e garantia efectivas dos direitos e liberdades individuais dos cidadãos.

O PCP empenhar-se-á determinadamente para que a próxima legislatura se traduza também por um decidido fortalecimento da Administração Local e um efectivo reforço da democracia participativa.

Neste sentido, o PCP considera como orientações programáticas necessárias, no domínio do poder local e da regionalização, uma nova política que tenha como tarefa prioritária, no quadro da futura Assembleia da República, a organização do processo de regionalização com vista à instituição das Regiões Administrativas durante o ano de 1992; a criação nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto de autarquias metropolitanas democraticamente eleitas, com poderes efectivos e meios financeiros adequados; o reforço da autonomia financeira das autarquias; a aprovação de um novo regime de finanças locais.

soberania nacional em centros fulcrais da decisão económica.

É necessário modernizar o aparelho produtivo.

A actual política monetária e financeira tem subtraído recursos substanciais da área produtiva para a área especulativa e financeira. A política de crédito, as altas taxas de juro e uma valorização fictícia do escudo estão a criar sérias dificuldades a muitas empresas, nomeadamente as pequenas e médias. É necessário inverter esta situação, combater a inflação, diminuir a dependência energética e promover as actividades produtivas.

Viver melhor numa sociedade mais justa

A luta pelo bem-estar das populações, pelo melhoramento do seu nível e qualidade de vida, a luta contra as desigualdades sociais, a nova pobreza e a grande pobreza, inscrevem-se como uma das grandes preocupações do Programa do PCP. Cresce na nossa sociedade o movimento de recusa das exclusões fazendo recordar aos indiferentes que a liberdade, a solidariedade e a igualdade são um e um mesmo combate.

O racismo, a xenofobia e o anti-semitismo devem ser severamente condenados, impondo-se também, cada vez mais, uma verdadeira política de inserção social das comunidades africanas que aqui vivem e trabalham.

É necessário proceder também a uma reforma democrática da fiscalidade e melhorar a distribuição do rendimento. E se é verdade que esta depende do crescimento,

não é menos verdade que este deve ser enquadrado por uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Mas o desenvolvimento tem também uma dimensão cultural. É necessário subtrair a cultura do domínio do negociadismo e encarar-la como força libertadora. É necessário levar à prática uma política que entenda a cultura como transformação da vida, que proteja e promova os direitos especificamente culturais, que afirme as diferenças que se desejam, que favoreça o acesso de todos à vida cultural.

Nós dizemos não ao elitismo da cultura e do ensino, pugnamos por uma escola para o nosso tempo e consideramos



Um desenvolvimento harmonioso e solidário

Portugal necessita de um desenvolvimento harmonioso e solidário, assente numa economia mista, dinâmica e competitiva, que vincule o crescimento, a defesa e a promoção do ambiente e a conquista progressiva de um alto nível de vida, que encare a educação e a formação e a ciência e a tecnologia como elementos estratégicos; que considere o ordenamento territorial como factor de coesão do País permitindo o aproveitamento máximo dos seus recursos e das suas potencialidades; que tenha por centro e finalidade uma política de bem-estar contra a exclusão social e as injustiças.

Para o PCP, um forte e reestruturado SEE é condição necessária, nas condições objectivas do País, para materializar uma estratégia nacional de desenvolvimento, para permitir uma divisão internacional mais valorizada, para resistir com êxito aos desafios do futuro, para garantir a

que a formação não é só uma questão para a juventude, mas uma questão para toda a vida.

Para o PCP, os direitos económicos, sociais e culturais representam verdadeiros direitos dos cidadãos e o Estado não pode demitir-se de os assegurar. Refiro-me, em particular, ao direito ao emprego, à habitação, à saúde, à segurança social, à educação e ensino, aos transportes, à cultura, à cultura física e desporto, a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, aos direitos da juventude, da maternidade e paternidade, das crianças, dos reformados e deficientes.

O PSD tem encarado estas matérias como sectores abrangidos pela fúria privatizadora e como fontes de negócio, não aceitando que se trata de verdadeiros direitos e recusando as responsabilidades do seu Governo. Nós não aceitamos esta concepção, apelando simultaneamente para a mobilização da iniciativa popular, das várias organizações e entidades privadas, mas insistindo na ideia de que o Estado não pode demitir-se, que tem aqui um papel fundamental.

Uma outra das linhas da política de bem-estar que inscrevemos no nosso Programa diz respeito à saúde. É necessário garantir o acesso de todos os portugueses a cuidados de saúde de qualidade. **Poderão a doença e o acidente serem tratados pelas leis do mercado?** O envelhecimento da população, o aparecimento de novas patologias (SIDA), a evolução rápida das técnicas médicas, exigem o apoio do Estado e a melhoria significativa da gestão do nosso sistema de saúde, que deve ser encarado como elemento fundamental da qualidade de vida.

O combate ao tráfico da droga e o apoio aos toxicodépendentes (de que o projecto de lei do PCP, recentemente aprovado na generalidade na Assembleia da República, é um exemplo), a melhoria da segurança social, das prestações e apoio devidos aos reformados e deficientes, a modernização e eficácia do funcionamento dos serviços de protecção e apoio aos emigrantes, a salvaguarda dos seus interesses na área da segurança social, designadamente em relação às pensões e reformas e a atenção requerida aos direitos das crianças são direcções fundamentais do nosso Programa e são objecto da nossa acção nas diversas esferas da vida nacional.

Uma verdadeira política para a juventude insere-se, no entender do PCP, num dos grandes e primeiros objectivos de uma política de justiça social tal como a igualdade no domínio dos factos, nas empresas e na vida, e não somente nos textos jurídicos, entre o homem e a mulher. As mulheres continuam a conhecer e a defrontar-se com dificuldades particulares. Com a mesma qualificação, o desemprego é mais frequente e de mais longa duração, os seus salários são normalmente menores, as suas perspectivas de carreira são em geral mais baixas e menos interessantes.

Um País independente e soberano numa Europa de nações iguais

Não somos um país resignado ao atraso económico e social. Há lugar para um Portugal independente e soberano, de progresso, justiça e liberdade, numa Europa de paz e cooperação, **numa Europa de nações iguais, independentes e solidárias**, em que os princípios da coesão económica e da coesão social tenham efectiva tradução prática, que não sejam uma abstracção mas que sejam tangíveis para o cidadão na sua vida quotidiana.

O reforço do Orçamento comunitário, dos fundos estruturais, nomeadamente a partir de 1992 e a criação de **fundos específicos** para indústrias com grande peso nos países de menor grau de desenvolvimento - têxteis, calçado e mobiliário - e para as regiões mais atrasadas da Comunidade, é fundamental para a materialização da coesão económica e social.

O Mercado Único, a União Económica e Monetária, a União Política, as instituições e a sua democraticidade, a Reforma dos Tratados, a Presidência de Portugal não podem ser governamentalizadas. São grandes questões, com grandes reflexos no nosso devir, que exigem ponderação e uma ampla participação, e a firme defesa dos interesses nacionais.

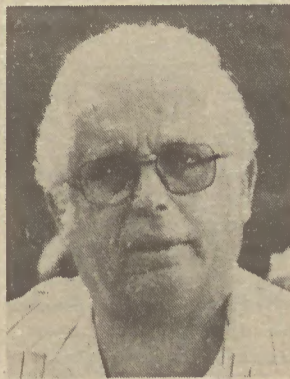
As suas consequências, económicas, financeiras, sociais e políticas, são profundas. Somos pois partidários da ideia de que a coesão social deve ser fundada sobre um elevado nível de protecção social, sobre mecanismos legislativos ou convencionais que garantam que os direitos dos trabalhadores **prevalçam sobre uma concepção retrógrada de competitividade**. A Comunidade não pode deixar de ser vigilante face aos riscos do chamado «dumping» social. Recusamos a ideia de «um espaço social europeu» de mero acompanhamento ou ornamento dum projecto monetário e económico comandado pelas transnacionais.

Uma política externa de independência, paz e cooperação

No quadro das relações externas e de **uma política externa de independência, paz e cooperação** exige-se que sejam asseguradas a soberania e a independência de Portugal, aliás, correspondente à nossa melhor tradição histórica de abertura à Europa e ao Mundo e uma decidida afirmação de Portugal em favor da amizade entre os povos e de cooperação entre as nações, da segurança e da paz mundiais, dos direitos dos povos à justiça, ao desenvolvimento, à autodeterminação e independência.

Estas são algumas linhas do nosso Programa, orientações para a acção, reforçando a importância, utilidade e eficácia do voto no PCP e nos seus aliados da CDU. Por isso, tal como se afirma no projecto da nossa Proclamação, **em 6 de Outubro, é indispensável virar a página em relação a soluções políticas esgotadas e fracassadas e empreender finalmente um novo caminho inspirado nos grandes valores do 25 de Abril e assente no diálogo e cooperação das forças democráticas.**

Intervenções centrais



CARLOS BRITO
 Membro da Comissão Política do CC do PCP

O funcionamento da Assembleia da República, nos últimos quatro anos, testemunha, como outras áreas da vida nacional, a imperativa necessidade de mudança, a urgência de uma verdadeira viragem democrática na política do País.

Ali, mais ainda do que noutras áreas, tornou-se evidente o propósito do Governo e do PSD de transformarem a maioria parlamentar absoluta obtida em 1987 em poder absoluto, ou até em absoluto poder pessoal, assente numa concepção autoritária do Estado e compreendendo a governamentalização da Assembleia da República, de outros órgãos de soberania e instituições da República, a partidarização da administração e do aparelho do Estado, a tentativa de silenciamento e secundarização das forças da oposição.

No quadro descrito, a Assembleia, que devia fiscalizar a actuação do Governo, foi por ele subordinada à estratégia, às prioridades, às políticas e até aos calendários governamentais.

O Grupo Parlamentar do PCP, dando expressão à orientação do Partido, combateu com decisão esta actuação do Governo e da sua maioria, desmascarando-a e confrontando-a com orientações e procedimentos alternativos. Estivemos incontestavelmente na primeira linha deste combate.

Fizemo-lo quando nos opusemos aos aspectos negativos da revisão da Constituição, à passagem do *pacote laboral*, da legislação liberalizadora das privatizações e liquidadora da Reforma Agrária, quando contribuimos com sucesso para chumbar a alteração antidemocrática da lei eleitoral.

Fizemo-lo, quando lançámos a batalha pela redução das desigualdades, quando lutámos pela concretização de grandes reformas, como a regionalização, e apresentámos propostas construtivas para dar resposta aos problemas do País e às profundas aspirações do nosso povo.

É assim que o Grupo Parlamentar do PCP lidera folgadoamente as principais áreas de intervenção parlamentar, tanto no domínio de competência legislativa — os projectos de lei — como no domínio da competência fiscalizadora — as ratificações.

Em relação aos primeiros: o PCP apresentou 251 projectos de lei, enquanto o PS apresentou 226; o PSD, 165; o CDS, 17; o PRD, 36.

Em relação às ratificações: o PCP apresentou 125, enquanto o PS apresentou 52.

As matérias versadas nos projectos de lei apresentados revestem também um importante significado em relação às preocupações e prioridades do nosso Partido e do Grupo Parlamentar. Citemos as que têm maior destaque: Direitos dos cidadãos, 18 projectos de lei;

Direitos da Juventude, 15; Direitos dos Trabalhadores, 14; Reformas, pensões e segurança social, 13; Acesso à saúde, 11; Ensino, formação profissional e educação, 11; Agricultura, 11; Economia e Finanças, 10; Ambiente, 10. Outros Projectos do PCP versam a problemática da mulher, a Habitação, a Cultura e o Desporto, a concretização da Regionalização, problemas dos deficientes e dos reformados. Há que salientar, no entanto, que à frente de todas as áreas está o poder local, com 26 projectos de lei, o que testemunha a permanente atenção e acção desenvolvida em defesa das autarquias.

Onze projectos de lei do PCP foram aprovados e incorporados em leis da República. Muitos mais, embora chumbados, forçaram o Governo a legislar, como o caso das reformas, pensões e subsídios da segurança social.

Noutros domínios de intervenção, o PCP desenvolveu intensa actividade, esgotando sempre os direitos de fixação das ordens do dia e as interpelações e liderando com grande diferença a apresentação de requerimentos aos Governos, que é um instrumento de intervenção que reflecte a ligação com o eleitorado e o País.

O PCP sempre se preocupou seriamente com a ligação dos seus deputados com as populações, as regiões e o País e sempre os deputados comunistas desenvolveram os maiores esforços para dar concretização a esta orientação.

Na legislatura que agora termina, o Grupo Parlamentar avançou de forma decisiva e inovadora neste terreno. Fê-lo por duas formas essenciais: as Jornadas Legislativas Regionais e as Jornadas do Grupo inseridas num processo de intensos contactos com as regiões onde se realizam, como aconteceu com as Jornadas de Setembro, em Évora, e as de Abril, em Coimbra.

As Jornadas Legislativas Regionais estreitaram de uma forma muito positiva a ligação do Grupo Parlamentar com as direcções e as organizações regionais do Partido. Ao longo do último ano fizeram-se Jornadas Legislativas em todos os distritos do Continente, salvo no caso de Trás-os-Montes, em que abarcaram a região, e ainda na Madeira com o envolvimento de todo o Grupo Parlamentar num total de 50 dias de contactos. O Grupo Parlamentar e as organizações do Partido adquiriram um conhecimento aprofundado e recente das situações e puderam adoptar inúmeras iniciativas em conformidade. Trata-se de uma experiência que importa aprofundar. Tudo aponta, no entanto, para que deve revestir a forma de uma operação especial combinando, num período curto, a acção concentrada de deputados e quadros das direcções regionais, compreendendo contactos, debates, tomada de posições e definição de linhas de intervenção sobre os problemas mais agudos ou importantes de cada região.

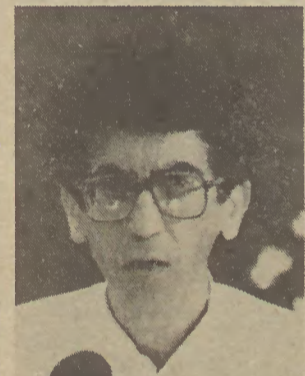
Para atingirmos a intervenção intensa e competente que aqui se regista não precisamos, ao contrário do que acontece noutros partidos, nem de multas ou castigos, nem de prémios de produtividade. Mas registase que a acção do nosso Grupo Parlamentar não foi isenta de dificuldades.

Os deputados comunistas sofreram a pressão da situação in-

terna da Assembleia absolutamente dominada pela maioria de direita e sobretudo as pressões dos acontecimentos internacionais, designadamente dos que assolaram o centro e o leste da Europa, inclusive a União Soviética. Na quase totalidade o Grupo enfrentou com firmeza e coerência essas pressões. Os dois lugares da Assembleia que foram usurpadas ao nosso Partido, com total ilegitimidade ética e política, não roubaram ao nosso Grupo Parlamentar, ao contrário do que muitos esperavam, a sua habitual intervenção combativa e competente, porque os deputados comunistas souberam responder, unindo-se com determinação para honrar plenamente a confiança popular e a confiança partidária que lhes foram confiadas.

As eleições de Outubro vão, como se sabe, determinar o futuro Governo do País, mas são antes de tudo eleições para escolher deputados e programas de intervenção parlamentar.

Creio que podemos com toda a confiança apresentar o merecimento da actividade dos deputados do PCP e o programa de intervenção parlamentar do nosso Partido. Constituem uma inequívoca garantia de que os votos na CDU serão traduzidos em mandatos responsáveis, competentes, inteiramente devotados à defesa dos interesses do nosso povo e do nosso país e a concretização de uma alternativa democrática. Esta circunstância dá-nos uma grande legitimidade para apelarmos ao reforço da votação na CDU.



Vitor Dias
 Membro da Comissão Política

A intervenção do Secretário-Geral do Partido na abertura dos trabalhos, bem como, entre outras a prevista intervenção do camarada Carlos Carvalhas sobre linhas essenciais do Programa Eleitoral e o projecto de Proclamação contém reflexões e propõem orientações de grande importância que constituem elementos fundamentais e insubstituíveis para dar conteúdo prático, força, eficácia e capacidade de irradiação à nossa intervenção pré-eleitoral e à nossa campanha eleitoral.

Antes de outros desenvolvimentos, consideramos ser muito importante que a Conferência e que todas as organizações, militantes e simpatizantes do Partido reflectam sobre alguns aspectos de natureza subjectiva que reputamos decisivos e determinantes para o êxito da nossa intervenção na batalha eleitoral.

Entre eles, destacamos

- uma forte e aguda consciência por parte de todos nós da enorme importância e relevantes consequências, na actual conjuntura nacional e internacional, do nosso resultado eleitoral em 6 de Outubro, seja do ponto de vista das soluções políticas a adoptar, seja do ponto de vista dos seus reflexos sobre a vida do nosso povo e do nosso país, seja do

ponto de vista das condições para uma maior afirmação, projecção e influência futuras do nosso Partido:

- a necessidade e importância de, face à batalha eleitoral, todos nós, no desenvolvimento do clima que se respira no Partido, assumirmos uma atitude combativa e partilharmos um estado de espírito marcado por uma sólida convicção e por uma profunda confiança na possibilidade tanto de assegurar um significativo êxito para o Partido e para a CDU como de derrotar a direita:

- a necessidade e importância de através da nossa mensagem, das nossas iniciativas e do nosso dinamismo, consolidarmos e ampliarmos irreversivelmente o renovado movimento de interesse e de esperança que se desenha em torno da CDU, consolidarmos e fortalecemos a nossa imagem de uma força política que, sem nenhuma margem para dúvidas, está audaciosamente voltada para o alargamento da sua influência eleitoral.

Destacando a importância decisiva destes aspectos, não estamos a fazer o elogio do voluntarismo e do triunfalismo. Estamos sim a dizer que numa batalha que se decide pela capacidade de convencer, de ganhar consciências e de conquistar opções de voto, a vontade dos protagonistas da batalha eleitoral conta e pesa e a sua vontade de triunfar conta e pesa ainda mais.

Como todos sabemos, na campanha para as próximas eleições legislativas, um Partido com as nossas responsabilidades democráticas e nacionais tem obrigatoriamente de se pronunciar e adiantar propostas sobre um vastíssimo conjunto de temas, problemas e questões da vida nacional, tem obrigatoriamente de ter uma mensagem que procure corresponder e comunicar com a sensibilidade, os interesses e aspirações de um grande conjunto de classes, camadas e grupos sociais, tem inevitavelmente de responder aos múltiplos argumentos e orientações de outras forças correntes.

Entretanto, é fundamental evitar o risco da dispersão e da descaracterização, e por isso se torna indispensável definir primeiro e respeitar depois as grandes linhas da nossa campanha, isto é aquelas que devendo constituir os seus elementos centrais, característicos e identificadores, devem por isso a toda a parte chegar com nitidez, devem por isso ganhar vida, força e impacto em todos os aspectos essenciais da nossa intervenção, devem por isso ser considerados prioritários e jamais esquecidos, prejudicados e subalternizados por outras preocupações ou orientações.

Neste sentido, precisamos de uma campanha que exprima com força, veemência, agiliidade e sensibilidade a nossa profunda ligação aos problemas e aspirações populares, o nosso conhecimento dos problemas nacionais e o nosso enraizamento social; de uma campanha que pela maneira directa e frontal como retrata as realidades da vida, como compartilha anseios e aspirações, como identifica os problemas e defende soluções, pelas palavras com que se dirige ao coração e à inteligência dos eleitores, confirme e testemunhe a dimensão e os fundamentos humanistas da nossa acção política e eleitoral.

Precisamos de uma campanha que preste uma decisiva atenção e confira um grande relevo às questões e problemas sociais e designadamente àque-

les que marcam mais fortemente a vida quotidiana dos cidadãos e se projectam com mais nitidez na sua aspiração a viver melhor numa sociedade mais justa, solidária e democrática.

Precisamos de uma campanha que nunca se distraia e sempre se concentre no esclarecimento e na argumentação em torno da necessidade, importância, vantagem, utilidade e eficácia do voto na CDU em todos, mas todos, os círculos eleitorais e que sempre acentue que o projecto e as propostas do PCP e o voto na CDU valem por si próprios e não estão nem condicionados nem dependentes de humores ou respostas de outras forças e que para garantir a defesa de justos interesses, para impulsionar uma nova política, para derrotar a direita e favorecer a alternativa, nenhum voto pode ser mais útil e contar mais que o voto na CDU.

Precisamos de uma campanha que faça avançar na consciência dos cidadãos e na formação das suas opções de voto o reconhecimento do PCP, não apenas como insubstituível força de resistência, de reivindicação e de luta mas também como força de projecto, de construção e de governo, não apenas como indispensável força de representação e defesa de interesses sociais mas também como uma força com destacado papel e peso institucionais, dotada de ideias, propostas, quadros e capacidades necessárias ao governo do País, como a força que indica e propõe o único caminho viável e realista para a alternativa.

Precisamos de uma campanha que valorize e dê projecção à composição unitária da CDU e assuma com persistência e orgulho a legítima e indispensável diferenciação do PCP e da CDU em relação às outras forças concorrentes, que proceda a uma fundamentada crítica e a uma acutilante denúncia da política do PSD e dos resultados dos seus 12 anos consecutivos de permanência no Governo e que não omita quer as ambiguidades do PS quer os múltiplos e graves pontos de contacto e convergência que, em questões de crucial importância, tem estabelecido com a política do PSD.

Precisamos de uma campanha que respeite obrigatoriamente os sentimentos, inquietações e aspirações da nossa base eleitoral mais estável e mais certa e que, ao mesmo tempo, seja capaz de restabelecer laços de confiança política com os eleitores que deixaram de nos dar o seu voto a partir de 1985 e seja capaz de captar novos apoios noutras áreas políticas e nos novos eleitores.

Precisamos de uma campanha que comunique, de forma directa, clara e convincente, com grandes componentes do universo eleitoral como sejam os trabalhadores, os jovens, as mulheres, os reformados, os agricultores.

Precisamos de uma campanha que dê uma grande e enérgica contribuição para reduzir fortemente os efeitos da desavergonhada demagogia governamental, para fazer desmoronar a viciada exploração pelo PSD do tema da «estabilidade governativa» e da sua falsa ligação com a obtenção da maioria absoluta e para contrariar a alegada «dinâmica de vitória» que o PSD procurará criar; mas também precisamos de uma campanha que desarticule os previsíveis apelos do PS ao eleitorado da CDU para que vote no PS para, alegadamente, o ajudar a ficar à frente do PSD, lembrando constantemente algumas verdades essenciais que conduzem à incontornável conclusão de que trocar

o voto na CDU pelo voto no PS seria trocar o absolutamente certo pelo profundamente incerto e trocar uma utilidade garantida por uma mais que provável inutilidade.

Precisamos de uma campanha de carácter e âmbito nacional que se articule com fortes e dinâmicas campanhas regionais e distritais que, incorporando um justo e indispensável relevo aos problemas regionais e locais e às correspondentes propostas e compromissos programáticos do Partido não subalterne as linhas de força nacionais da campanha e não esqueça que, em eleições legislativas, os resultados beneficiam de muitas contribuições e factores específicos mas a experiência indica que os factores nacionais são os mais determinantes na opção de voto.

Finalmente, precisamos de uma campanha que esteja audaciosamente voltada para o contacto directo com os eleitores, que beneficie de uma cuidada preparação e planificação, que culde inovadoramente do impacto das suas iniciativas, que racionalize meios e esforços e que seja marcada pela serenidade, pela elevação política, pela seriedade, rigor e empenho construtivo mas também pela capacidade de indignação perante as injustiças, pelo inconformismo, pela energia, pela vivacidade, pela paixão política, pela convicção, pela alegria e pelo entusiasmo.

Com o aprofundamento da reflexão, com a contribuição de todo o nosso colectivo partidário e dos nossos aliados na CDU, está ao nosso alcance realizar uma campanha eleitoral que se salde na noite de 6 de Outubro por boas notícias para todos nós, para o povo português e para a democracia.



Octávio Teixeira
Membro da Comissão Política

1. A problemática do desenvolvimento económico é uma questão fulcral para a construção de um futuro melhor para os portugueses e, portanto, do debate ideológico. Por isso, as questões do desenvolvimento económico têm de ser, necessariamente, um dos temas centrais do debate político no âmbito da próxima batalha eleitoral.

O Governo e o PSD brandirão, ainda mais, com números e mais números, procurando mostrar que cresceu a produção e o investimento, apresentando o crescimento económico como um objectivo sagrado ao qual tudo deve ser sacrificado, sem quaisquer outras preocupações ou condicionantes. Com a promessa de que o crescimento económico, só por si ou com a ajuda da «mão invisível», conduzirá de forma harmoniosa ao crescimento sectorial e regionalmente equilibrado, ao benefício de todas as camadas sociais e à redução das desigualdades. Promessa de hoje, como de ontem, mas que nunca se concretiza.

É a própria evolução da economia portuguesa nestes últimos seis anos que comprovam que o crescimento económico não é condição suficiente para promo-

ver um desenvolvimento equilibrado, para combater as assimetrias regionais e para reduzir as desigualdades que se manifestam na sociedade portuguesa.

Os factos aí estão para o demonstrar.

O ritmo de crescimento económico foi inferior ao possibilitado pela evolução externa e pelas centenas de milhões de contos oriundos dos fundos comunitários e, principalmente, foi insuficiente face às necessidades do País. Com o ritmo de crescimento dos últimos cinco anos, só daqui a 20 anos teríamos o nível de vida médio que hoje têm os espanhóis, e só daqui a 40 anos atingiríamos a média dos países da CEE. É demasiado pouco como projecto de futuro para os portugueses. Mas é suficientemente demonstrativo da demagogia de Cavaco Silva e prova que, com Cavaco e o PSD no Governo, Portugal não só não conseguiria integrar-se no meio do pelotão como nunca deixaria de ser o carro-vassoura dos países comunitários.

Por outro lado, o crescimento económico foi acompanhado do agravamento da condição periférica e dependente da estrutura e especialização produtivas do País, o nefasto processo das privatizações converteu-se numa autêntica desnacionalização de centros fulcrais da economia portuguesa, e o processo de concentração do capital beneficiou o sector financeiro e a especulação mobiliária e imobiliária em detrimento da actividade directamente produtiva.

Fundamentalmente, o crescimento económico foi acompanhado da proliferação dos problemas ambientais e de um inegável agravamento das desigualdades sociais. Baixou a participação dos salários na distribuição do Rendimento Nacional, ao mesmo tempo que os lucros duplicaram o seu peso relativo. Centenas de milhares de trabalhadores foram obrigados a aceitar empregos precários. Agravou-se o défice habitacional. Aumentou a carga fiscal suportada pelos rendimentos do trabalho dependente. As dificuldades no acesso ao crédito e as elevadas taxas de juro põem em causa a sobrevivência de milhares de pequenos e médios empresários e agricultores.

2. Nós, comunistas, rejeitamos frontalmente este modelo de crescimento que privilegia as actividades especulativas e a acumulação e a concentração capitalista, subestima a efectiva modernização do aparelho e especialização produtivos e, ostensivamente, olvida a repartição da riqueza criada.

Temos e defendemos uma concepção diferente do desenvolvimento, na qual o crescimento económico desempenha um papel fundamental mas em que o objectivo último é o desenvolvimento harmonioso de todos e cada um dos cidadãos.

Para o PCP, os objectivos a prosseguir pelo desenvolvimento económico e social são o equilíbrio sectorial da estrutura produtiva e do crescimento económico, a orientação regional e ecologicamente equilibrada do crescimento, e uma cada vez mais justa distribuição da riqueza entre as diversas classes e camadas sociais, tendo em vista a redução das desigualdades e a melhoria das condições de trabalho e do nível e qualidade de vida dos portugueses.

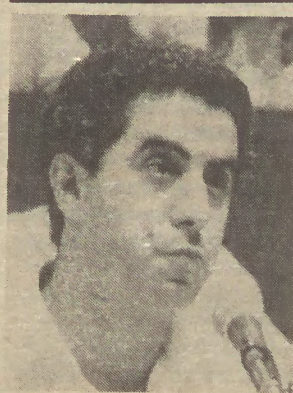
Paraná, o desenvolvimento económico é indissociável da defesa da independência nacional no quadro das crescentes interdependências económicas. O que desde logo pressupõe a soberania nacional em sectores estratégicos da economia nacional, só

possível com a defesa e reestruturação do SEE no quadro de uma organização económica mista.

O desenvolvimento económico que propomos e defendemos exige que o crescimento económico não seja anárquico e dependente, mas orientado para a valorização do padrão de especialização produtiva e criação de emprego qualificado e estável, e permanentemente articulado com uma mais justa repartição do rendimento e com a satisfação das necessidades essenciais dos portugueses.

3. O País e os portugueses necessitam de uma verdadeira política de desenvolvimento económico e social. O que só é possível, e exige, a derrota eleitoral do PSD e o seu afastamento do Governo.

É com este objectivo essencial que os comunistas, no quadro da CDU, intervirão nas próximas eleições legislativas, com a certeza de defenderem o interesse nacional, confiantes na construção de um Portugal melhor para os portugueses.



Jorge Gouveia Montelero
Membro da Comissão Executiva Nacional do CC

O aproximar das eleições legislativas de Outubro traz para a ordem do dia as questões de propaganda eleitoral. Com o papel central de adaptar as orientações políticas às várias realidades concretas em que se situa a luta de ideias e a disputa dos votos dos portugueses, é indispensável.

Primeiro: definir prioridades que permitam a concentração do esforço em direcções fundamentais.

No plano geográfico, identificando as grandes concentrações de eleitorado e tendo em conta o período de Verão, o afluxo às zonas de veraneio, a vaga de emigrantes. Nas áreas regionais, e em especial nas maiores organizações do Partido, é fundamental a identificação rigorosa dos concelhos e até das freguesias prioritárias, dos grandes pontos de passagem da população.

No plano social, definindo em cada região os problemas-chave das várias camadas sociais, tendo em conta quer a dinâmica de consolidação dos sectores de forte implantação do Partido e da CDU, quer a de possível alargamento, quer ainda os segmentos de eleitorado que possam estar mais permeáveis à mensagem dos nossos adversários eleitorais, nomeadamente à demagogia governamental.

Segundo: Definir estilos e estruturas de intervenção que tenham em conta a correlação de forças e permitam maximizar as vantagens das nossas próprias características.

Face à enorme desproporção de meios materiais que começa a estar à vista (e faço aqui um apelo à recolha

militante de fundos para a campanha), é claro que a nossa grande vantagem comparativa está no Partido organizado e militantemente empenhado que somos.

Para tirar o máximo proveito dessa vantagem é necessário conjugar uma grande descentralização da iniciativa e da acção de base com a criação de estruturas especiais para acções mais exigentes. Ou seja, ao mesmo tempo que estimulamos cada membro do Partido, cada apoiante da CDU para que seja um comunicador e sinta a campanha como uma «guerra» sua, criamos equipas especiais para assegurar o êxito de certas acções de grande impacto. Ambas são indispensáveis.

Mas atenção, camaradas.

Temos que analisar em que medida alguns estilos de trabalho regular funcionam ou não de acordo com as necessidades eleitorais. Por exemplo, o aparelho de distribuição, peça central da propaganda eleitoral. Temos que trabalhar para que seja eficaz e rápido, permitindo uma resposta pronta às questões. O que exige a tomada de medidas especiais para este período eleitoral, de meios e quadros, para termos circuitos mais oleados. Sobretudo nas organizações mais estruturadas onde as formas de distribuição tradicionais se convertem por vezes em obstáculo entre nós e as massas.

Assim também com a planificação de acções e iniciativas. A campanha eleitoral exige a direcção deste trabalho de acordo com as prioridades definidas, o que obriga a medidas especiais de direcção e contacto, incompatíveis com morosos processos de auscultação e decisão muito descentralizada.

Terceiro: alcançar uma boa articulação entre propaganda nacional e regional. Entre aqueles grandes temas que marcam a campanha em todo o País (sobretudo através dos órgãos de comunicação social) e os temas e problemas regionais e locais. Considerando sempre a unidade de imagem pública - nos grafismos, na música, nas palavras de ordem, por forma a transmitir uma mensagem clara, reconhecível, consistente.

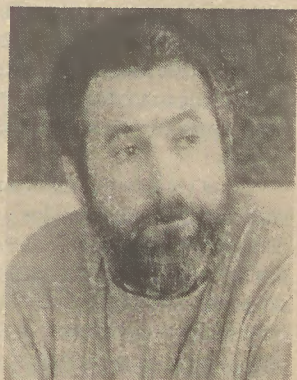
A partir de agora estamos em campanha.

No mês de Junho, já com uma jornada nacional de propaganda, milhares de pendões e dezenas de milhares de documentos. Com as festas dos santos populares. Com muita acção do Partido e também já muita iniciativa e propaganda da CDU.

Nos meses de Julho e Agosto, com a Festa da Alegria, em Braga, e várias outras festas regionais do Partido, o Encontro CDU, a jornada nacional de Verão.

E, finalmente, a campanha, com fortíssimo arranque marcado para a Atalaia, naquilo que digam o que disserem sobre artistas e eleições), é de muito longe a maior realização cultural

artística e política, o maior palco, a maior festa, a Festa do «Avante!». A exigir portanto uma grande atenção das organizações do Partido, para um grande sucesso neste arranque de massas da nossa campanha. Com a análise e cálculo político, mas também com muita garra e paixão pela luta. Com grande agilidade, mas também com serenidade e organização. Com muito esforço, mas também com grande gosto e alegria.



AGOSTINHO LOPES
Membro da Comissão Política

Em fins de Março Cavaco Silva visitou a exploração agrícola do sr. Thierry Roussel, no Brelão, perto de Odemira. Eis, camaradas, um retrato profundo, contrastado e colorido, da política agrícola do Governo. De uma forma de fazer política.

Um primeiro-ministro atento, um ministro do Planeamento circunspecto, olham embevecidos a 1.ª fase de crescimento dos morangos mostrada pelo empresário francês.

Assim se recorre à imagem — propaganda para mascarar o real. Assim se atira com a imagem forte do facto televisivo, do título noticioso, de fotografias no jornal, para fazer passar por boa uma ruína política agrícola. Mas que também assim denuncia uma política falhada e sem ética. Os interesses que servem.

Cavaco Silva vai a Beja e visita uma exploração agrícola capitalista, de avançada tecnologia, para esconder o avanço do latifúndio. Para ocultar que não tem nenhuma política alternativa à Reforma Agrária, que, com método, ódio é marca de classe, sinuosa ou frontalmente, vai destruindo. Cancro que avança no corpo vivo da agricultura alentejana.

As UCP/Cooperativas da Reforma Agrária não são substituídas por empresas agrícolas, modelos, modernas, eficientes. Mas pela terra abandonada, pelos coutos de caça, pela emigração, pelo desemprego, pela agressão ambiental. Por uma ausência crescente de risos de criança.

Cavaco Silva visita uma exploração agrícola de «sucesso» para melhor mistificar o insucesso da sua política agrícola. Transformando-a num êxito. Se tu, e tu, agricultor português, vês os teus bois sem procura. Se o teu vinho é comprado ao desbarato, preterido pela zurrapa espanhola. A culpa é tua e só tua, que não tens capacidade empresarial, que não tens competitividade!

Olhai para o exemplo do sr. Thierry Roussel que investiu 12 milhões de contos. Que coloca diariamente flores e frutas portuguesas em Bruxelas e Londres através de uma frota de 22 camiões frigoríficos. Que tem uma equipa técnica de dezenas de engenheiros para acompanhar o computador na gestão do sistema de rega. Que comprou o exclusivo de patentes e

métodos científicos no INRA — Instituto de Investigação Agronómica de França.

Esta enorme encenação que Cavaco Silva dirige, quer fazer esquecer, quer esconder, quer tapar o sol com uma peneira.

A exploração agrícola do sr. Thierry Roussel é feita sobre uma área contínua de 550 hectares, em expansão, e quase 90% das explorações agrícolas portuguesas têm até 5 hectares! 97% têm até 20 hectares.

A exploração do sr. Thierry é uma das 5000 explorações agrícolas portuguesas com mais de 100 hectares, ao lado de um universo de 750 000 pequenas e médias explorações com menos de 20 hectares, de área dispersa por várias parcelas.

Aquela empresa exigiu e exige uma utilização intensiva de capital. E os agricultores têm o crédito coartado pela garantia hipotecária das suas terras, sujeito às taxas de juro mais elevadas da agricultura comunitária (somos os únicos sem linhas de crédito agrícola bonificado).

Quer esconder que são as áreas agrícolas, as da classe daquela empresa, que absorvem o grosso dos apoios comunitários. (No Regulamento 797 0,6% das explorações, 16% dos projectos, 29% do investimento, contra as de menos de 5 hectares, com 26% dos projectos e 12% do investimento).

Quer esconder os crivos técnicos e administrativos, entraves burocráticos, dificuldades económicas, fina selectividade no acesso dos pequenos e médios agricultores portugueses às ajudas comunitárias, e uma política de facilidades (e mesmo compadrios...) para os projectos das grandes proprietárias e capitalistas da agro-indústria. Como foi publicamente noticiado, no caso do sr. Thierry Roussel, o forte empenho governamental em fazer avançar o projecto para exibição eleitoral contribuiu para olear a engrenagem burocrática do IFADAP, da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, do Instituto de Emprego e Formação Profissional (este deu mesmo 72 mil contos para premiar a criação de 170 pontos de trabalho), «no sentido de fechar os olhos a excessos de rigor burocrático». Entretanto, os agricultores portugueses esperam meses e anos para serem aprovados os projectos, para receberem as ajudas e subsídios a que têm direito. (Isto para não falar dos olhos fechados ao uso ilegal de tóxicos de elevada toxicidade).

Cavaco Silva quer esconder que o acesso garantido aos mercados europeus do sr. Thierry Roussel tem, por via, o seu capital multinacional, traduzido em empresas noutros países, e é a mesma via que empurrrou e empurrrou o mercado nacional de hortofrutícolas estrangeiros!

Isto sem abrir portas europeias significativas para a produção de frutas, flores e legumes portugueses. A mesma via que fez passar a balança comercial hortofrutícola de uma taxa de cobertura das importações pelas exportações, de 105% em 1985 para 20% em 1989! E diziam que tínhamos vantagens comparativas! Que fará se não tivéssemos!

Cavaco Silva quer esconder que, contrariamente à elevada capacidade técnica dessa empresa, o Governo prossegue uma política de desactivação, desarticulação e desmotivação do necessário apoio técnico aos agricultores, através de uma escandalosa privatização dos serviços oficiais.

Quer esconder que enquanto o sr. Thierry Roussel utiliza exclusivos da I & D francês (para obter produtos com qualidade e elevado conteúdo tecnológico), o Governo procede à liquidação da I & D nacional, com os défices orçamentais provocados nos Institutos de Investigação, com a instabilidade directiva do INIA, com o processo de privatização do Laboratório Rebelo da Silva para entregá-lo à parceria CAP/HO-ECHST.

O Primeiro-Ministro Cavaco Silva quer esconder e não quer ouvir o que, para o capitalista e empresário francês são razões da sua instalação em Portugal: terra disponível, mão-de-obra barata, sol e bom clima.

Sol que não pode privatizar!

Mão-de-obra barata que é uma vantagem de curto prazo, base condenada de qualquer autêntico desenvolvimento económico, desprestigiante para o país e recusada pelos trabalhadores. (E que mesmo assim obriga a uma contratação em regime colonial de trabalhadores marroquinos).

Terra disponível, solo agrícola mal ou subaproveitado, latifúndio, raiz do profundo atraso agrícola nacional. Também uma raiz da ditadura, que durante 50 anos oprimiu o nosso povo.

Cavaco Silva não visitou a exploração de um qualquer agricultor português vivendo momentos de aflição. Não visitou a exploração de um jovem agricultor estrangulado pelo crédito, pelos preços elevados dos adubos e combustíveis, pela falta de mercado para a sua produção. Não visitou a casa, porque a exploração agrícola já não existe, de qualquer dos 25 rendeiros de Odemira a quem por demagogia eleitoral entregaram terra no já «longínquo» ano de 1980, e a quem entretanto expulsaram. Não visitou sequer o latifúndio, entretanto reconstituído, de 5000 hectares dos herdeiros de D. Luís Passanha.

Visitou a herdade modelo do dinâmico-empresário francês Thierry Roussel. Visitou a sua política.

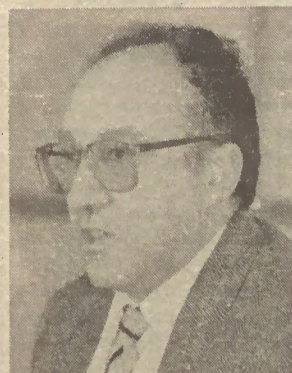
É afirmar uma rotunda falsidade dizer, como disse o sr. ministro da Agricultura, que «Este projecto mostrou que a agricultura portuguesa tem obviamente futuro, assim hajam empresários que acreditem e queiram avançar».

A exploração agrícola do sr. Thierry Roussel não é um modelo! É um profundo logro, um exemplo demagógico, uma falsificação sobre as perspectivas da nossa agricultura, é uma enorme mentira construída como imagem televisiva da política do Governo.

A exploração agrícola do sr. Thierry é o latifúndio visto no espelho do Governo de Cavaco Silva.

A agricultura portuguesa tem futuro com uma política agrícola democrática. Que aceite a importância de empresas agrícolas capitalistas, produtivas e dinâmicas, mas que veja o papel essencial da Reforma Agrária na base do labor criativo dos trabalhadores agrícolas para liquidar estratégias. Que acredite e apoie as pequenas e médias explorações agrícolas, principais contribuintes do Produto Agrícola Nacional.

Outra política agrícola exige uma intervenção acrescida dos comunistas portugueses. Exige a derrota eleitoral da direita. Exige um reforço da posição do PCP no feixe de forças democráticas vitoriosas a 6 de Outubro.



Domingos Abrantes
Membro da Comissão
Política e do Secretariado

Derrotar o PSD e a direita interessa a todas as forças democráticas, mas interessa de forma muito especial aos trabalhadores, pois eles têm sido particularmente atingidos pela política de direita, uma política assente na contenção do crescimento dos salários, na precarização do emprego, em mais intensos ritmos de exploração, na limitação, violação e mesmo liquidação de direitos fundamentais.

Para o Governo obviamente que não é a visão da realidade. Os resultados da sua política, na sua opinião, são inexcedíveis e os trabalhadores portugueses verdadeiros felizardos por poderem ter o PSD/Cavaco Silva ao leme da governação do País, uma governação que apresenta no rol dos seus sucessos crescimento económico, criação de mais riqueza, melhores salários e pensões de reforma, mais emprego, menos desemprego e, milagre dos milagres, menos emprego precário.

Infelizmente a propaganda laudatória da acção governativa não altera a dura realidade que é o viver da grande maioria dos trabalhadores portugueses, trabalhadores que continuam a ser os mais mal pagos, os que mais horas trabalham, os que menos segurança social têm, em toda a comunidade europeia.

Nós não questionamos que haja crescimento, não questionamos que haja mais riqueza. O que questionamos é a concentração da riqueza, o aumentar do fosso entre os muito ricos e os muito pobres, numa palavra, questionamos, repudiamos e combatemos uma política que faz aumentar as desigualdades sociais.

Desde 1985, primeiro ano de governos Cavaco Silva, que a parte dos salários no rendimento nacional vem a diminuir. A questão da distribuição do rendimento nacional, não é, como diz o ministro das Finanças, uma questão teórica, é uma questão fundamental para aferir da natureza social de uma política.

O nível dos salários é fundamental para determinar o nível de vida dos trabalhadores. Calculando-se que o salário médio (de base) seja hoje da ordem dos 67 contos, é caso para perguntar como é possível ter uma vida digna com salários desta grandeza. E que dizer-se de um salário mínimo de 40 100\$00. O problema torna-se ainda mais grave, pelo facto de os baixos salários atingirem grandes massas de trabalhadores.

No que ao emprego se refere temos fundadas razões para duvidar da propaganda do Governo, a começar pelos critérios estatísticos. Acontece, porém, que hoje a grande questão que se põe em matéria de emprego é o da sua precariedade. Mesmo tomando como verdadeiros os dados oficiais, que estão muito longe da realidade, pois não cobrem grande parte do emprego clandestino (mais de 900 mil trabalhadores, ou seja cerca de 30% da mão-de-obra assalariada, encontram-se com emprego precário ou no desemprego).

Esta política anti-social faz-se acompanhar da violação de importantes direitos e garantias,

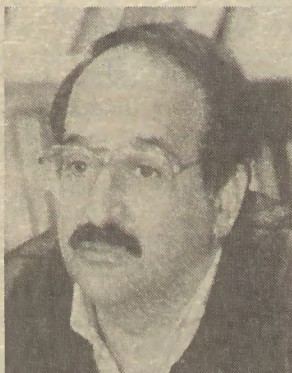
direitos que em numerosas empresas são grosseira e impunemente espezinhados com o beneplácito do Governo. A chantagem, as pressões de todo o tipo e as medidas repressivas contra dirigentes sindicais e de comissões de trabalhadores, generaliza-se e intensifica-se. Opatronato, escudado numa política e num Governo inteiramente ao seu serviço, mostra-se cada vez mais arrogante e prepotente.

É neste quadro que o pacote de nova revisão laboral, o mais profundo e concentrado ataque aos direitos dos trabalhadores, assume extrema gravidade. Peça capital da estratégia de intensificação da exploração dos trabalhadores, desenvolvida no Acordo Económico Social, o pacote laboral, se viesse a ser aprovado, colocaria nas mãos do patronato poderosos instrumentos de intimidação, chantagem e repressão contra os trabalhadores.

A tão apregoada necessária estabilidade política reivindicada pelo PSD/Cavaco Silva significa para os trabalhadores e outras importantes camadas sociais a mais profunda instabilidade. As numerosas lutas a que se vem assistindo são disso a comprovação e ao mesmo tempo um vivo desmentido à propaganda de paz social, inscrita no palmarés dos êxitos cavaquistas. Em luta têm estado ou ainda estão, os trabalhadores da metalurgia, da hotelaria, da EDP, da Automática Eléctrica, os pescadores da sardinha, os enfermeiros, os professores, os músicos, os trabalhadores da Administração Central e Local, os aduaneiros e muitos outros, cuja enumeração não é possível fazer por economia de tempo, mas daqui a todos saudamos, certos de que, com a sua combatividade, determinação e unidade, os trabalhadores alcançarão importantes vitórias.

Derrotar o PSD e a direita nas próximas eleições é necessário e é possível. Os trabalhadores não são apenas os mais interessados nesse resultado, eles são dos mais empenhados na luta por esse objectivo, resistindo e combatendo a política de direita, lutando por melhores condições de vida e de trabalho, lutando pela defesa de direitos e liberdades.

Preparamos a intervenção eleitoral conscientes da nossa responsabilidade política e da importância que os resultados das legislativas terão para a evolução da vida política nacional, para o próprio regime democrático. Entretanto é bom lembrar que o Governo PSD/Cavaco Silva ainda governa, que os efeitos da sua política se fazem sentir no dia-a-dia e que é preciso dar-lhe combate. No imediato, a luta contra o pacote laboral deve ser a prioridade das prioridades. A luta contra o pacote laboral é uma luta dos trabalhadores, mas deve ser também uma luta de todos os democratas contra o desfiguramento do próprio regime democrático. Estão em curso e em preparação importantes acções de massas contra a política do Governo. Prosseguir, desenvolver e ampliar a luta de massas por interesses imediatos, pela satisfação de reivindicações que confrontem a política e a demagogia do Governo com a realidade e as aspirações dos trabalhadores, será determinante para a criação das necessárias condições à derrota do PSD/Cavaco Silva, uma derrota indispensável para que Portugal possa ser melhor.



Edgar Correia
Membro da Comissão
Política

Assumir a educação, a ciência e a cultura como questões políticas fundamentais, como vectores estratégicos para o desenvolvimento e para o reforço da capacidade de determinação nacional, são tarefas que se colocam a todos nós na campanha eleitoral que se aproxima.

O profundo atraso e inadequação do sistema educativo nacional; a crescente distância que nos separa do nível dos países desenvolvidos, a começar pelos da CEE e mesmo de nações com menor nível de desenvolvimento mas que têm vindo a investir na educação e na ciência como estratégia de progresso; a persistência de estrangulamentos estruturais, de natureza política, que impedem a concretização da reforma democrática da educação prevista na Lei de Bases do Sistema Educativo; — são aspectos que estão a frustrar as melhores expectativas abertas pelo 25 de Abril na sociedade portuguesa, no que respeita à real igualdade de oportunidades educativas, à existência de uma formação científica e tecnológica de qualidade e de uma qualificação para todos.

Uma taxa de analfabetismo da ordem dos 20% na população com mais de 15 anos e um alastramento assustador do fenómeno do analfabetismo funcional.

Trinta por cento de crianças, apenas, a frequentar o ensino pré-escolar, quando na CEE esse valor de situa já, em média, nos 80%.

Uma baixíssima escolarização da população, que se pode ver pelo facto de em cada 100 habitantes, com idades compreendidas entre os 3 e os 24 anos, em Portugal apenas 47 frequentarem o sistema escolar, quando aqui ao lado, em Espanha, são já 74 e em França 77.

O desnível na frequência dos ensinos secundário e superior, em relação a países vizinhos da CEE constitui, também, motivo de inquietação. Deixamos a pergunta; como pode Portugal, por exemplo, relacionar-se no futuro em termos económicos normais com a Espanha, quando o país vizinho apresenta na questão crucial da formação dos recursos humanos, proporcionalmente, três vezes mais alunos no ensino secundário (geral e técnico profissional) e duas vezes e meia mais alunos no ensino superior?

No plano qualitativo, os índices de abandono da escolaridade obrigatória e as taxas enormes de reprovação, em todos os níveis de ensino, com pesados custos pessoais e sociais, constituem a verdadeira montra do sistema. É de bradar aos céus: na primeira fase do 1º ciclo do ensino básico, a 1ª e a 2ª classes da antiga «primária», a taxa de reprovações atingiu, segundo os dados mais recentes, 33%, ou seja, um em cada três alunos a nível nacional.

Isto tudo num quadro de carência e de degradação de muitas instalações; de falta de recursos, por vezes os mais elementares, para assegurar o funcionamento

mínimo de muitas escolas e até universidades; de uma acção social escolar esquelética; e, no que respeita aos professores, de condições de vida, de trabalho e de formação particularmente deficientes, precárias e não estimulantes, na grande maioria dos casos.

Há poucos dias o Governo aprovou em Conselho de Ministros um pomposo programa intitulado «educação para todos», fixando metas educativas para 1995 e para o ano 2000.

Não vos parece escandaloso que, no final do mandato e a quatro meses das eleições, depois do PSD ter ocupado a pasta da educação quase ininterruptamente durante doze anos, o Governo apareça agora a estabelecer metas e objectivos educativos, de cuja realização deveria há muito estar a prestar contas ao povo português?

Cabe-nos pois, nos próximos meses, empreender um activo esclarecimento eleitoral. Que não deixe o Governo iludir as suas verdadeiras responsabilidades. Nem lhe permita metamorfosear as orientações da política educativa que vem realizando e que, na prática, são opostas aos princípios e objectivos da reforma educativa democrática consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo e na própria Constituição.

Dois linhas fundamentais e complementares caracterizam a política educativa do Governo.

Por um lado, é a desresponsabilização crescente do Estado das suas obrigações para com o conjunto da população portuguesa, no que respeita ao direito fundamental à educação e ao ensino. É a política de desinvestimento no ensino público, de diminuição da sua importância e, objectivamente, de degradação da sua qualidade.

Por outro lado, é a promoção activa do ensino privado nos vários níveis escolares, a começar pelo superior, ensino que além de beneficiar de ilegítimos apoios por parte do Estado, apresenta em geral uma qualidade mais que duvidosa. É a mercantilização dos conhecimentos e da formação, e a sua subordinação ao critério supremo do lucro. É a política da substituição dos princípios constitucionais da igualdade de oportunidades, das condições de sucesso escolar e da gratuidade do ensino público, por discriminações de natureza económica e classista e pela máxima cavaquista de que «quem quer educação deve pagá-la».

São políticas as vias e as decisões necessárias no que respeita às prioridades, meios e recursos, que permitam ultrapassar os estrangulamentos estruturais, concretizar a reforma democrática da educação de que o País urgentemente carece e desenvolver um novo conceito de escola, enquanto centro educativo que estimule as potencialidades de todos, de uma escola verdadeiramente para o nosso tempo.

Nessa perspectiva e com esse objectivo, o PCP divulgou recentemente 17 pontos de luta para democratizar, modernizar e desenvolver a educação e o ensino, que importa agora levar ao conhecimento do povo português.

A continuação da política educativa do actual Governo representaria um grande mal. As próximas eleições abrem uma possibilidade real para o afastamento da direita do Governo e para a concretização de uma alternativa democrática.

Pela reforma democrática da educação, também, pelo que ela significa para o nosso povo e sobretudo para as jovens gerações, todos ao trabalho para que essa oportunidade não seja perdida.



JOSÉ CASANOVA
Membro
da Comissão Política

Os reflexos, visíveis da política de direita e as previsíveis consequências de uma eventual continuação dessa política colocam aos democratas e às forças democráticas e de esquerda exigências de que não podem eximir-se.

É necessário combater e derrotar o processo de subversão do regime, processo que, no momento actual, utilizando métodos de verdadeiro afrontamento da democracia e da transparência, é sustentado por uma forte vaga de demagogia com o duplo objectivo de caçar votos e de esconder o verdadeiro conteúdo da política de Cavaco Silva.

Nas eleições de Outubro é necessário e é possível travar este processo, colocar a direita em minoria e obter uma maioria democrática e a partir daí encetar o caminho da alternativa democrática.

É óbvio que a maioria democrática só pode ser obtida pela adição dos deputados do PS e do PCP. É óbvio também que essa maioria só será uma nova maioria, concretizada em alternativa à direita, se a CDU obtiver um forte resultado. Sem a CDU não é possível qualquer solução de alternativa democrática e quanto mais elevado for o resultado da CDU mais fácil será corporizar essa alternativa. Em 1.º lugar porque o PS, sozinho ou com as más companhias da direita se limitaria a alternar com o PSD, mantendo o conteúdo essencial da política de direita; em 2.º lugar porque, dependendo a alternativa, necessariamente, do entendimento entre comunistas e socialistas, o único caminho para a aceitação desse pressuposto pelo PS passa por um bom resultado da CDU.

O voto na CDU assume, assim, uma importância decisiva. E importa sublinhar que a expressão eleitoral da CDU será dada não apenas pelo número de deputados que eleger mas também pelo número de votos obtidos no plano nacional. Seria um erro grave, e um perigoso entrave à concretização da convergência, aceitar a tese de que só contam os votos que elegem deputados. Cada voto na CDU é um voto para a mudança democrática mesmo em círculos onde podem não haver perspectivas de eleger. Quanto mais votos a CDU obtiver no plano nacional maiores condições haverá para a convergência e alternativa democráticas.

Por isso, o voto na CDU não é um voto de olhos fechados, não é um voto no escuro. A CDU é uma força prestigiada que vale pela obra realizada e pelo projecto que é, pelo seu conhecimento das realidades, pela capacidade dos seus eleitos e candidatos, pela prática confirmada dos compromissos cumpridos pelas propostas concretas de que é portadora. A CDU é uma realidade viva e activa com um volume de experiência e trabalho de incontestada valia e de que é justo sublinhar a obra ímpar nas autarquias onde a generalidade

das populações identifica a CDU e os seus eleitos com trabalho, honestidade, competência.

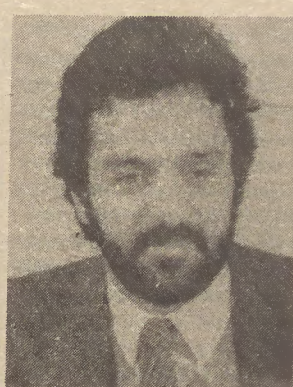
Sendo uma coligação com fins eleitorais (da qual o PCP, o PEV e a ID são as bases essenciais) a CDU é também, e é essencialmente, um campo de diálogo democrático amplo, sereno, lúcido, responsável; Um espaço aberto, à intervenção de todos os democratas interessados em intervir para a mudança democrática. Exemplo concreto de convergência de forças democráticas com projectos próprios, a CDU é, por isso, uma referência propulsora de um entendimento democrático mais amplo, o respeito pela autonomia e independência das várias componentes e a consideração do peso relativo de cada uma delas, num quadro de sólida convergência e de rejeição de quaisquer intentos hegemónicos.

Os problemas do País são muitos, muito grandes e só resolvíveis por uma política de convergência democrática. Os que, sonhando com hegemonias impossíveis e nocivas, se dizem capazes de sozinhos os resolver, ou revelam fraco conhecimento da dimensão verdadeira dos problemas existentes, ou pretendem apenas retocar-lhes a fachada. A grandeza dos problemas e os perigos resultantes da política de direita constituem desafios a que as forças democráticas e de esquerda, em convergência, podem dar resposta eficaz.

Projecto com identidade e características próprias, a CDU é mais e mais ampla do que a simples soma das forças que a compõem e pelo seu conteúdo unitário, aberto, atrai o apoio e a intervenção activa de muitos milhares de democratas independentes que com ela se identificam e dela constituem um segmento com crescente expressão. O acordo firmado entre as direcções do PCP e da UDP — reforçando a CDU com o apoio de um novo sector democrático — é uma expressão concreta das potencialidades da CDU como espaço de convergência de forças e sectores democráticos num quadro de independência e visando a derrota da direita. Saudando os nossos aliados na CDU, saúdo igualmente os militantes da UDP que conosco participam nesta importante batalha eleitoral.

Apoiada nas provas dadas, nas suas propostas para a resolução dos problemas, na abertura ao diálogo para o entendimento de todas as forças democráticas, a CDU afirma-se como força indispensável à alternativa democrática e disponível para assumir as suas responsabilidades.

Com o seu voto na CDU os portugueses podem levar a um futuro governo o trabalho, a honestidade e a competência que bem conhecem das autarquias. É isso que falta a Portugal: um governo de gente séria, competente, trabalhadora e disposta a deitar mãos à inadiável tarefa de construir um Portugal melhor, mais livre, mais solidário, mais justo. Na CDU encontram-se homens, mulheres, jovens que — contra ventos e mares adversos, e com os pés bem assentes na força da sua determinação — persistem em acreditar que é possível construir um Portugal melhor para todos os portugueses, persistem em lutar com confiança, em acreditar que vale a pena lutar por esse objectivo. Estas são condições básicas para travarmos com êxito a batalha eleitoral.



Luís Sá
Membro da Comissão
Política

Para o PCP, a defesa dos direitos do poder local e a luta pela regionalização são parte integrante da luta por uma democracia avançada, extensiva do plano político ao plano económico, social e cultural, uma das propostas centrais do Programa aprovado no XII Congresso.

Para o PSD e o Governo, pelo contrário, os atentados contra os interesses das autarquias e das populações, as ingerências, o bloqueio da criação das regiões administrativas, são uma componente indissolúvel da sua orientação centralizadora e autoritária, de governamentalização e de limitações das liberdades dos cidadãos e das suas instituições representativas. Mesmo quando em vésperas de eleições propõe uma Lei Quadro das Regiões Administrativas, esta tem um conteúdo centralizador e não democrático, como mostra a figura do Governador Regional e os poderes que o PSD lhe pretende atribuir. E, no entanto, o manifesto eleitoral do PSD, há 4 anos, dizia que era o partido da regionalização e do poder local.

Está agora a terminar um período de quatro anos de tempo perdido para avançar na descentralização. Foi também um período de lutas para travar a política de imposição de encargos, esbulho de recursos e património, por vezes recorrendo à fraude, como aconteceu com as assembleias distritais, até o Governo ser forçado a recuar. Foi um período de intensa actividade do PCP, apresentando projectos de lei e propondo alternativas.

Se a ofensiva do Governo e do PSD não foi mais longe, tal ficou a dever-se ao facto de na ANMP e ANAFRE e nas autarquias se ter levantado uma frente de oposição com um destacado papel do PCP e de intervenção do Partido na Assembleia da República ter actuado em estreita consonância com ela. Saudamos a realização em 7 de Junho de uma reunião nacional de presidentes de câmaras de todos os partidos que terá entre os seus objectivos a unidade face à crise financeira existente, que dificulta a captação de verbas da CEE e face à tentativa de impor às autarquias os encargos com 12 quilómetros de estradas.

As contradições internas que a política contra o Poder Local criou no PSD, levando frequentemente os eleitos do partido do Governo a votar nas autarquias e nas suas associações conosco, contra a orientação do Governo e do seu próprio partido, desempenharam um importante papel. Continuaremos a procurar na luta todos os apoios e convergências, sem qualquer excepção.

Temos em Outubro uma grande oportunidade de derrotar a política anti-autárquica e conseguir uma vida nova para as autarquias. Prosseguindo os debates, um Encontro do PCP, realizado em Évora em 4 de Maio, propôs que o PCP orientasse a intervenção na próxima legislatura em três direcções fundamentais:

1. Fazer de 1992 o ano em que a regionalização deve ser

finalmente desbloqueada. A perspectiva de aprovação da Lei Quadro da Regionalização nesta legislatura deixa questões em aberto. É necessário corrigir o que está mal nessa lei e passar à instituição efectiva das regiões.

A questão das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto deverá ser objecto de revisão, de modo a assegurar a maior democraticidade e operacionalidade que ficarão limitadas com o diploma agora em fase final de elaboração, apesar da intervenção valiosa do PCP, que impediu que se concretizassem alguns dos aspectos mais negativos das propostas do PS e PSD.

2. O reforço da democraticidade, autonomia e meios do Poder Local. Impõe-se em particular uma clara regulamentação, de acordo com as autarquias, da lei de delimitação de competências entre a Administração Central e a Administração Local fazendo corresponder os meios financeiros às novas competências; a aprovação de um novo regime de finanças locais, a elaborar em estreita cooperação com as associações de municípios e de freguesias, que tenha em vista o reforço da capacidade financeira do conjunto e de cada uma das autarquias e a aprovação de legislação sobre empresas municipais, intermunicipais e regionais. Ao contrário do que pretende a direita, nós defendemos o desenvolvimento de um programa de dignificação e reforço das freguesias, designadamente através da aprovação de um novo regime de competências, da consagração do regime de permanência dos seus eleitos, do reforço dos meios financeiros e do apoio à dotação de instalações dignas e funcionais para as freguesias. Ao contrário do PSD e do próprio PS, que têm muitas vezes desvalorizado as assembleias e praticado o presidencialismo, nós defendemos a valorização dos órgãos deliberativos autárquicos designadamente através do reforço das competências das Assembleias Municipais e de Freguesia em matéria de planos e orçamentos e a elevação da eficácia dos órgãos executivos e da colegialidade do seu funcionamento. Pensamos também que se impõe o desbloqueamento do processo de criação de municípios: a criação de novas freguesias e o reforço do apoio à sua instalação.

3. A garantia de reforço dos direitos dos cidadãos face ao Poder Local, com base no projecto de lei do PCP já aprovado nesta legislatura e procurando aprofundar e traduzir no plano legislativo a prática e experiências de participação que a CDU tem posto em prática nas autarquias. Cabe referir igualmente o apoio às associações populares, como esta em que hoje aqui estamos, na linha do projecto de Lei Quadro de Apoio ao Associativismo que o PCP acaba de apresentar na AR.

Nas próximas eleições vai estar em discussão a possibilidade de uma alternativa para Portugal. Temos dito que, quer no plano da aritmética eleitoral, quer no plano da segurança das orientações que adopta, sem o PCP não pode haver uma alternativa democrática.

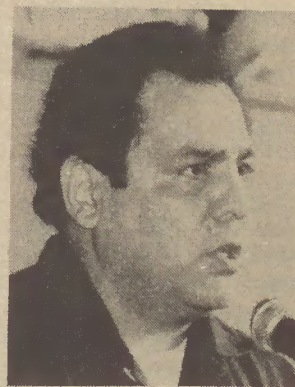
A nossa intervenção em Lisboa e em outros 50 municípios e em centenas de freguesias, em maioria e em muitas outras situações de minoria, permitiu obter os resultados que todos os quadrantes reconhecem. Há autarquias que nós gerimos em que o problema do saneamento básico foi resolvido ou quase, enquanto noutras regiões do País só abrange uma parte da população.

Podemos referir outras questões, como o urbanismo, o ambiente, a educação e ensino, a cultura e o património cultural, a

cultura física e o desporto e, em geral, o combate pelo desenvolvimento, a democraticidade e participação popular na gestão. Estamos insatisfeitos e julgamos que em muitos casos há muito a melhorar; mas a insatisfação resulta da comparação com os nossos ideais e não com a gestão de outras forças políticas.

Onde gerimos as autarquias, a situação melhorou muito e as populações ganharam muito. Este é um facto que mostra a vantagem de colocar a capacidade e dedicação dos comunistas ao serviço do País.

Isso vai depender do voto dos portugueses, do nosso trabalho e da confiança com que o realizamos.



Ruben de Carvalho
Membro da Comissão
Executiva do CC

As próximas eleições legislativas vão realizar-se num quadro de Comunicação Social que sofreu nos últimos anos profundas modificações.

No campo dos grandes órgãos de comunicação social, desapareceram jornais através dos quais a opinião democrática se fazia ouvir, o governo entregou ao capital privado órgãos do sector público, uma coisa se manteve - e melhor fora que assim não fosse: a manipulação e instrumentalização pelo Governo da RTP.

Poder-se-á supor que as modificações correspondem exclusivamente às vicissitudes do processo político português. É evidente que a maioria absoluta do PSD desempenhou um papel importante, mas pensamos, camaradas e amigos, que será redutor analisar o problema de uma óptica exclusivamente nacional.

A verdade é que o mundo assiste a mudanças importantes na Comunicação Social, fruto essencialmente do progresso tecnológico.

A comunicação social pode hoje dispor de meios de transmissão e reprodução com os quais nem sonharíamos há poucas dezenas de anos; mas estes extraordinários progressos têm tido um preço - e de uma questão de preço de facto se trata! As exigências de inovação e modernização tecnológica de jornais, rádios, televisões implicam investimentos vultosos e cada vez maiores. Para os fazer é necessário dispor de capitais.

Os padrões de competitividade são estabelecidos em moldes que favorecem o desenvolvimento técnico - mas, nas actuais circunstâncias, isso traduz-se no favorecer dos órgãos onde mais se faz sentir o domínio do capital. Os critérios de competitividade assim impostos tendem a constituir uma forma de estrangular, a prazos mais ou menos curtos, os órgãos de informação que não dispõem de vultosos capitais.

É isto um processo sem resposta? Pensamos que não, camaradas.

Comunistas que somos, sabemos que não há limites à capacidade do homem de pôr efectivamente ao seu serviço o que nasce do seu esforço criador.

Haverá que, com imaginação e criatividade, aprofundar as

alternativas para este perigoso percurso para a monopolização, mas, além disso, a recente guerra do Golfo veio de novo comprovar uma verdade essencial: é que, para que uma informação seja boa, séria e rigorosa, os equipamentos ajudam - mas os homens são essenciais. Os equipamentos fornecem rapidez - mas tem de ser o homem a fornecer a verdade e o conhecimento!

Este mesmo processo de desenvolvimento tecnológico abre simultaneamente possibilidades de uma efectiva democratização da informação e, num processo sem dúvida complexo e contraditório, o que sucedeu em Portugal com as rádios locais é disso um exemplo. Servidas pelo entusiasmo, pela imaginação, pela criatividade, os equipamentos das rádios locais transformaram-se em efectivos elementos de informação plural e séria.

Podem dizer-se, camaradas, que o êxito das rádios locais que triunfaram, mais do que no volume dos capitais investidos, se deve essencialmente ao empenhamento, à imaginação e ao entusiasmo de quem as ergueu e assegurou o seu funcionamento.

O desenvolvimento e a qualidade da Comunicação Social passa acima de tudo pela qualidade do trabalho dos jornalistas.

Desta forma, uma grande e decisiva atenção tem de ser dada ao trabalho dos profissionais da Comunicação Social, à sua dignificação, ao apoio de que necessitam na sua tarefa. Para que informem bem, os jornalistas também precisam de ser bem informados.

Quando nos preparamos para travar uma batalha política em que, naturalmente, a informação desempenhará um decisivo papel, este facto tem de ser por nós tido em conta.

(...) Dizer «Avante!» e dizer Partido Comunista Português é em Portugal quase a mesma coisa! Ao longo dos seus 60 anos de publicação, o «Avante!» é inseparável da vida, da luta, do dia-a-dia do nosso Partido, do Partido de que é órgão central. Assim é e assim continuará a ser.

Depende também da organização do Partido que, nas difíceis condições de concorrência que se nos colocam, o «Avante!» seja cada vez mais aquilo que é necessário que seja: um instrumento de informação decididamente do lado dos trabalhadores e do lado da democracia.

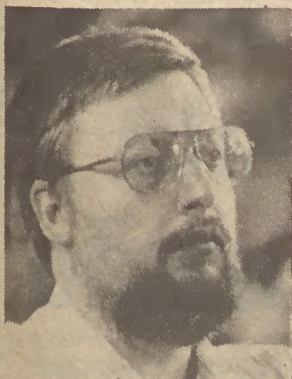
O «Avante!» tem de ser, nos próximos meses, mais do que nunca, um instrumento de trabalho que divulga as nossas propostas, unifica a nossa acção, amplia a nossa voz. Ler o «Avante!» será ter informações e ter argumentos para a campanha que cada um de nós é chamado a fazer.

O «Avante!» precisa de ser divulgado, precisa de ser lido - e precisa de ser informado.

Pensamos que esta preocupação de informar deve estar presente em todo o nosso trabalho, que tem de constituir uma preocupação central da actividade da campanha eleitoral. E empenhamento idêntico ao que é necessário pôr em informar o «Avante!» é igualmente preciso assegurar para apoiar o trabalho dos jornalistas de toda a Comunicação Social. A criação de Gabinetes de Imprensa e uma atenta consideração do seu trabalho são tarefas de primeira importância da campanha que preparamos.

Partimos para esta batalha eleitoral - sabemos-lo - numa situação desfavorável nos meios financeiros e técnicos de que o adversário pode dispor. Mas temos importantes vantagens: é que a política que fazemos e defendemos baseia-se nas mesmas pedras basilares de uma informação rigorosa: o trabalho dos homens e a verdade dos factos.

E estas são, camaradas, as armas do futuro.



HENRIQUE DE SOUSA
Membro
do Secretariado

Venho falar-vos brevemente da Festa do «Avante!», nesta ponta final da nossa Conferência.

Porque, ao aprovarmos aqui as orientações para o nosso trabalho eleitoral, ao discutirmos aqui os caminhos para derrotar Cavaco Silva, para reforçar a CDU, para construir uma alternativa democrática; ao debatermos aqui objectivos para a nossa acção política cujo sucesso marcará positivamente a vida e o futuro dos portugueses, é imperioso considerar a contribuição e o papel da nossa Festa do «Avante!», que se realiza a um mês das eleições e que constitui sem dúvida a maior iniciativa político-cultural de massas em Portugal.

A contribuição que a Festa deve dar para um grande sucesso eleitoral da CDU é reforçada também pela ligação exemplar entre a natureza da Festa do «Avante!» e os valores e propostas por que nos batemos.

A Festa é expressão viva das profundas raízes nacionais do PCP, da nossa postura solidária e internacionalista, da nossa maneira diferente, progressiva, fraterna, de conceber a transformação do mundo e da vida.

A Festa do «Avante!» é demonstração clara de que não existe alternativa democrática em Portugal, de que não há política alternativa ao «Estado laranja» sem o PCP e a contribuição dos comunistas.

A Festa é uma ilustração da permanente orientação do PCP de, afirmando com orgulho a nossa identidade própria, promover ao mesmo tempo o diálogo, a convergência, como caminho para a construção de um Portugal melhor.

A Festa do «Avante!» é uma prova de que os comunistas estão em Portugal para «lavar e durar», de cabeça erguida e de pé, com confiança no futuro!

Ora, nas próximas eleições legislativas, em que a CDU se afirma como único espaço real de convergência e diálogo à esquerda, em que o PCP e a CDU se afirmam como únicas forças com uma proposta política claramente distintiva e coerente relativamente à direita, então justo é também que este ano sejamos capazes de transformar a Festa do «Avante!» no grande espaço de projecção dos nossos valores, de fraternidade, diálogo e convívio, obra dos comunistas aberta a todos os portugueses.

Podem o cavaquismo e o «Estado laranja», os ecus mal gastos, o desbaratar do dinheiro das privatizações, facilitar a compra ou o adormecimento de algumas consciências neste tempo de eleições. Mas o PCP tem nas suas mãos, e das nossas mãos sairá — porque até o chão é nosso! —, essa importante conquista de Abril que é a Festa do «Avante!» e que, sem necessidade de comprar ou adormecer consciências, é sem dúvida, será sem dúvida, a maior realização cultural de massas, a mais progressiva de-

monstração de massas da nossa cultura, da nossa música, das nossas artes e artistas, como será também uma grande demonstração da música progressiva que se faz no Mundo.

A Festa do «Avante!» vai ser também a maior iniciativa política que se realizará em Portugal de agora até às eleições, portanto uma oportunidade única de comunicar com milhares e milhares de trabalhadores, jovens, mulheres, vindos de todas as regiões do País, informando e esclarecendo os nossos pontos de vista, as nossas propostas, os nossos candidatos, prestando contas da obra que realizamos nas instituições e em defesa dos interesses populares.

Sendo, portanto, a realização da Festa um importante e decisivo contributo no plano político para a nossa campanha eleitoral, é inegavelmente, ao mesmo tempo, sobretudo em ano de eleições, um enorme desafio no plano organizativo.

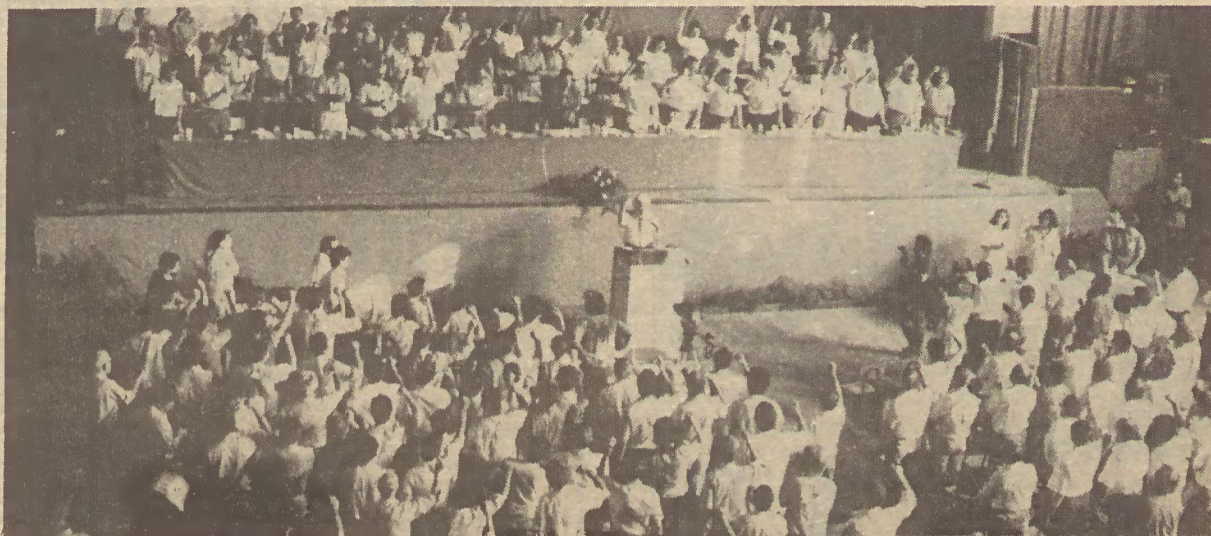
Ao mesmo tempo que estaremos na rua em todo o País já em pré-campanha eleitoral, transmitindo com serenidade, convicção e alegria as nossas ideias e propostas, teremos de estar também na Atalaia a construir a Festa e em todo o lado a divulgá-la e a vender as EPs.

É um enorme desafio organizativo para o nosso Partido, que não pode ser subestimado, e só possível pela profunda confiança que temos na grande vitalidade do Partido. É uma desafio que exige desde já uma muito rigorosa e cuidada distribuição das nossas forças e planificação do nosso trabalho. Exige também que a confiança que revelámos nas energias do nosso Partido para fazer a Festa nestas condições, tenhamos agora para mobilizar para o trabalho, para chamar mais gente à colaboração, para despertar energias ainda adormecidas, sabendo utilizar esta força viva que mais ninguém tem e que é a nossa diferença — o Partido Comunista Português.

Quando aqui reflectimos, pois, nas tarefas que vão materializar na campanha eleitoral as orientações hoje em aprovação, temos que reflectir também na participação nas jornadas de trabalho na Atalaia, que já começaram e arrancam a partir do próximo fim-de-semana em contínuo até à Festa, temos de pensar no contributo a dar para a indispensável construção militante da Festa, para que possamos receber bem na Atalaia os muitos milhares que, de todo o País, lá marcarão encontro conosco.

Quando aqui discutimos a preparação das eleições, devemos lembrar também que cada EP que vendemos desde já, cada amigo, cada jovem, cada trabalhador que convencemos a ir à Festa é mais um passo que damos no caminho do esclarecimento do nosso povo sobre o que realmente somos, valem e propomos, condição indispensável para também crescermos eleitoralmente.

Não é cedo, camaradas para arrancar a todos os níveis com o nosso trabalho eleitoral. Não é cedo, também para construir e preparar a Festa do «Avante!», ocasião única de comunicação e diálogo político e cultural entre nós e muitos, mesmo muitos, milhares de portugueses.



Intervenção de Álvaro Cunhal, no encerramento Um importante passo para a intervenção eleitoral

(...)

Foram alcançados os objectivos desta Conferência Nacional sobre as eleições legislativas, ou seja:

1º - apurar a orientação e as linhas de força da intervenção do Partido nas eleições;

2º - aprofundar e aprontar a preparação de todo o Partido e dinamizar o empenhamento de todas as organizações e militantes para a pré-campanha já em curso e para a campanha que oficialmente começa no dia 15 de Setembro;

3º - levar à opinião pública, a todos os democratas, ao povo, ao eleitorado, a análise do PCP sobre a situação política nacional, as propostas rigorosas, válidas e credíveis do PCP de uma política democrática para Portugal, e a indicação do caminho que pode conduzir à derrota e afastamento do PSD do poder, a uma vitória nas eleições, a uma viragem na política nacional com a formação de um Governo democrático;

4º - situar a intervenção do Partido no quadro da CDU, do projecto unitário e da campanha da CDU, na cooperação amistosa, constante, estreita e produtiva com o Partido Ecologista «Os Verdes», a ID, os independentes e a UDP (...).

A realização da Conferência Nacional constitui desta forma um importante passo para a batalha do nosso Partido nas eleições para a Assembleia da República, que são a batalha política central do ano, e para que todo o Partido intervenha segundo grandes linhas de força relativas à análise da situação nacional, à definição do caminho para uma alternativa democrática, aos objectivos políticos traçados para as eleições, às propostas programáticas do PCP, ao quadro unitário da CDU, à abertura a um diálogo com mais largos sectores políticos e sociais, às formas criativas da mensagem, ao sentido construtivo, vivo e convincente da propaganda, aos sectores sociais prioritários, ao posicionamento firme, sereno e confiante do nosso Partido.

Sem dúvida que existem condições concretas diferenciadas tanto nos vários distritos como nas regiões autónomas. Diferenças relativas aos problemas fundamentais de cada região, à composição social do eleitorado, aos resultados das eleições anteriores, às posições nos órgãos autárquicos e organizações de massas, à influência relativa, correlação de forças e relacionamento dos vários partidos, à composição das listas e relação dos candidatos com as populações. E outras diferenças que certamente se traduzirão em aspectos particulares da pré-campanha e da campanha em cada região.

Esses aspectos particulares não podem nem devem porém diminuir as grandes linhas de força unificadoras de toda a actividade do Partido na batalha eleitoral.

A Proclamação Eleitoral aprovada na Conferência Nacional aponta 5 teses essenciais em que assenta a nossa orientação:

a 1ª - o PSD e a direita, há 12 anos no poder, e nomeadamente o Governo do PSD de Cavaco Silva, não só não deram solução a nenhum dos grandes problemas nacionais como (abusando do poder com concepções e práticas autoritárias e totalitárias) os tem agravado;

a 2ª - a continuar o PSD no poder, existe o perigo real de uma efectiva inversão do regime, com a restauração do capitalismo monopolista e graves limitações da democracia política;

a 3ª - não só é necessário e urgente como é possível afastar o PSD e a direita do poder e alcançar uma viragem democrática na política nacional;

a 4ª - as eleições legislativas de 6 de Outubro constituem a grande oportunidade para, na base da vitória das forças democráticas e da maioria de deputados por elas alcançada, conduzir à formação de um Governo democrático;

e a 5ª - um grande resultado eleitoral da CDU, o reforço da representação na Assembleia da República do PCP e da CDU, é condição não só necessária, mas basililar para que se venha a concretizar a convergência democrática, para que a maioria, que lutamos por alcançar, de deputados dos partidos democráticos (nomeadamente do PCP e do PS) venha a ser o suporte institucional para a formação de um Governo democrático com uma política democrática.

E por isso, em resposta à pretensão de que se faz propaganda do «voto útil no PS», é inteiramente justo afirmarmos e esclarecermos que, se se fala em «voto útil» para uma alternativa democrática, tem de concluir-se que o «voto útil» é na CDU.

De facto, camaradas, a situação existente torna uma realidade objectiva que a intervenção do nosso Partido na batalha eleitoral é determinante.

- é determinante pelo combate firme, objectivo e esclarecedor à política da direita e ao Governo do PSD;

- é determinante pelo realismo e a verdade incontestável do caminho que aponta para uma viragem na política nacional com uma alternativa à direita;

- é determinante pelo empenhamento convicto na convergência e entendimento das forças democráticas;

- é determinante pelas soluções que o PCP propõe para os grandes problemas nacionais e pela proposta de uma política democrática alternativa que terá expressão no Programa Eleitoral, de cujas componentes a intervenção do camarada Carlos Carvalhas deu importante indicação, do qual a Proclamação aprovada na Conferência Nacional apresenta aspectos relevantes, e que no Programa Eleitoral terá os necessários desenvolvimentos com vistas à consolidação e aprofundamento do regime democrático, a um projecto de desenvolvimento tendo em conta os recursos, especificidades e potencialidades nacionais, a elevação das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral, a defesa da soberania e independência nacionais;

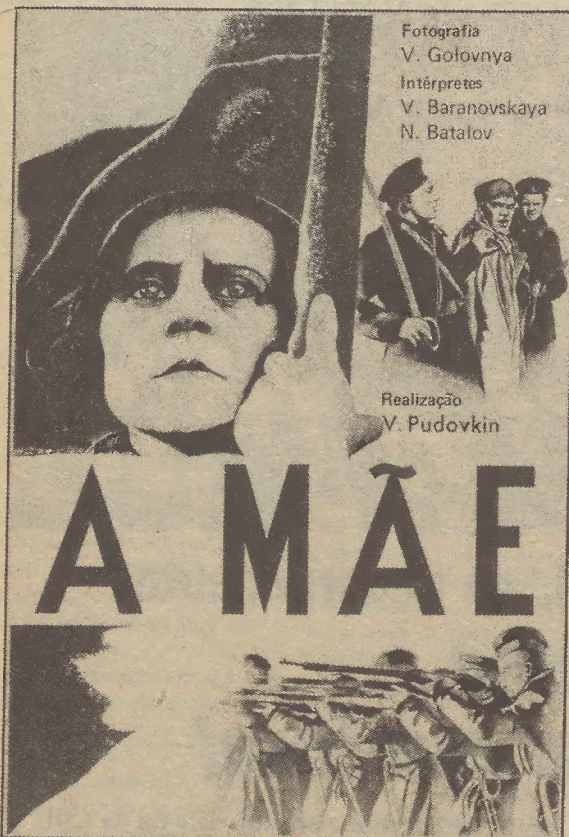
- finalmente, camaradas, a intervenção do nosso Partido é determinante pela nossa capacidade de trabalho, de realização e de luta, pela nossa organização, pela nossa forte dinâmica, pela nossa ligação constante com os trabalhadores e as massas populares e pela consciência política, espírito combativo e dedicação ao povo dos milhares e milhares de homens, mulheres e jovens que constituem o grande colectivo militante que é o nosso Partido e que tem a seu lado, para sua força e alegria, a Juventude Comunista Portuguesa.

De tudo isto decorre a importância da realização desta Conferência Nacional sobre as eleições legislativas de 6 de Outubro.

Terminamos a Conferência Nacional com trabalho mais avançado, com um seguro pensamento político, com novos estímulos à acção, com nova confirmação (que é motivo de orgulho para todos nós) de que o nosso Partido está firme, está sólido, está unido, está em condições de enfrentar com êxito a batalha eleitoral de 6 de Outubro.

A vida está mostrando dia a dia que o nosso Partido não está no «declínio irreversível» que alguns anunciaram. Não está vencido, nem desorientado, nem vacilante, nem tentado a capitular política e ideologicamente como alguns propunham, nem a seguir os fortes ventos de oportunismo que para aí sopram, nem a abandonar a sua identidade que é a razão de ser da sua existência e da sua luta. Está de pé, respondendo com criatividade aos acontecimentos e às mudanças e defrontando com audácia e com convicção comunista os desafios deste findar de século.

E, por isso também, terminamos a nossa Conferência Nacional com confiança redobrada em que, em parte decisiva pela nossa acção, é não só necessário como possível afastar a direita do poder e alcançar uma vitória democrática nas eleições de 6 de Outubro.



A MÃE

Sormovo é uma povoação fabril cuja sorte dos habitantes é demasiado pesada e dependente da vontade dos donos da fábrica.

Vlasov é um velho ferreiro que bebe muito e que bate na sua submissa mulher, Nilovna. Por um copo de vodka, juntamente com um grupo de marginais e a polícia, ele ataca os trabalhadores que estão em greve, entre os quais está o seu filho Pavel. Vlasov, o filho mais velho, é morto por uma bala perdida. A polícia chega a casa dos Nilovna, para procurar as armas escondidas por Pavel. Na esperança de salvar a vida do seu filho, Nilovna mostra-lhes o esconderijo. Pavel é preso e juntamente com outros trabalhadores é condenado a trabalhos forçados.

Somente agora a velha mãe compreende o seu filho. E quando Pavel, ao fugir da prisão saltando o muro, é morto pelos soldados, Nilovna toma a bandeira das suas mãos e levanta-a bem alto. Iguamente ela é morta pelos soldados.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema
de qualidade
em sua casa

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

Por cá não estamos todos bem... Função Pública em luta pelo direito à negociação

Eleições à vista, partidos em festa, líderes em banho de público. A acreditar nalguns gordos títulos dos jornais portugueses, a satisfação grassa nas hostes e o Governo dá o tudo por tudo para nos fazer crer na sua fé em nova maioria absoluta.

Dizem que Portugal vai de vento em popa, a inflação a cair, escolas a erguerem-se, saúde a melhorar... nunca tão poucos montaram uma tal encenação para tantos!

E pelo caminho fica por dizer que parte das verbas necessárias para o espectáculo são conseguidas à custa dos trabalhadores da Função Pública, a quem o Governo deve muitos milhares de contos de retroactivos da aplicação do Novo Sistema Retributivo (NSR) e do descongelamento dos escalões.

Representando 10,5% da população activa portuguesa, a Função Pública suporta directamente esta charada do «nós por cá todos bem», entre um público de utentes que os responsabiliza pelo que está mal e uma classe dirigente sem projectos concreto, sem soluções para inúmeros problemas, sem qualquer vontade de estabelecer o diálogo com esses que lhe servem de ponte e lhes garantem a comunicação com o Povo em nome de quem teimam em falar.

Neste faz de conta de consenso, os funcionários públicos têm afirmado o seu desacordo denunciando a ausência de diálogo, a recusa da negociação.

Centenas de acções de luta e dezenas de dias de greve abalaram nos últimos meses a paz podre dos ministérios e direcções gerais, tendo por principal motivo «exigir a abertura de negociações» a um Governo surdo-mudo, desinteressado e desmotivador que volta as costas ao protesto e nem a primeira regra do dialogante cumpre: ouvir!

Não ouve os trabalhadores da Saúde, nem os das Escolas. Não ouve os trabalhadores das Finanças, da Justiça, das Obras Públicas, da Agricultura, da Segurança Social. Não ouve os Administrativos ou os técnicos auxiliares - tão mal tratados pelos NSR - nem os operários, os auxiliares ou os técnicos.

O Governo ouve os aplausos dos fãs nas passeatas de fim-de-semana, ouve-se a si próprio na AR ou na TV. Ouve o seu líder máximo falando sozinho.

Mas esquece-se de que a Administração Pública é o elo essencial que lhe liga a função aos destinatários. Volta costas a esse interlocutor de cuja motivação depende a qualidade dos serviços prestados à população.

E afinal para que querem o diálogo os trabalhadores em greve? Porque teimam no direito de ver os seus Sindicatos à mesa das negociações?

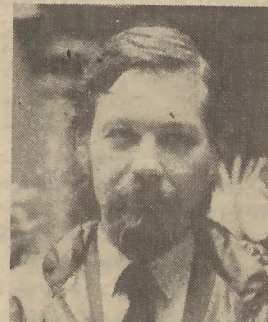
Querem falar de dignificação profissional, da valorização das suas carreiras, da abertura dos concursos, do direito à formação profissional. Querem também eles estar no passo dessa Europa de que o Governo tanto fala; querem sentir-se no desempenho dos objectivos nacionais como parte fundamental e não marginalizada.

Querem um Sistema Retributivo novo de facto e aplicado a tempo e horas. Querem segurança de empre-

go, o fim dos vínculos precários e a redução dos horários de trabalho.

Querem, afinal, um mínimo de condições para tornar a Administração Pública eficaz, transparente e aberta aos cidadãos, empenhada e motivadora.

Cansados de bater em portas fechadas e ouvir monólogos, os trabalhadores da Função Pública têm persis-



CARLOS MAMEDE
Coordenador
da Federação Nacional
dos Sindicatos
da Função Pública

Representando 10,5%
da população activa
portuguesa,
a Função Pública
suporta directamente
esta charada
do «nós por cá
todos bem»...

tido num diálogo de luta, falando com os braços parados às palavras que não se pronunciam.

Têm sido tantos e em tal extensão os serviços em greve que não fora o silêncio cúmplice da comunicação social e o folclore televisivo, e já esse «faz de conta» eleitoral teria outro eco que não os aplausos e as bem-aventuranças.

Greve Nacional a 19 de Junho

No início de Junho, a função pública vai juntar a sua voz à dos restantes trabalhadores portugueses contra o pacote laboral e pela redução dos horários de trabalho. E vai prosseguir a sua luta pela abertura de negociações e pela revalorização das carreiras.

Ao vasto leque de greves sectoriais já realizadas, irão juntar-se as dos trabalhadores não docentes do ensino básico e secundário (3 e 4 de Junho), das ajudantes de creche (6 de Junho), da Segurança Social (14 de Junho), culminando em 19 de Junho com uma greve geral da Função Pública e da Administração Local.

Os trabalhadores da Função Pública estão descontentes com a violação de compromissos e a falta de respostas do Governo.

Caberá ao Governo a opção entre continuar a mentir, falando sozinho e ouvindo os aplausos que ele próprio fabrica, ou sentar-se com os Sindicatos da Função Pública, ouvindo reivindicações, elaborando respostas, construindo soluções.



Madeira

3º Congresso Regional do PCP

a 9 de Junho de 1991

A propaganda do Governo Regional quer convencer-nos de que a situação económica e financeira da Região Autónoma da Madeira vai de vento em popa. A verdade é, porém, bem diferente

Na agricultura, registaram-se sucessivos fracassos, reconhecidos pelo próprio Governo, quanto aos variados programas de reconversão de culturas que não apresentam resultados concretos, levando a que a única produção que era verdadeiramente rentável, a banana, sobreviva «por favor» e em grave perigo quanto à sua continuidade. O escoamento de produção dos agricultores não é feito a preços compensadores, levando a que todos os anos, após muito trabalho e suor, aqueles que trabalham a terra tenham que deitar fora uma parte do produto do seu trabalho.

Nas pescas, continua o marasmo que vem caracterizando a política do Governo Regional para este sector.

— Não existe uma rede de frio organizada e descentralizada de modo a receber as capturas do pescado na Região, o que leva a situações como a que, há pouco tempo, se verificou com a pesca do atum.

— No Caniçal e em Machico não existem varadouros em condições de recolher e reparar as embarcações.

— Faltam portos de abrigo, assim como máquinas de gelo que forneçam gelo aos barcos de Machico, Porto Santo e Caniçal.

— O Governo Regional, querendo ser mais papista que a CEE, estimula e intensifica o abate de embarcações, levando ao desemprego muitos pescadores.

Quanto à Indústria (sector secundário), a única perspectiva apresentada pelo PSD tem sido a Zona Franca, mas que, apesar de muitos milhares de contos já investidos, ainda não criou meia centena de postos de trabalho. O Turismo, que constitui o principal factor de desenvolvimento da região, passou a manter-se à custa de preços muito baixos e exploração da mão de obra barata, contradizendo a tal «qualidade» de que o Governo regional tanto fala.

A falta de uma definição clara sobre que turismo queremos e precisamos — qual o seu enquadramento num projecto assumido, de desenvolvimento regional — agrada e serve perfeitamente aos grandes industriais hoteleiros que, deste modo, fazem aparecer, com uma frequência preocupante, mais blocos de cimento, a que chamam hotéis, na zona do Funchal. Esta situação está a gerar situações muito preocupantes a nível social, que hoje são temas de debate público, como recentemente aconteceu com as declarações do Bispo do Funchal sobre o Sex Turismo e de industriais hoteleiros sobre o aumento de pedintes e da miséria, da marginalidade, etc.

A destruição da paisagem, as ofensas ao património construído, a concentração de «camas» turísticas na cidade do Funchal, são, entre outros, factores que criam sérios perigos para o futuro do Turismo na Região.

A falta de um verdadeiro projecto de desenvolvimento regional e a dívida do Governo Regional ao Governo da república, fruto da política do PSD, são os principais entraves ao aproveitamento integral das potencialidades da Madeira e têm consequências muito graves para os trabalhadores e a população em geral.

Situação Social

As condições de vida dos trabalhadores e da população em geral da região degradam-se de dia para dia. O número de desempregados aumenta; conseguir um contrato a prazo (agora baptizados de «contratos a termo») já é considerado um luxo; a emigração, especialmente dos jovens, aumenta de ano para ano; os preços dos artigos de 1ª necessidade são, em geral, mais caros do que no Continente, mas os salários, em geral, são mais baixos; as manchas de pobreza e miséria alastram, nomeadamente nos concelhos de Câmara de Lobos e Funchal, onde, entre outros grandes problemas, a falta de habitação está a originar situações, em muitos casos, dramáticas.

Muitos contratos colectivos de trabalho não são cumpridos pelo patronato; a Inspeção de Trabalho quando é chamada a intervir, se o faz, é muito tempo depois e, normalmente, sem complicar a vida ao patronato.

Esta situação está a aumentar a instabilidade social e, a não ser alterada esta política, tudo indica que a movimentação de várias camadas sociais madeirenses, e em especial dos trabalhadores, vai crescer, lutando pelos seus direitos.

Situação Política

A situação política está a alterar-se na Madeira. O medo de ser despedido por criticar o PSD e o seu Governo, ainda existe. A repressão política nas empresas, especialmente aos activistas sindicais, é muito grande. O poder da máquina do PSD é ainda asfixiante. Mas, a contestação aberta e frontal ao Governo cresce. O debate público das ideias começa a aparecer. A guerra de interesses económicos dentro do Governo Regional é já domínio público.

A corrupção, que teve um alastramento extraordinário, é comentada abertamente e já não pode ser escondida. Existe a ideia generalizada de que membros do Governo e das Autarquias do PSD enriquecem facilmente e que o compadrio se tornou norma a todos os níveis.

As recentes eleições para a Assembleia de Freguesia do Caniçal que, noutra zona do país, teriam passado quase despercebidas, na Região Autónoma da Madeira transformou-se num acontecimento político regional. A humilhante derrota do PSD foi, por isso mesmo, devastadora e deixou «o pelotão avançado» laranja, da zona leste da ilha com a moral muito em baixo. A arrogância de Alberto João Jardim, que ultimamente voltou a subir de tom, já não revela a força do PSD de outros tempos. Indica, sim, sintomas de fraqueza de quem começa a sentir o terreno a fugir-lhe debaixo dos pés.

É neste contexto regional que o Partido vai realizar o seu 3º Congresso Regional, dia 9 de Junho, no Sindicato da Construção Civil, e que contará com a presença do camarada Carlos Carvalhas.

O trabalho preparatório está em marcha; a discussão dos documentos e a eleição de delegados está a ser feita. Quatro aspectos fundamentais da vida do Partido na Região estão em debate:

1º - Aprofundar o conhecimento da realidade regional em todos os seus aspectos. As características naturais da Madeira, o seu estágio de desenvolvimento económico e social, a autonomia política e as relações das instituições regionais com as instituições da república e internacionais, exigem dos Comunistas Madeirenses um trabalho de análise e conhecimento muito diversificado e complexo. E coloca-nos necessidades grandes, não só no que respeita a meios, mas também no que respeita à coordenação do nosso trabalho com outros organismos do Partido, nomeadamente com os deputados da Assembleia da república e do Parlamento Europeu, tendo em vista melhorar a intervenção política do Partido na Região e caminhar para a elaboração de um projecto integrado de desenvolvimento regional, que seja uma verdadeira alternativa à forma improvisada como o PSD tem encarado o desenvolvimento da Região.

2º - Reforçar a ligação do Partido às massas. Alguns aspectos que constam no documento de orientação política:

— O descontentamento, a revolta e, em muitos casos, o desespero existem em relação à política do PSD/Regional. Sente-se quando se fala com os trabalhadores acerca dos seus salários, do aumento do custo de vida, das suas condições de trabalho; sente-se quando os trabalhadores da Administração Pública relatam a repressão e prepotência dos homens de mão do PSD colocados nos postos de chefia da administração pública; sente-se quando famílias inteiras, que dormem na rua, se dirigem ao Centro de Trabalho do Partido para arranjar casa; sente-se quando alguns jornalistas são cercados na sua liberdade de informar.

— Desenvolver e organizar esse descontentamento e revolta, transformá-los em acção contra a política desenvolvida pelo Governo Regional/PSD, é uma necessidade urgente, à qual há que meter ombros, encontrando as melhores formas de a levar por diante, de acordo com cada situação concreta. Não é tarefa fácil, mas os comunistas devem estar na primeira linha deste combate, não vergando perante as dificuldades, transmitindo confiança na luta por melhores condições de vida no imediato e por um novo Governo e uma nova política, mais justa e solidária.

— Aprofundar o conhecimento das aspirações e problemas dos trabalhadores e população. Elaborar as propostas do Partido. Encontrar formas inovadoras, mas sobretudo eficazes de as levar ao coração e à inteligência dos trabalhadores madeirenses, no sentido de reforçar a sua consciência de classe e política.

— Intensificar e alargar a acção de esclarecimento junto dos trabalhadores e da opinião pública em geral, acerca da necessidade de mudar de Governo e de política, e também da possibilidade real que existe de concretizar esse objectivo a partir da convergência das forças democráticas.

3º - Trabalho de direcção e organização

A eleição de uma nova Direcção Regional e a estruturação do trabalho de Direcção do partido na Região, de modo a que responda às duas questões atrás referidas, assim como a outras tarefas do nosso trabalho regional estão a ser debatidas e analisadas, com vista à elaboração de propostas a serem discutidas e votadas no nosso Congresso, nomeadamente no que respeita a:

— Renovação da Direcção Regional e dos seus organismos executivos, chamando novos camaradas a assumir responsabilidades.

— Contrariar e anular formas e estilos rotineiros de funcionamento.

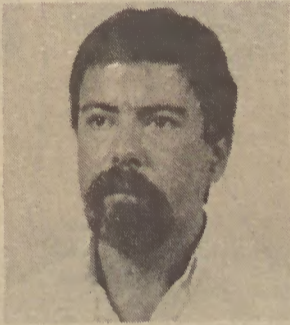
— Melhorar o conteúdo das reuniões do Partido, tornando-as dinâmicas, conclusivas e concretizadoras.

— Melhorar e criar novas estruturas de apoio à Direcção Regional e aos seus organismos executivos.

4º Eleições Legislativas Nacionais (Outubro de 1991) e Regionais (Outubro 1992)

A comunicação social, nacional e regional, tem vindo a dar como finalizado um acordo entre o PCP e a UDP na Região. Tal não corresponde à realidade. De facto existem conversações entre os dois partidos, com vista a um acordo para uma coligação, mas nada está decidido. Apenas uma certeza existe: A haver acordo ele terá que abranger com clareza os dois actos eleitorais e não apenas um. Quer isto dizer que se mantém em aberto a hipótese de os comunistas madeirenses concorrerem às próximas eleições no âmbito da CDU. Significa também que esta será mais uma questão em debate no nosso Congresso.

Mas, independentemente da forma como venhamos a concorrer às eleições, uma certeza existe: só o reforço do PCP na região poderá criar condições para abrir perspectivas a um futuro melhor para os trabalhadores e a população em geral da Madeira. É para isso que lutamos! É essa a razão de ser do nosso Congresso Regional.



LEONEL NUNES
Membro do Executivo
da DORAM do PCP



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Onde está a solução...

Por onde a gente passa é tudo uma desgraça.

Que fazer, se músicos não há?
Se quadros a escola não dá?
Se a formação desportiva é má?
Se o Ballet está no estado em que está?

O que fazer? Há quem adiante já:
Pois vamos buscar gente à ex-RDA...

Esta notícia agora a quero dar a quem tiver preguiça de pensar. Vá, um pouco de exercício e logo vê entre o capitalismo e o socialismo qual é melhor, qual é...

É inaugurar, cavacagem!

Cavaco não descansa. Visão extraordinária! Ei-lo agora em Bragança a inaugurar a grande Escola Agrária.

Três anos são passados. Três anos. Nesta altura vão sair os primeiros diplomados da Escola que Cavaco ora inaugura...

A História flui. Voga a «Flor de la Mar». Cada poeta, com seu estro, alinde-a. Sei lá se ainda não vai Cavaco inaugurar a descoberta do caminho para a Índia...

A democracia deles

Tocam ecos, soam brados, depoimentos, entrevistas por causa dos deputados que entrarão ou não nas listas...

Vê o povo, com desgosto, a bagunça descomposta. Não se luta por um posto: luta-se por uma posta...

Há quem se demita por... Há quem nos garanta que... Há quem proteste, há quem jure... Há quem ameace, se...

Brocas, trocas e baldrocas entre minhocas e focas t'arrenegos e beijocas tocas onde vibram mocas...

Rosna um travo de arrogância nos fios cruzando a teia. Tem sabor a maningância o jeito que serpenteia...

Na hora do voto extremo renega das solas gastas: dá ao demo, dá ao demo dá ao demo os... democastas.

Há ou não há?

Há quem diga, pra já, que Direita é uma coisa que não há.

Mas o Basílio Horta bate com a porta e levanta a suspeita de que o chefe, ex-chefe, outra vez chefe Amaral anda afinal a trair a... Direita de tal modo que a Direita, no buraco, pode ter outra líder — o Cavaco...

Tenho um banal Q.I. mas a todos os factos nos ensinam. Por isso há tantos anos eu já vi o que eles só agora descortinam...

Incrível!



Leilão

Atento como de costume, o Jornal do Fundão foi descobrir, nas páginas dum semanário da região de Castelo Branco, um anúncio que passamos a transcrever: «CDS: Está aberta a inscrição para candidaturas a deputados à Assembleia da República, para as próximas legislativas pelo distrito de Castelo Branco. As propostas devem ser enviadas ao presidente da comissão política distrital do CDS, dr. João Romãozinho, avenida tal e tal...» Parece que afinal o CDS sempre saiu da crise. Agora já está em leilão.

C.D.S.

Está aberta a inscrição para candidaturas a deputados à Assembleia da República, para as próximas legislativas pelo distrito de Castelo Branco. As propostas devem ser enviadas ao presidente da comissão política distrital do C.D.S.:
Dr. João Romãozinho
Av. General Humberto Delgado, 11 - 1.º Piso
3000 Castelo Branco

A tropa e o futebol

No rame-rame da governação Cavaco Silva costumava limitar-se à conversa fiada, mas agora, que se aproximam eleições, entrou na fase da frase. A primeira saiu-lhe há semanas e de inspiração castrense: para ele, e sobretudo com ele,

Portugal iria entrar «no pelotão da frente da CEE», uma coisa que não se sabe o que é mas que nos pôs a imaginar Cavaco Silva de caqui e espingarda ao peito, muito penteadinho e em passo de corrida a resfolegar atrás do matulões anglo-franco-germânicos e afins, a ver se lhes davam um lugar na marcha. Repetiu isto até se cansar a ele próprio, posto o que tratou de arranjar nova fórmula. Estreou-se há dias no Algarve (tinha de ser...), ao afirmar que «quero Portugal na 1.ª divisão da Europa». No declínio do império, os senhores de Roma davam pão e circo às massas para lhes reconquistar o apoio; o PSD de Cavaco Silva dá frases a mangar com a tropa e a mandar-nos à bola.

A paz da NATO

Os ministros da Defesa da NATO decidiram aprovar as bases de um novo dispositivo militar para ser eventualmente aplicado na Europa, cujo assentará em forças militares muito menos numerosas e com maior mobilidade. Os efectivos no centro da Europa serão reduzidos para metade e o seu grau de preparação será diminuído. Isto porque, segundo reconhecem os próprios

chefes militares, com a retirada das tropas soviéticas da Europa de Leste a ameaça de guerra diminuiu e o prazo de que disporá a NATO para responder a um «hipotético ataque terrestre» vai passar de 48 horas para cerca de um mês. Muitos países que integram a «Aliança» começaram a esfregar as mãos de contentes, pensando ir beneficiar, finalmente, da redução drástica nas despesas militares, mas aí os homens da NATO responderam com nova surpresa: a diminuição do empenho militar vai sair... mais caro, porque — e vá lá a gente perceber isto — serão necessários melhores armamentos e maior logística...

Fiscos

A Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) criticou o Governo por não auscultar os empresários em matéria de política fiscal. «Praticamente não somos consultados sobre a matéria», queixou-se Ferraz da Costa na abertura do seminário «O mercado interno e a fiscalidade em Portugal», que decorreu há dias em Lisboa. Realmente é só o que falta: o Governo perguntar aos empresários quanto é que eles querem pagar ao fisco.

frases da Semana

«Cavaco Silva propôs duas soluções a Soares. Se queria ir à cerimónia da paz em Angola, ficava num cadeirão lateral e não discursava. Soares preferiu não ir e oferecer um jantar»

☛ In «O Independente», de 24 de Maio

«A tipografia da Rádio Renascença imprimiu o número um da revista «Cumplíce». É a primeira revista gay em Portugal»

☛ Idem

«Ao lados desses velhos e nossos conhecidos pobres, vai por uma vez aparecer uma crescente multidão de «ricos.»»

☛ Vasco Pulido Valente, em «O Independente», de 24 de Maio

«Com o Diogo a conduzir o partido, caminhamos para o desastre.»

☛ Basílio Horta, in «Expresso», de 25 de Maio

«Fui excluído da representação tribal mas não da nacional.»

☛ Arquitecto Taveira, in «Expresso», de 25 de Maio

Já viu filmes pornográficos? Onde? «Já vi no cinema, quando apareceram, e também já vi em video.»

☛ Resposta do ministro Ferreira do Amaral, ao questionário do «Expresso» de 25 de Maio

Agenda

FESTAS



**Vamos aproveitar
o feriado
e o fim-de-semana**

Televisão

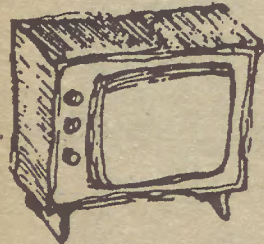
Quarta, 29

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sem Legendas
14.35 Ponto por Ponto
15.15 Chisua, o Senhor do Oeste
(Ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.20 Roda da Sorte
19.00 Telejornal
19.30 Futebol - Final da Taça do Clube dos Campeões Europeus
21.35 Sassá Mutema
22.35 A História de um Gigolo
(Ver «Filmes na TV»)
00.35 24 Horas
01.10 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Centuriões
12.25 Curso de Inglês
12.40 O Herói de Lian Xan Po
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Acores - Gente Nossa
16.40 Recreio do 2
17.10 Férias no Mundo
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Clássicos da TV
20.50 Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Direito de Amar
22.00 Joaquim Letria
23.30 Pop-Off
24.00 Universidade Aberta



Quinta, 30

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.40 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.15 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sem Legendas
14.55 Dez passos imortais
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Sassá Mutema
21.20 Eternos Novatos
21.50 Twin Peaks
22.40 Crônicas do Sobrenatural
23.10 24 Horas
23.45 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.07 A Força Astral
12.30 Curso de Alemão
12.45 Jerry Lewis Show
13.35 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora Escolha!
15.45 Aventura
16.15 O Homem da Carabina
16.40 Recreio do 2
17.10 Tudo Menos Isso
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
19.55 A Família Forsythe
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Palco das Estrelas
21.55 Fora de Jogo
22.55 Stromboli
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 31

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.15 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 À descoberta do Mundo
13.55 Sem Legendas
15.05 Ponto por Ponto
15.40 O Verão do Colt
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Sassá Mutema
21.20 As aventuras de Jack Burton nas garras do Mandarin
(ver «Filmes na TV»)
23.05 Querido John
23.30 24 Horas
00.05 Remate
00.30 Chapadão de Bugre

Canal 2

12.00 Notícias
12.07 Universo Juvenil
12.30 Curso de Inglês
12.45 O Caminho das Estrelas - Nova geração
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora Escolha!
15.45 Médico Amigo
16.10 É já Amanhã
16.35 Recreio do 2
17.20 Stan Laurel
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Desejo
22.20 Rotações
23.20 Os Mistérios de Dorothy L. Sayers
24.15 Roseanne

Sábado, 1

Canal 1

09.00 À Mão de Semear
09.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 Operação Mozart
14.20 3^o Jogos da Energia
15.35 Desenhos Animados
15.50 As Minas de Salomão (Parte II)
(ver «Filmes na TV»)
17.30 T & T
18.00 Clive James
18.50 A Ilha do Sol
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Claxon
22.00 Casa Cheia
22.40 Um Verão Inesquecível
23.55 Preto e Branco como a Noite e o Dia
(ver «Filmes na TV»)

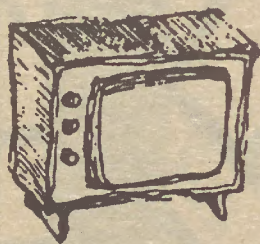
Canal 2

09.00 Universidade Aberta
10.15 Circo
11.00 Cidades Mágicas
11.50 Notícias
11.55 Forum Musical
13.10 Agarra o 2
14.00 O Fugitivo
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Arca de Noé
19.50 Outras Músicas
21.15 Estádio
23.35 O Mundo é Pequeno
00.25 Rolling Stones em Barcelona

Domingo, 2

Canal 1

09.00 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Dick Turpin
13.40 O Mundo Animal
14.30 Escalada da Torre dos Clérigos
(intercalado com bandas de som)



15.40 O Director Descalço
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Mãe à Força
17.45 Regresso ao Passado
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
20.50 Desenhos Animados
21.00 Kananga do Japão
22.25 Domingo Desportivo
23.55 Controvérsias

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Tauromaquia
10.30 Regiões Magazine
11.30 Agarra o 2
12.20 Competir
12.50 Notícias
13.00 Troféu
17.00 Vida Nova
18.00 Nós 2
28.40 Especial Desporto
21.00 Palavra Puxa Palavra
21.50 Artes e Letras
22.40 Tom Jones Romântico e Aventureiro
(ver «Filmes na TV»)
00.50 Resumo do G. P. Fórmula 1

Segunda, 3

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.15 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Vida Selvagem
14.00 Sem Legendas
14.55 Ponto por Ponto
15.40 Corações Impacientes
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Sassá Mutema
21.20 O Preço Certo
22.45 Praia da China
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.07 Flash Gordon
12.30 Curso de Inglês
12.45 Programa a designar
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.45 A Natureza das Coisas
16.40 Recreio do 2
17.10 O Livro dos Recordes
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
19.55 Pelé
20.50 Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Acerto de Contas
22.30 Teatro Estrangeiro

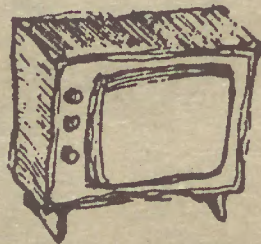
Terça, 4

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.15 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Estilos de Vida
14.00 Sem Legendas
15.05 A Dança da Morte
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Sassá Mutema
21.30 A Lei das Ruas
22.30 1ª Página
23.30 A Mansão dos Marblehead
00.00 24 Horas
00.35 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.07 Os Novos Caça-Fantasmas
12.30 Curso de Alemão
12.45 Variedades no Apollo
13.35 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.45 Os Três Ciclos da Lua
16.10 A Minha Avó Yaya
16.40 Recreio do 2
17.10 Tribunal de Júri
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 A Família Forsythe
20.50 Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Cinemazine
22.00 Medea
(Ver «Filmes na TV»)
23.40 Universidade Aberta



Quarta, 5

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.15 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Medicamentos
14.00 Sem Legendas
14.55 Ponto por Ponto
15.30 Os Comancheros
(Ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Sassá Mutema
21.30 Infelizmente Tua
(Ver «Filmes na TV»)
23.35 24 Horas
00.10 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Centuriões
12.25 Curso de Inglês
12.40 O Herói de Lian Xan Po
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.45 Acores - Gente Nossa
16.45 Recreio do 2
17.15 Férias no Mundo
18.00 Eterno Feminino
19.00 Via Rápida
19.15 Programa a Designar
21.20 Que é Feito de Si?
21.30 Jornal das Nove
22.00 Direito de Amar
22.30 Joaquim Letria
00.00 Pop-Off

Filmes na TV

Rossellini

Se o Eino Trusso ganha a guerra, os neo-realistas teriam sido rapidamente dominados. Mas a vaga popular que determinou o aparecimento desta escola abateu o fascismo e os combates da Resistência deram ao cinema italiano libertado os primeiros temas.

O argumento de «Roma Cidade Aberta» tem quase 140 minutos e dá a dia dos combates de Roma a Rossellini e a Sergio Amidei por um chefe da Resistência que lhes descreveu o dia a dia dos combates secretos que prepararam a Libertação. Logo depois desta, Rossellini começou e concluiu sem hesitações nem diálogos um filme quase sem passagens nos próprios locais de acção. A sua autenticidade, o seu modernismo, a sua «contemporaneidade» fizeram explodir os ares. O enorme sucesso internacional de «Roma Cidade Aberta» impôs o neo-realismo e o cinema italiano em todo o mundo.

Com «Paisà», Rossellini pôs de parte estúdios, guarda-roupa, caracterização, actores e quase até o argumento; eram seis curtas novelas resultantes de um inquérito feito por Rossellini, Amidei e o jovem jornalista Federico Fellini.

Guerrilheiros da Resistência, frades, militares norte-americanos, mulheres do povo, pequenos engraxadores, etc foram surpreendidos nos quartéis, nos conventos ou na rua para reconstituir em frente da câmara episódios que tinham já vivido realmente.

O método não excluiu a pesquisa nem a elaboração. «Paisà» foi o filme italiano mais caro de 1946. A sua pobreza era só aparente; seria absurdo explicar o aparecimento do neo-realismo com as carências materiais que então dominavam o país. O desprezo pela fotografia «bonita» era um refinamento supremo, a criação de um novo estilo que daí a pouco em todos os países viria a ser imitado.

«Paisà», mostrando seis momentos de avanço aliado, foi um protesto comovente, um requisição contra as desgraças da guerra, uma acusação contra os generais que deixavam chacinhar soldados e resistentes nos pântanos. Exprimindo a alma do povo, o filme ultrapassava a crónica e atingia o nível épico.

Em «Germania Anno Zero», o método de reportagem lírica mostrou os seus limites: Rossellini, saindo do solo pátrio, não foi capaz de, mediante um simples inquérito, exprimir completamente a confusão de Berlim de 1946.

Como revelava uma emoção sincera, este filme ficou como o testemunho de um estrangeiro sobre uma cidade e uma época.

Depois de ter sido porta-voz do seu povo, Rossellini procurou novos caminhos. «Amore» foi um recital de Anna Magnani, «Francesco Giullare de Dio» não captou e calou e a sublime ingenuidade de Fra Angelico.

Este filme edificante não impediu Hollywood de apertar «Amore» como sacrifício e de lançar contra Rossellini as piores acusações quando ele dirigiu para a sua nova esposa, Ingrid Bergman, «Stromboli» - que foi um fracasso comercial.

Georges Sadoul - «História de Cinema Mundial»

Missão no Ártico

«Ice Station Zebra» (EUA/1968). Realização de John Sturges, interpretação de Rock Hudson, Ernest Borgnine. Cor, 148 minutos.

Quarta, 15.15, Canal 1

Plenty, Uma História de Mulher

«Plenty» (EUA/1985). Realização de Fred Schepisi, interpretação de Meryl Streep, Sam Neil, Charles Dance. Cor, 120 minutos.

Eis mais um filme feito para experimentar a versatilidade de Meryl Streep, que os seus admiradores consideraram aqui confirmada. Tanto esses como os outros coincidem no pouco apreço que o filme merece.

Quarta, 21.35, Canal 1

Dez passos imortais

«Sunrise at Campobello» (EUA/1982). Realização de Vincent J. Donehue, interpretação de Ralph Bellamy, Greer Garson, Hume Cronyn. Cor, 138 minutos.

Este filme pretende ser um estudo psicológico da personalidade de Franklin Roosevelt, tratando-se de uma adaptação de uma peça teatral de Dose Shary que assina o argumento do filme e fala da coragem, determinação e auto-sacrifício do presidente norte-americano que apesar da sua paralisia não deixou a vida política activa

Quinta, 14.55, Canal 1

Stromboli

«Stromboli» (Itália/1949). Realização de Roberto Rossellini. P/B, 78 minutos, interpretação de Ingrid Bergman, Mario Vitale, Renzo Cesana, Mario Sponza e o povo da ilha de Stromboli.

Fim da guerra em Itália. Karin, uma refugiada da Lituânia internada num campo de desalojados a quem foi recusado o visto de entrada na Argentina, concorda em casar com um jovem pescador da ilha que dá nome ao filme para fugir daquela situação desesperada. Daqui parte o argumento deste filme que marca o início da colaboração com o realizador de Ingrid Bergman. A actriz causa assim escândalo em Hollywood por abandonar os Estados Unidos e ter aceite trabalhar a qualquer preço e sem condições para o cineasta italiano com quem viria a viver. Apesar de tudo ter sido feito para que o filme fosse um fracasso na América (inclusive o filme foi remontado de forma indigna) a verdade é que Stromboli passou à história como um dos grandes filmes de Rossellini e uma grande composição de Ingrid Bergman.

Quinta, 22.55, Canal 2

O Verão do Colt

«Summer of the Colt» (Canadá-Argentina/1969). Realização de André Melançon, interpretação de Hector Alterio, China Zorrilla, Alexandra London-Thompson, Juan de Benedictis, Santiago Gonzalez, Mariano Bertolini e Gabriela Felperin. Cor, 99 minutos.

Co-produção entre a Argentina e o Canadá, este novo filme de André Melançon, um conhecido e prestigiado cineasta canadense especializado em filmes infantis, é o oitavo filme da série Contos para Todos que conquistou o Grande Prémio para o Melhor Filme no 19^o Festival Internacional do Filme de Giffoni em 1989. Com as fabulosas pampas argentinas como pano de fundo, conta-se uma história sobre a passagem da infância à adolescência e fala-se das relações entre adultos e adolescentes.

Sexta, 15.40, Canal 1

Cinema

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Alice	—	★★★★	★★★★	★★★★
B Um Coração Selvagem	—	★★★	★★★★	★★★
C Danças com Lobos	—	★★★	★★★	★★★
D Um Chá no Deserto	—	★★★	—	★★★
E Casamento por Conveniência	—	—	★★★	★★★
F Sentimento	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Woody Allen — King Triplex/1 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- B — Real. David Lynch — Estúdio Sheza (15.15, 21.15) — Lisboa.
- C — Real. Kevin Costner — Alfa Clube (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), Amoreiras/1 (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), Fonte Nova/3 (14.30, 17.45, 21.00), São Jorge/1 (13.45, 17.30, 21.15) — Lisboa.
- D — Real. Bernardo Bertolucci — Amoreiras/8 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Las Vegas/1 (15.15, 18.30, 21.30), Londres (14.00, 16.30, 21.30, 19.00), Quarteto/4 (14.30, 17.00, 19.30, 22.00) — Lisboa.
- E — Real. Peter Weir — Amoreiras/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Quarteto/1 (14.30, 17.00, 19.30, 24.00), Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- F — Real. Luchino Visconti — King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 20.00, 22.00) — Lisboa.

As Aventuras de Jack Burton nas Garras do Mandarim
«Big Trouble in Little China» (EUA/1986). Realização de John Carpenter, interpretação de Kurt Russel, Kim Catrall, Dennis Dun, James Hong, Victor Wong, Kate Burton, Donald Li, Carter Wong, Peter Kwong, James PAX, Suzee Pal e Chao Li Chi. Cor, 96 minutos.

Comédia, filme de aventuras, fantasia e Kung Fu. Ingredientes de um cozinhado que resulta num espectáculo de entretenimento onde o realizador, conhecido pelas incursões nos domínios do horror, congrega uma talentosa equipa técnica de fotografia, efeitos especiais e visuais, para contar a aventura de um camionista e dos seus amigos chineses em luta contra as forças do mal do submundo chinês de São Francisco.

Sexta, 21.20, Canal 1

O Fugitivo
«The Fugitive» (EUA/1947). Realização de John Ford, interpretação de Henry Fonda, Dolores Del Rio, Pedro Armendariz, Ward Bond, Leo Carrillo, J. Carroll Naish, Robert Armstrong, John Qualen, Fortunio Bonanova. P/B, 100 minutos.

Este é o primeiro filme de Ford realizado para a sua própria companhia produtora e que o realizador afirma ser um dos seus favoritos. Adaptado de um romance de Graham Greene o filme conta a história de um padre em fuga por um México em convulsão, acabando por ser preso e fuzilado.

Sábado, 14.00, Canal 2

As Minas de Salomão - parte II
«Allan Quatermain and the Lost City of Gold» (EUA/1986). Realização de Gary Nelson, interpretação de Richard Chamberlain, Sharon Stone, James Earl Jones, Henry Silva, Robert Donner, Aileen Marson, Cassandra Peterson. Cor, 100 minutos.

É uma seqüela da versão original do filme. Agora o aventureiro e a arqueóloga protagonistas voltam à selva impenetrável do continente africano à procura de uma cidade perdida onde se vive sob um governo desumano que os heróis irão modificar. O resto são animais selvagens e nativos hostis...

Sábado, 15.40, Canal 1

Preto e Branco como a Noite e o Dia
«Schwarz und Weiss wie Tage und Nächte» (RFA/1978).

Realização de Wolfgang Petersen, interpretação de Bruno Ganz, Gila Von Weltershausen, Rene Doltgen, Ljuba Tadic, Joachim Wichmann. Cor, 104 minutos.

Um filme sobre a trajetória de um homem dominado pela paixão do xadrez que se tornará no melhor jogador do mundo. No processo acaba por perder toda a sanidade mental. Onde termina a normalidade e começa a demência será uma das interrogações deste filme. Destaque para a interpretação de Bruno Ganz.

Sábado, 23.55, Canal 1

O Director Descalço
«The Barefoot Executive» (EUA/1970). Realização de Robert Butler, interpretação de Kurt Russel, Joe Flynn, Harry Morgan, Wally Cox, Heather North, Alan Hewitt. Cor, 92 minutos.

Produção dos estúdios da Disney. Aqui o espectador defronta-se com uma comédia protagonizada por um chimpanzé e por um rapaz que o usa para saber antecipadamente se um programa vai ou não ser sucesso na TV americana. Seria o fim das sondagens.

Domingo, 15.40, Canal 1

Tom Jones, Romântico e Aventureiro
«Tom Jones» (Grã-Bretanha/1963). Realização de Tony Richardson, interpretação de Albert Finney, Susanah York, Hugh Griffith, Edith Evans, Joan Greenwood. Cor, 123 minutos.

Não se trata da vida do cantor romântico! Este filme e o seu realizador são representantes de um cinema diferente que começou a ser produzido na Inglaterra dos anos 50 e sobretudo 60. A partir de um romance de Henry Fielding constrói-se uma narrativa cómica, aventureira e romântica sobre a Inglaterra do século XVIII, centrada num rapaz que deixa a província e tenta sobreviver em Londres quase sempre através de um grande poder de sedução.

Domingo, 21.45, Canal 2

A Dança da Morte
Realização de Claude Chabrol, interpretações de Michel Bouquet, Juliette Carre e Nils Arestroup

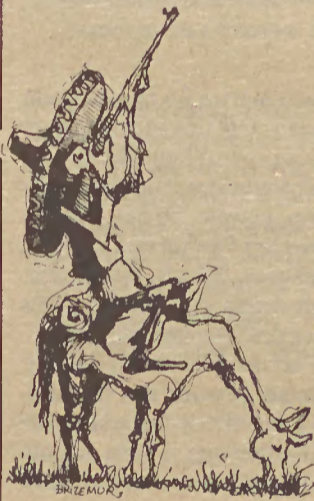
Adaptado de uma obra de Strindberg sobre a vida do casal Alice e Edgar. Ele é capitão e ela, cpio casamento, viu-se afastada de uma brilhante carreira artística. A chegada de um primo direito de Alice vai modificar um casamento desentatado.

Terça, 15.05, Canal 1

Medea
«Medea» (Itália-França/1970). Realização de Pier Paolo Pasolini. Interpretações de Maria Callas, Giuseppe Gentile, Laurent Terzi. 118 minutos.

Eis Pasolini num filme que, como em toda a sua obra, não deixará ninguém indiferente. Aqui a mitologia serve de pretexto para uma recriação das relações humanas. Sacerdotisas, argonautas, centauros, são o pano de fundo para a relação entre Medea, interpretada por Maria Callas, e Pelias. Uma relação que se deteriora até que ela mata os dois filhos, deita fogo à sua casa e morre no seu interior.

Terça, 22.30, Canal 2



Os Comancheros
Realização de Michael Curtiz com John Wayne e Stuart Whitman.

Um western que conta a história de dois homens em luta contra os «renegados» comancheros que no Texas aquilavam os índios a revoltar-se contra a população branca. Com humor, aventuras e heróismo, uma história de índios e cowboys com todas as regras necessárias.

Quarta-feira, 15.30, Canal 1

Infielments Tua
Uma comédia com Nastassja Kinski e Dudley Moore sobre um famoso maestro equivocado sobre a sua mulher: um violinista teria sido um pretense amante durante uma das ausências do marido, mas afinal usara só a casa da esposa para uma escapadela com a mulher do empresário do maestro. Por causa do engano o protagonista congemma um esquema para matar os amantes. Valerá pelas interpretações.

Quarta-feira, 21.30, Canal 1

Teatro

CASA DA COMÉDIA

Rua S. Francisco Borja, 24. Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.30. dom. às 17.30. O ESPELHO DE DOIS REFLEXOS, de Arthur Miller. Encenação de Fernanda Lapa, interpretação de João D'Ávila e Sara Lima.

CLUBE ESTEFÂNIA

Rua Alexandre Braga, 24-A. De 3ª a sáb. às 22.00. dom. às 16. CORAÇÃO NA BOCA, de Sam Shepard. Encenação de Carlos Fogaça e José Mora Ramos, interpretação de Virgílio Castelo, Natália Luísa, Xana, Ricardo Campos.

TEATRO ABERTO

Praça de Espanha. Tel. 7970969. Bilhetes: 1000\$00. De 4ª a sáb. às 21.30. dom. às 16. O SUICIDÁRIO, de Nicolai Erdman. Encenação de João Lourenço, interpretação de Canto e Castro, Irene Cruz, Fernanda Montemor, entre outros.

TEATRO DO BARRIO ALTO

Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3ª a sáb. às 21.30. dom. às 16. COMÉDIA DE RUBENA, de Gil Vicente. Encenação de Luís Miguel Cintra, interpretação do Teatro da Cornucópia.

TEATRO DA MALAPOSTA

Rua de Angola, Olival Basto, Loures. Tel. 9873299. Bilhetes: 700\$00. De 3ª a sáb. às 21.30. dom. às 16. CONFISSÃO AO LUAR, de Eugene O'Neill. Encenação de João Canijo, interpretação de José Eduardo, Rita Blanco e Adriano Luz.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Cruzeiro, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30. dom. às 17. O PECADO DE JOÃO AGONIA, de Bernardo Santareno. Encenação de Carlos Avilez, interpretação de Sérgio Silva, Lia Gama, Zita Duarte, Santos Manuel, entre outros.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Rua Conde Ferreira, Almada. Tel. 2752175. 6ª e sáb. às 21.30. dom. às 16. AS SUPPLICANTES, de Fonseca Lobo. Encenação de Joaquim Benite, música de Amador Cortés-Medina, cenografia de Vasco Eloy, interpretação da Companhia de Teatro de Almada e do Coro Polifónico de Almada.

TEATRO DO SÉCULO

Rua do Século. Tel. 3423009. De 4ª a dom. às 21.30. VESTIR OS NÚS, de Luigi Pirandello. Encenação de Amadeu Neves, interpretação de ex-alunos da Esc. Sup. de Teatro e Cinema.

Estreia

BAR PINTADO DE FRESCO

Todas as sextas-feiras, Rua do Conde, pelas 22 horas, O TEMPO DOS DESGRAÇADOS, pelo Grupo CAFÉ-APARTE com o português Flipe Cochofel, o tunísino Foued Ghabri, o brasileiro Luciano Alkmim, os espanhóis Luis Elgrise e Ruy Oteroe e a francesa Olinda Fernandez, também autores do texto.

Para crianças

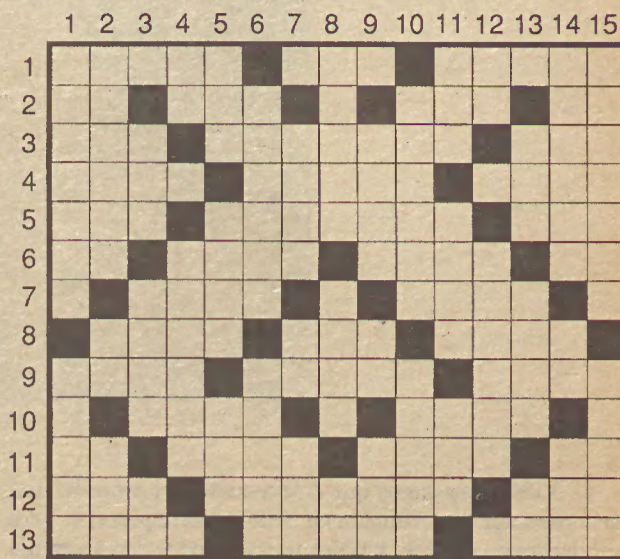
TIL

Rua Leão de Oliveira, 1. Tel. 339974. Bilhetes: 750\$00. Sáb. às 16 e 21.30, dom. e fer. às 16. A GRANDE AVENTURA, de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO DO BANDO

Rua Sto. António à Estrela, 60. Sab. e dom. às 16.00, sáb., 5ª e 6ª às 21.30. VI-VIRIATO, dramaturgia e encenação de João Brites, interpretação de O Bando.

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais 1 - rio português que nasce na serra de Urbião; letra grega; cidade do Norte de Portugal; 2- brisa; a primeira mulher; suspiros; art.; 3- presentear; mulher de Ovar; despídos; 4- o mesmo; agregado; substancia que constitui os favos das abelhas; 5- compareço; plantigrado; maior; 6- pareçença; dar ais; remedeia; Silfio (simb.); 7- ergues; tecido; 8- enguias; sofrimento; magote; 9- ligar; rápido; preceitos escritos; 10- rio francês; margens; 11- 6 romanos; couro; cursos de água doce; pron. pess.; 12- agora; usada; cont. de prep. e art.; 13- vestuário feminino; saco de esparto para figos; discurso.

Verticais 1 - Donativos; latidos lamentosos; 2- pregador; pref. neg.; fúria; 3- culpado; arco que se vê por vezes no céu quando chove; nesse lugar; 4- parte posterior do navio; ilhas portuguesas do Atlântico; 5- germe; caridosas; pron. pess.; 6- somáticas; auxílios; 7- ligar; prep.; medida agrária de superfície; 8- cidade italiana; célebre romancista francês do séc. XIX; presenciei; 9- jornadas; letra grega; gracejas; 10- fazes anotações; nome de mulher; 11- recipientes de pedra para líquidos; aro; vantajosa; 12- Ósmio (simb.) vendedoras de fatos usados; 13- também não; uma das divisões dos vetebrados; Sódio; (simb.); 14- bovinos não castrados; nesse lugar; análogo; 15- lugar onde se guardam ossos; apelido do 1º governador do Brasil.

SOLUÇÃO DO NUMERO ANTERIOR

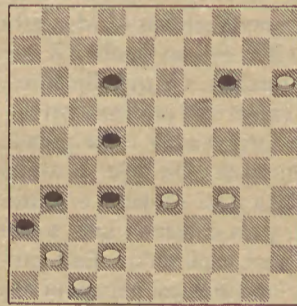
Horizontais 1 - Detera; Amaranite; 2- usada; acolá; aos; 3- Li.; isola; ás; 4- ró; lar; Rá; Tua; 5- til; ror; rua; lá; 6- éter; sãs; tirava; 7- ágil; vim; rogar; 8- avos; cem; rolar; 9- dou; sol; sic; dó; 10- és; fez; Cu.; aia; 11- má; exame; eu; 12- inala; anais; utá; 13- roleta; assaltas.

Verticais 1 - Duarte; aderir; 2- és; oitavos; nó; 3- tal; legou; mal; 4- edil; ris; fale; 5- rã; ar; se; at; 6- irós; coze; 7- ás; Ravel; Xá; 8- açor; sim; cana; 9- molar; sumas; 10- ala; ut; ri; eis; 11- ra; tairoca; Sá; 12- tu; rol; io; 13- Na.; alagada; ut; 14- toa; avaro; eta; 15- essa; ara; tuas.

DAMAS

CCCVI - 29 de Maio de 1991
Proposição nº 306
Por: Benedict Springer
-1947

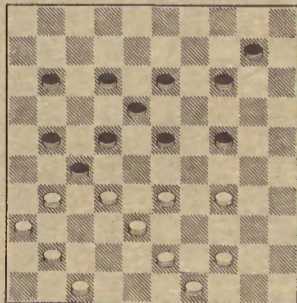
Pr.: [6]: 12-14-22-31-32-36
Br.: [6]: 15-33-34-41-42-47



Branças jogam e ganham

Golpe Nº 306
Por: Antuphel
-Marseille, 1931

Pr.: [11]: 10-11-12-13-14-18-21-22-23-24-27
Br.: [11]: 31-32-33-34-36-38-41-43-44-47-49



Branças jogam e ganham

Soluções do Nº CCCVI

Nº 306 (B.S.): 1. 42-37 e 2. 47x7 e 3. 33-29 e 4. 7-2=D+

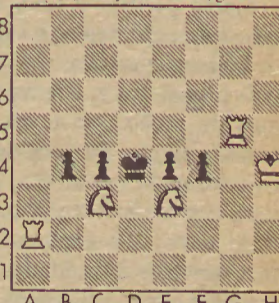
Golpe Nº 306 (A.): 1. 34-29 e 2. 43-39 e 3. 44-39 e 4. 33-28! e 5. 31x22 e 6. 41-37 e 7. 36x40+

A. de M. M.

XADREZ

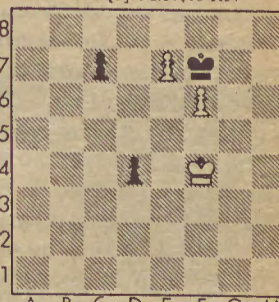
CCCVI - 29 de Maio de 1991
Proposição nº 306/A
Por: Franz Schrufer
-Dufresne Shachaufgaben/II
Parte, 1882

Pr.: [5]: Ps.b4, c4,e4, f4-Rd4
Br.: [5]: Cs.c3, e3-Ts.a2, g5-Rh4



Mate em 3 lances

Proposição Nº 306/B
Por: J. Behting
Rigaer Tageblatt, 1894
Pr.: [3]: Ps.c7, d4-Rf7
Br.: [3]: Ps.e7, f6-Rf4



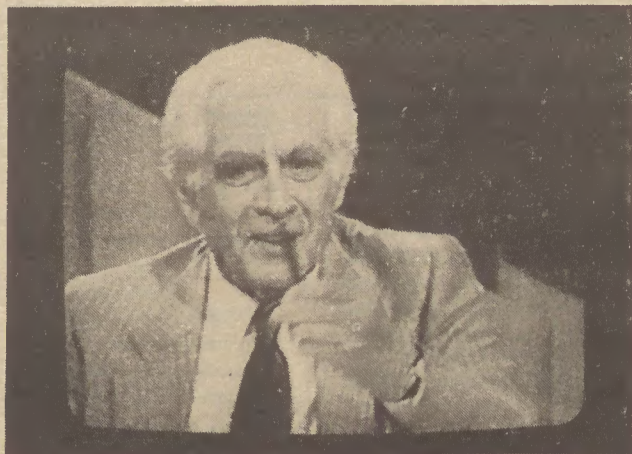
Branças jogam e ganham

Soluções do Nº CCCVI

Nº 306/A (F. Sch.): 1. Tga5! R.c3/R.e3; 2. Cd1+, Rd4/Rd3; 3. Td2++/Td5++
Se: 2.... Rb3/Rf3; 3. Tb2/Tf2++
Se: 1.... b:c3/f:é3; 2. Cf5+/Ce2+ e 3. Td5++

Nº 306/B (J.B.): 1. Rf3, c6; 2. Rf4, c5; 3. R64, R68; 4. Rd5, Rd7; 5. Rç4, R68; 6. R: c5 e g
1.... R68; 2. R64, c5; 3. Rd5, Rd7; 4. Rç4, R68; 5. Rç5 e g.

A. de M. M.

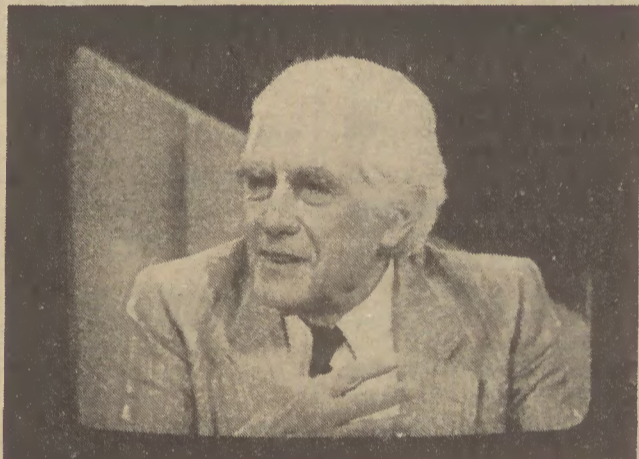


... os democratas devem empenhar-se, e empenhar-se duramente...



(...) «Nós pensamos que é necessário um projecto unitário para dar uma viragem na política portuguesa; e, para terminarmos com esta política terrível que temos (com um governo de direita com o PSD) e provocarmos uma viragem no sentido democrático, é necessária a convergência dos democratas. E, portanto, de toda a área democrática, nós desejaríamos que todos os partidos democráticos, sem excepção (sem excepção!), pudessem entender-se para assegurarem uma grande vitória eleitoral nas eleições de 6 de Outubro próximo e, depois, uma base institucional suficiente para a constituição de um governo democrático.» (...)

(...) «(Tem valor) uma estabilidade governativa que não seja a desestabilização política, a desestabilização social, a desestabilização económica, a desestabilização mesmo nacional, que se está a verificar com a política desta «estabilidade governativa». (...)



... há muita gente que já se começa a convencer...

(...) «Foi no nosso século que, pela primeira vez (isto pode traduzir-se nestas palavras), os homens sonhavam uma outra sociedade, mas sonhavam, não tinham sequer um projecto utópico, não tinham utopia; passaram do sonho à utopia, depois, da utopia ao projecto político e do projecto político a uma acção revolucionária. Mas esta transformação deu-se no século XX. Foi no século XX que os homens ousaram, tiveram a ousadia. Os trabalhadores, pela primeira vez, resolveram, em termos práticos, em termos de acção, em termos de intervenção, essa grande transformação da sociedade humana. Ou seja: o sonho transformado em utopia, a utopia num projecto e o projecto em acção revolucionária, para construir uma sociedade nova, sem exploradores nem explorados. Este projecto envolve dificuldades que, em milénios, o homem não resolveu e que os homens, neste século, resolveram atacar e encontrar uma solução para elas. E, esperar que este processo (e foi, talvez, o erro de cálculo de todos aqueles que, no princípio do século ou no decorrer do século, julgaram que poderiam realizar) seria uma coisa fácil, que não haveria erros, que não haveria dificuldades e obstáculos, e pensar que se poderia resolver num curto espaço de tempo histórico — isto foi um erro de cálculo, sem dúvida. (...) Na nossa análise, uma das questões que temos afirmado é que, talvez de todos os erros de cálculo, o maior foi o de pensar-se que seria fácil que o Homem Novo resultasse de uma nova sociedade, porque o mais difícil de tudo é, efectivamente, esse projecto do Homem Novo, o homem sem certos defeitos, o homem mais capacitado a resistir, digamos, a tentações da vida, no mau sentido. (...) Não. Não resultou o Homem Novo, o homem revelou-se com uma natureza que resiste muito à transformação social, em certas características fundamentais. (...) Agora, pensamos que o aperfeiçoamento do ser humano é possível e que uma sociedade pode, pela sua realidade económica, social e política, facilitar ou não facilitar o desenvolvimento de certas características do ser humano: a generosidade, a solidariedade, o respeito pelos outros, a diminuição do egoísmo, pensamos que essas características de ordem ética podem efectivamente desenvolver-se, num sentido ou noutro, conforme a própria realidade social.» (...)

(...) «O que eu penso (o que pensa o meu Partido) é que os democratas não devem, apenas, confiar nas hipóteses (dos resultados eleitorais). Devem empenhar-se, e empenhar-se duramente, numa batalha eleitoral que é difícil. (...)

(...) «Pensamos que (uma boa votação no PCP) não corresponderá àquela ilusão, que têm muitos, de que o Partido Comunista está em declínio irreversível (já tiveram, enfim, uma primeira comprovação de que isto assim não era nas eleições presidenciais...). Na própria noite das eleições, tivemos ocasião de dizer que não considerávamos os 12,9% um tecto eleitoral. Portanto, já vê, apontamos para mais alto!...» (...)

(...) «Há muita gente contente em Portugal... Sem dúvida que há muitos milionários, e milionários que não sabemos onde é que vão buscar os milhões ou centenas de milhares de contos... O que nós temos afirmado é que há cada vez maior desigualdade social... Portanto, o pólo da riqueza e o pólo da pobreza estão-se a afastar... Aumentam as manchas de pobreza... Aumenta, por exemplo (porque muitas vezes se cita o crescimento — que não é desenvolvimento), a distância cada vez maior dos países mais desenvolvidos da CEE e, no que respeita à parte social, cremos que, do que se trata, como ponto fundamental da política deste Governo, é de liquidar, efectivamente, direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores.» (...)



... o sonho transformado em utopia, a utopia num projecto e o projecto em acção revolucionária...

(...) «Os comunistas não estão mortos no mundo, nem o movimento comunista está morto. E temos afirmado que, se os comunistas desaparecessem, os trabalhadores acabariam por criar novos partidos comunistas. Isto para dizer que somos um Partido necessário, porque, no que respeita ao Partido que somos (...), somos um Partido que se criou, formou, lutou, em todas as condições, difíceis, fáceis, sempre ligado ao Povo, sempre em defesa dos interesses dos trabalhadores, sempre em defesa dos interesses do Povo — isto é uma constante do nosso Partido. Não somos um Partido que esteja a servir os interesses pessoais dos seus dirigentes, não temos «clientelas» a beneficiar materialmente da nossa acção, não somos um Partido que se sirva da política. (...) Estou a ligar o terreno político ao terreno ético. Há uma conduta ética do meu Partido e também uma conduta política.» (...)

(...) «Da minha parte, eu sou muito feliz, sinto-me muito feliz por ter escolhido uma orientação política na minha vida e não me arrependo, hoje, dessa orientação política. E penso que a coerência vale alguma coisa no procedimento dos homens.» (...)

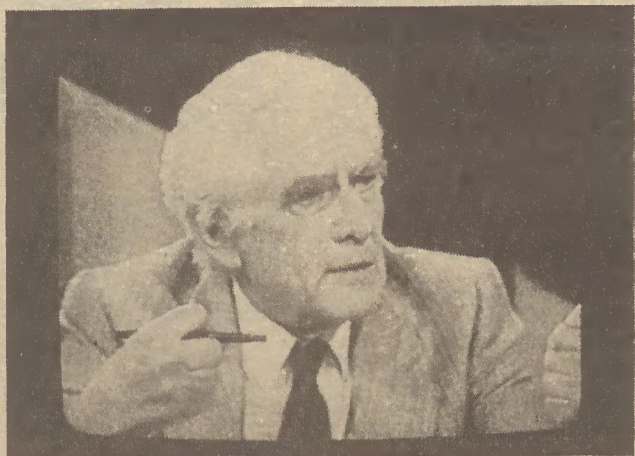
(...) «Admitamos que eu morro amanhã. O Partido Comunista continuará a ser um Partido Comunista. Que ninguém espere que a substituição, por morte, acidente, substituição por decisão partidária, do actual Secretário-Geral, represente que este Partido vá cair, enfim, noutras mãos políticas. Ninguém pense nisso. É um Partido que tem uma Direcção colectiva, que vive com um pensamento colectivo, com uma democracia interna que dá criatividade aos militantes e à sua intervenção para a definição das orientações partidárias. Portanto, não é um Partido que viva do pensamento do seu Secretário-Geral. É um grande colectivo, enérgico, convicto, consciente, e, portanto, com o desaparecimento deste Secretário-Geral e a sua substituição, mantém-se, certamente, um Partido Comunista. Eu digolhe isto com intensa alegria, como comunista que sou.» (...)



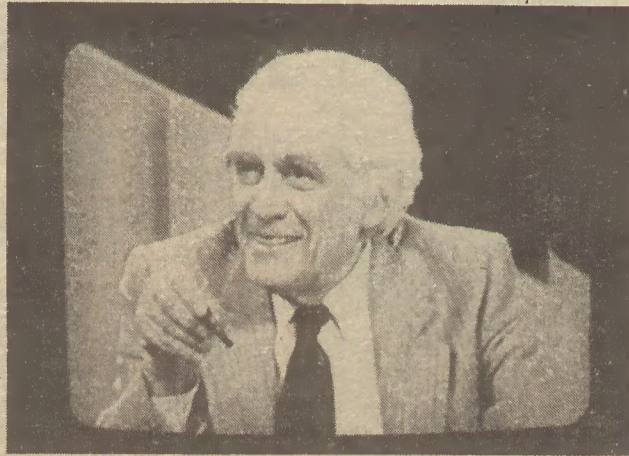
Nós já lá iremos, senhor doutor...



Senhor Doutor, eu vou propor-lhe, enfim, um raciocínio um pouco, não direi difícil ou embaraçoso, mas um pouco complexo...



... é uma «estabilidade governativa» que tem gerado a desestabilização social...



Há muita gente contente em Portugal... Sem dúvida que há muitos milionários...

(...) «A bancada comunista é uma bancada que tem mostrado que está apta, é competente, está ao nível da preparação do Governo na discussão dos problemas da Assembleia. Portanto, não estamos diminuídos em relação ao Governo, nem no conhecimento dos problemas, nem na capacidade de intervenção, nem nas soluções necessárias à resolução dos problemas nacionais existentes.» (...)

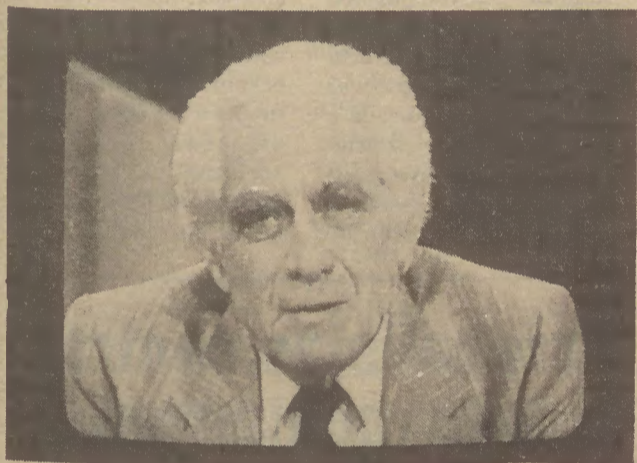
(...) «(Acerca do voto útil no PS) nós pensamos o contrário: que pode haver uma ideia do voto útil no Partido Comunista, na CDU. Porque, se esta formação, a CDU (com o Partido Comunista) não tem uma forte representação, o perigo é continuar uma política de direita no nosso país. Estamos profundamente convencidos disso. E há muita gente que já se começa a convencer. (...) Repare numa outra questão importante: a questão do voto. Cremos que é uma posição política. Mas sucede que, em relação a áreas sociais muito importantes, hoje começa a haver o reconhecimento de que, entre os partidos democráticos, aquele partido que mais defende os interesses de certas áreas sociais muito vastas é o Partido Comunista.» (...)

«1.^a PÁGINA»

RTP - 1

Terça-feira

21 de Maio de 1991



... penso que a coerência vale alguma coisa no procedimento dos homens...



... é muito perigoso denunciar o crime no local onde ele é cometido...

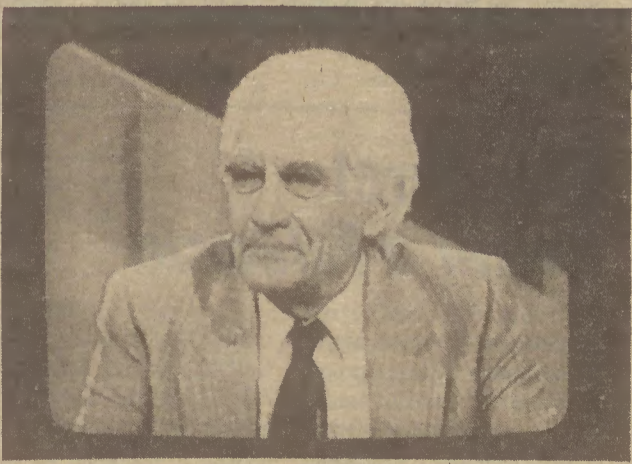
(...) «No que respeita à Televisão, pensamos que é de reflectir no seguinte: é que a Televisão do Estado (como está hoje), exclusiva, governamentalizada e partidarizada, em termos de Democracia é uma entidade em relação à qual há que ver muito bem se esta é uma solução efectivamente democrática ou se há outras aberturas necessárias. (...) Um monopólio do Estado não é um monopólio de um partido. Pode haver uma Televisão do Estado, plural.» (...)

(...) «Eu tinha a esperança (que foi quase completamente satisfeita) de que não me viessem novamente com o Leste, em vez de irmos às questões nacionais. (...) Proponham à Direcção da Televisão: eu dou-vos uma entrevista só sobre isso. E podemos estar aqui uma hora a tratar dos problemas internacionais. (...) Mas creio que, da vossa parte, (a entrevista) foi conduzida em acinte e pondo os problemas e, portanto, não vejo que tenha havido dificuldade em expressar o meu pensamento.» (...)

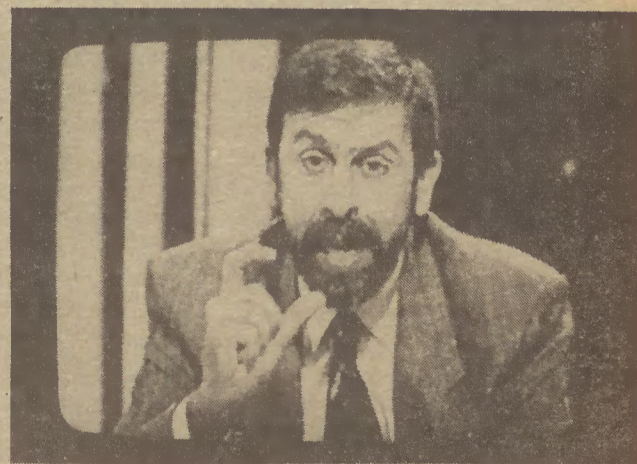
(...) «Hoje estou aqui convosco... mas não quero aqui dizer (que é muito perigoso denunciar o crime no local onde ele é cometido...) que a Televisão tem, em relação ao Partido Comunista, praticamente silenciado as suas iniciativas mais importantes.» (...)



Pedia-lhe que o Senhor Doutor reflectisse sobre isto...



Eu reflecto, eu reflecto...



Foi extremamente curioso que ele não cedeu um milímetro em relação, digamos, à ideologia que ele tem defendido toda uma vida...

JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA, Director do «Expresso» (ao «24 Horas» de 21.05.91)

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Liberdades

A independência do serviço público de televisão perante o poder político esteve há dias em debate na Assembleia da República, a propósito do novo Estatuto da RTP.

Sobre a matéria apresentou o Governo uma proposta e o PS um projecto. Ambos foram aprovados na generalidade (o primeiro com os votos contra dos deputados comunistas e o segundo com os seus votos a favor) e baixaram a Comissão para discussão na especialidade, pelo que ainda é cedo para saber o que dali vai resultar.

Mas desde já vale a pena registar a postura do representante do Governo, o secretário de Estado Albino Soares, que não hesitou em afirmar e repetir que *isenção* é com o Governo de Cavaco Silva, que até produziu o feito de iniciar «um novo período na comunicação social portuguesa», devolvendo-a à «sociedade civil», seu «detentor natural».

«nunca como hoje a comunicação social foi tão livre em Portugal» - declarou o secretário de Estado, acrescentando que «Nunca os jornalistas se sentiram, como hoje, tão-só dependentes da sua consciência profissional e moral».

E tudo isto graças à privatização da Imprensa, à liberalização do espectro radiofónico e à abertura da televisão à iniciativa privada, domínio onde apenas a RTP restará como excepção a confirmar a regra mas nem por isso menos independente do poder político.

Não se tivesse este debate passado na AR e os portugueses poderiam julgar que de qualquer outro país se tratava. É que a realidade, mesmo para quem não dispõe das análises que o comprovam, é bem diversa.

Lembremos, só para refrescar memórias curtas, a contestação generalizada às atribuições de espaços radiofónicos, feita pelo Governo como bem entendeu, através de uma comissão pelo próprio nomeada e a que nem faltavam sequer representantes de alguns dos interessados no concurso, obviamente beneficiados com o mesmo. A comprovar o ditado de que *quem parte e reparte e não fica com a melhor parte ou é toló ou não sabe da arte*. Eles sabem.

Ou então, a *informação* televisiva, sempre atenta aos passinhos governamentais, numa marcação tão cerrada que não há inauguração que escape ou dito que se perca, as mais das vezes em intrincada confusão entre o que é partidário e o que é governamental.

E já agora, lembremos a mais que polémica criação da Alta Autoridade para a Comunicação Social, onde como se sabe os representantes dos jornalistas primam pela ausência.

E que dizer da pressa súbita do Governo em fazer aprovar na AR legislação sobre o chamado *Segredo de Estado*, quando na *informação* começaram a proliferar notícias de escândalos envolvendo membros do executivo? Não fora o texto raiar o absurdo a ponto de chocar até os deputados da maioria e a esta hora já teríamos mais uma lei da rolha.

Quanto à privada imprensa nem é bom falar. Aí os jornalistas são livres de escrever o que agrada aos patrões e não falta quem queira jornalistas tão domesticados que nem publicamente podem afirmar as suas opções políticas, ou lhes forneça listas com o que não podem divulgar, como aconteceu recentemente na Rádio Renascença. Liberdade? Pois claro. Somos todos livres. Só que uns são mais do que outros. Liberdades patrocinadas só não tem quem não quer. De preferência laranjas.

AF

Juventude CDU está de volta

Realizou-se na passada sexta-feira, na sede da JCP em Lisboa, um café-concerto que marca o regresso do movimento de juventude de apoio à Coligação Democrática Unitária PCP-PEV.

Para 22 de Junho está marcado o encontro nacional de activistas e candidatos jovens da coligação. Algumas outras iniciativas estão já em preparação, nomeadamente nos distritos de Leiria, Coimbra, Porto e Lisboa, embora ainda não estejam determinadas em definitivo as datas em que terão lugar.

O calendário de iniciativas, as linhas da pré-campanha e da campanha eleitoral e os nomes dos candidatos da juventude a incluir nas listas da CDU vão estar em discussão amanhã, dia 30, numa reunião da Direcção Nacional da JCP, convocada para discutir a intervenção dos jovens comunistas nas eleições legislativas.



VI Assembleia de Setúbal Agrava-se situação laboral

A VI ssembleia da Organização Concelhia de Setúbal do PCP realizou-se no passado sábado, na Sociedade Musical Capricho Setubalense, contando com a presença de cerca de 200 delegados.

A intervenção de encerramento esteve a cargo de Blanqui Teixeira, do Secretariado e da Comissão de Controlo e Quadros do CC do nosso Partido, que naturalmente, após abordar as questões organizativas tratadas nos documentos e na discussão da reunião magna dos comunistas setubalenses, incidiu sobre o actual momento político nacional, com destaque para as eleições legislativas que se aproximam.

O agravamento da situação laboral no concelho — a exemplo do que acontece, fruto da política de direita,

em todo o país — foi inúmeras vezes transmitido na palavra dos delegados, no quadro geral de uma política de privatizações que, embora de forma e em tempos diferentes, estão em curso no concelho, em empresas como a RN, Secil, Portucel, EDP e CTT/TLP.

A situação mais característica é, assim, a do aumento da precarização do trabalho, com redução do emprego efectivo e o encerramento de empresas. Um vasto leque de empresas (desde a Solisnor — ex-Setenave — à Sociedade Industrial Setubalense passando pela SAPEC, Portucel, Inapa e Movauto) situa-se nestes casos.

A Assembleia denunciou o facto de apenas 4,6% dos desempregados (que no final de Outubro de 1990 somavam, no Centro de Em-

prego de Setúbal, cerca de 11 mil) estarem abrangidos pelos programas de ocupação temporária.

No capítulo da gestão autárquica — de responsabilidade, na generalidade dos órgãos autárquicos do concelho, do PS —, afirmou-se ser ela «não planificada e feita por impulsos», somando-se-lhe, contra os interesses da população, a redução das áreas de intervenção

(pelouros) dos eleitos comunistas.

A VI Assembleia elegeu a Comissão Concelhia (cuja composição, em relação à anterior, foi renovada em 40% dos quadros) e aprovou o Relatório do mesmo organismo (anteriormente sujeito à discussão na organização), que termina apontando objectivos e prioridades no plano do trabalho de direcção.

Futebolistas contra o novo regulamento

No mesmo dia em que o PCP, como noticiámos no último «Avante!», tornava público um comunicado solidarizando-se com a posição dos jogadores profissionais de futebol contra o novo Regulamento de Transferências aprovado a 11 de Maio na AG da Federação Portuguesa de Futebol, os futebolistas, reunidos na Casa do Algarve em Lisboa, naquela que foi considerada a mais concorrida Assembleia da classe, reafirmaram a sua veemente condenação do RT e chegaram mesmo a admitir a possibilidade de recorrerem à greve, se o documento entrar em vigor.

A Assembleia Geral do sindicato teve lugar dia 21, com a presença de mais de centena e meia de jogadores em nome individual e outros mandatados pelas equipas. Foi aprovada uma moção expondo as posições dos profissionais de futebol e foi criada uma comissão directiva de dez jogadores para dinamizar e coordenar a acção contra o Regulamento de Transferências.

Dois dias sem tabaco

Segunda e terça-feira não saíu tabaco da Tabaqueira, devido à greve dos secretários de finanças e agentes de fiscalização de tabacos, sem cujo visto o produto não pode ser distribuído. A greve, convocada pelo Sindicato da Função Pública do Sul e Açores, é uma forma de luta a que estes trabalhadores recorrem pela primeira vez e tem por objectivo reivindicar a sua integração no novo sistema retributivo da Função Pública. A aplicação do novo sistema retributivo estava também na origem da greve dos técnicos de informática tributária, da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos, prevista para segunda-feira mas suspensa, de acordo com a Lusa, à última hora.

Lisboa em festa

Durante todo o mês de Junho Lisboa vai estar em festa. Numa iniciativa da Câmara Municipal (da responsabilidade directa do vereador comunista do Turismo e Ambiente, Vítor Costa) que envolve associações e colectividades, juntas de freguesia e um largo número de pessoas e entidades da cultura e do espectáculo, as festas - cujo programa começou a ser distribuído há alguns dias - destacam seis novidades: o festival internacional Folktejo (já sábado e domingo, no Coliseu), o Concurso de Música Moderna (dia 15, no Cais do Sodré), a Feira Gastronómica (no Pavilhão Ribeirinho da FIL), uma exposição de arte pública (com a participação de nove artistas), uma nova esplanada no terraço da Mãe d'Água (com música, dança, teatro e exposições) e o «Fogoduto», anunciado como espectáculo único de fogo de artifício (dia 29 de Junho, no aqueduto das Águas Livres). Mais detalhes estão nas páginas de Agenda.

Mondorel Evitar a falência

Para a viabilização da Mondorel, empresa têxtil de Coimbra, que emprega perto de 500 trabalhadores, há várias medidas possíveis, mas o pessoal e o Sindicato não aceitam o despedimento de 263 trabalhadores, pois nos últimos meses abandonaram a empresa mais de uma centena.

Reunidos em plenário quinta-feira passada, os trabalhadores da Mondorel decidiram fazer tudo o que estiver ao seu alcance para evitar a falência da empresa.

A decisão do tribunal está marcada para finais de Junho.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

à venda